

# **BNB** Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico  
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

# 67

Abr/Jun 2021



OBRA PUBLICADA PELO



**Banco do  
Nordeste**

**PRESIDENTE**

Anderson Aorivan da Cunha Possa

**DIRETORES**

Anderson Aorivan da Cunha Possa,  
Bruno Ricardo Pena de Sousa,  
Hailton José Fortes,  
Haroldo Maia Júnior,  
Lourival Nery dos Santos e  
Thiago Alves Nogueira

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS  
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Luiz Alberto Esteves  
**Economista-Chefe**

Tibério Rômulo Romão Bernardo  
**Gerente de Ambiente**

Allisson David de Oliveira Martins  
**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas  
Macroeconômicas**

**CORPO EDITORIAL**

**Editor-Científico**  
Luiz Alberto Esteves

**Editor-Chefe**  
Tibério Rômulo Romão Bernardo

**Editor-Executivo**  
Allisson David de Oliveira Martins

**EQUIPE TÉCNICA**

**Nível de Atividade Econômica**  
Allisson David de Oliveira Martins

**Produção Agropecuária**  
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

**Produção Industrial**  
Liliane Cordeiro Barroso

**Intermediação Financeira**

Allisson David de Oliveira Martins

**Serviços, Comércio Varejista, Turismo**

Nicolino Trompieri Neto, Professor do Curso de Economia da Universidade de Fortaleza - Unifor. Alysson Inácio de Oliveira, Catherine dos Santos Rodrigues, Cícero Hércles Lima Moreira, Dario Lourenço Marques, Gustavo Luna de Melo Jorge, Igor Rufino Campelo, José Arthur Neves S. Bezerra de Menezes, Mário Paz Barreto Neto, Mikaelle Uchoa Cavalcante, Nicolas Andrade de Oliveira Silva, Vicente Aníbal Da Silva Neto e Victor Gabriel dos Santos Teixeira, graduandos da Unifor e estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe da UNIFOR.

**Mercado de Trabalho**

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

**Comércio Exterior**

Laura Lúcia Ramos Freire

**Finanças Públicas e Índice de Preços**

Antônio Ricardo de Norões Vidal

**Estagiários**

Mateus Pereira de Almeida

**Jovem Aprendiz**

Rafael Henrique Silva Santos

**Tabulação de Dados**

Bruno Gabai  
José Wandemberg Rodrigues Almeida

**Revisão**

Hermano José Pinho

**Normalização**

Márcia Melo de Matos

**Diagramação**

Gustavo Bezerra Carvalho

**Banco do Nordeste do Brasil S/A**

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL  
Telefone: (85) 3251-7177  
Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Dados internacionais de catalogação na publicação.

BNB Conjuntura Econômica, n.1, 2004-    Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004-  
n.  
Quadrimestral  
Periodicidade anterior: 2004-2005 bimestral; 2006-2013 quadrimestral; 2014 semestral.  
ISSN 18078834  
1.Economia- Brasil – Nordeste – Periódicos. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste  
– Periódicos. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDD:330.05

CDU: 33 (812/814) (05)

## **Sumário**

|           |                                       |           |
|-----------|---------------------------------------|-----------|
| <b>1</b>  | <b>Atividade Econômica .....</b>      | <b>4</b>  |
| <b>2</b>  | <b>Produção Agropecuária .....</b>    | <b>7</b>  |
| <b>3</b>  | <b>Produção Industrial.....</b>       | <b>13</b> |
| <b>4</b>  | <b>Setor de Serviços .....</b>        | <b>21</b> |
| <b>5</b>  | <b>Varejo.....</b>                    | <b>23</b> |
| <b>6</b>  | <b>Turismo.....</b>                   | <b>26</b> |
| <b>7</b>  | <b>Mercado de Trabalho.....</b>       | <b>30</b> |
| <b>8</b>  | <b>Comércio Exterior.....</b>         | <b>37</b> |
| <b>9</b>  | <b>Finanças Públicas .....</b>        | <b>45</b> |
| <b>10</b> | <b>Intermediação Financeira .....</b> | <b>51</b> |
| <b>11</b> | <b>Índices de Preços .....</b>        | <b>57</b> |

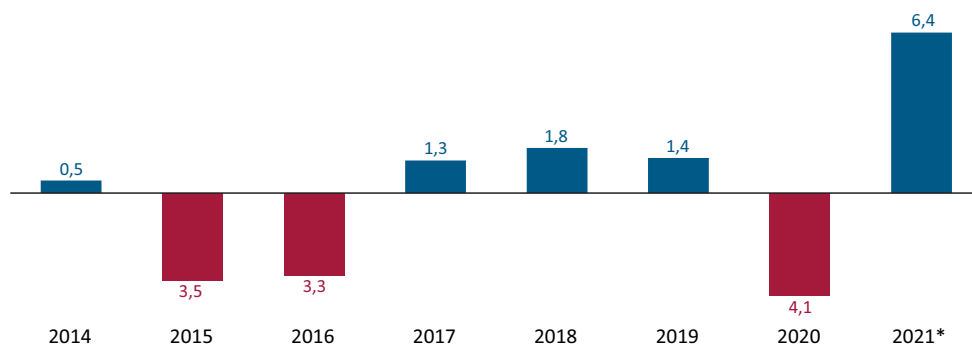
# 1 Atividade Econômica

## 1.1 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encerrou o primeiro semestre de 2021 com avanço de 6,4%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, totalizando o volume de R\$ 4,1 trilhões. O resultado positivo, em grande destaque, continua sendo reflexo das medidas sanitárias menos restritivas, que repercutiu positivamente na elevação do nível de atividade econômica. Vale lembrar que o 1º. Semestre de 2020 foi aquele de maior impacto da pandemia no sistema econômico brasileiro.

Após três anos de evolução positiva na atividade econômica, quando entre 2017 e 2019 registrou crescimento acumulado de 4,6%, os efeitos da pandemia de Covid-19, que foram sentidos em quase todos os setores, colocaram a atividade econômica em dificuldades, com repercussões na produção, no consumo e na renda em 2020. Para 2021, fundamentado nas expectativas e nos números observados do 1º semestre, a economia já demonstra tracionamento, sobretudo pelo avanço da vacinação da população.

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - % em relação ao ano anterior - 2014 a 2021\*



Fonte: IBGE (2021). Elaboração: BNB/Etene (2021).

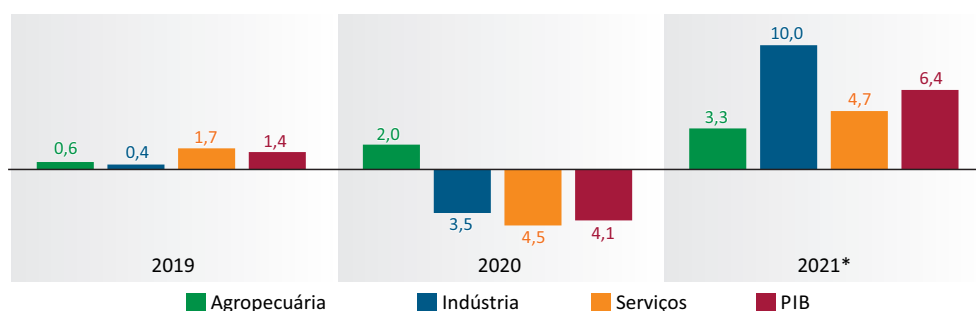
\*2021 se refere ao 1º semestre comparado ao mesmo semestre do ano anterior.

Pela ótica da oferta, no 1º semestre de 2021, todos os setores apresentaram elevação no nível de atividade econômica, com destaque para a indústria, que registrou avanço de 10,0% no período. O setor de serviços e a agropecuária apresentaram crescimento de 4,7% e 3,3%, respectivamente.

A indústria foi impactada positivamente pelo avanço superior a 40% das atividades industriais dos artigos de vestuário e acessórios; têxteis; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e couro e seus artefatos.

No setor de Serviços, aquele de maior peso no PIB, registrou performance positiva em função do avanço de todas as atividades, com ênfase em transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+14,8%) e Outros serviços (+9,5%).

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil – Ótica da Oferta - % em relação ao ano anterior - 2019 a 2021\*

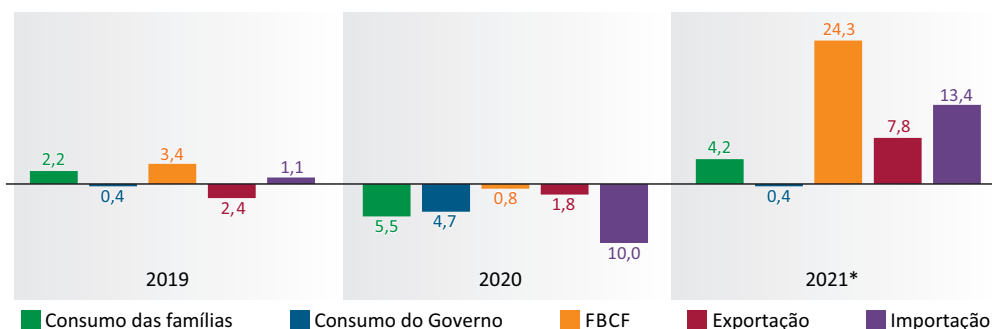


Fonte: IBGE (2021). Elaboração: BNB/Etene (2021).

\*2021 se refere ao 1º Semestre comparado ao mesmo semestre do ano anterior.

No PIB pela ótica da demanda, segundo o IBGE, o destaque positivo ficou para a Formação Bruta de Capital Fixo, que cresceu 24,3% no 1º semestre, influenciado pelo aumento da produção interna de máquinas e equipamentos e pelo crescimento do desenvolvimento de softwares. Em outra perspectiva, o Consumo do Governo apresentou leve queda(-0,4%) no semestre, que pode ser explicada, em parte, pelos gastos menores para o funcionamento da máquina pública, sobretudo no início do ano de 2021. No setor externo, importações e exportações, apresentaram aceleração de 7,8% e 13,4%, respectivamente, refletindo o comportamento de retomada do comércio internacional.

Gráfico 3 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil – Ótica da Demanda - % em relação ao ano anterior - 2019 a 2021



Fonte: IBGE (2021). Elaboração: BNB/Etene (2021).

\*2021 se refere ao 1º Semestre comparado ao mesmo semestre do ano anterior.

## 1.2 Índice de Atividade Econômica do Brasil e Nordeste

O Índice de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br), elaborado e divulgado pelo Banco Central, constitui-se em um indicador que incorpora a trajetória das variáveis consideradas como *proxy* para o desempenho dos setores da economia. Esse índice pode ser considerado um indicador antecedente do PIB, seja pela sua periodicidade mensal, seja pela reduzida defasagem com a qual pode ser disponibilizado.

O indicador nacional teve como base os indicadores regionais – Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) – que passaram a ser divulgados mensalmente pelo Banco Central em 2009. O acompanhamento da atividade em nível regional contribui para o melhor entendimento da evolução do indicador do País, permite antecipar padrões em nível nacional, além de fornecer informações sobre flutuações econômicas das regiões e dos principais estados.

Neste sentido, a economia do Nordeste, medida pelo índice de atividade IBCR-NE publicado pelo Banco Central, avançou 3,4% no 1º semestre de 2021, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Tabela 1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil, Nordeste, Sudeste, Bahia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais - % Crescimento Anual - 2016 a 2021\*.

|                | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021* |
|----------------|------|------|------|------|------|-------|
| Brasil         | -4,1 | 0,8  | 1,3  | 1,0  | -4,0 | 2,3   |
| Nordeste       | -4,7 | 0,6  | 1,4  | 0,6  | -2,0 | 1,4   |
| Bahia          | -5,7 | -0,5 | 1,9  | -0,1 | -3,0 | 1,4   |
| Ceará          | -3,6 | 0,9  | 2,0  | 2,4  | -2,0 | 4,6   |
| Pernambuco     | -4,2 | 0,5  | 1,3  | 1,1  | 0,3  | 6,5   |
| Sudeste        | -3,5 | 0,1  | 1,3  | 1,7  | -1,2 | 6,1   |
| Espírito Santo | -8,2 | 1,0  | 3,3  | -2,8 | -4,3 | 2,4   |
| Minas Gerais   | -2,7 | -0,2 | 1,1  | -0,1 | -0,4 | 5,9   |

Fonte: IBGE e Bacen (2021). Elaboração: BNB/Etene(2021)

Nota: A construção do indicador regional (IBCR) se restringe ao valor adicionado, enquanto o indicador nacional (IBC-Br) considera o valor adicionado e incorpora os impostos.

\*2021 se refere ao 1º semestre comparado ao mesmo semestre do ano anterior

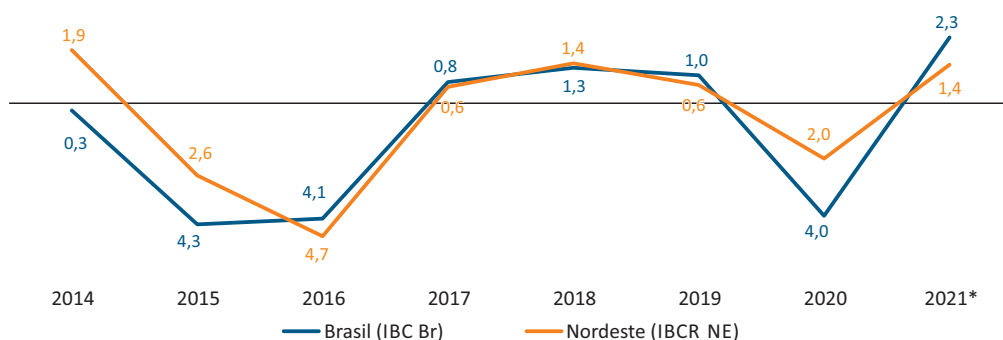
Entre os estados do Nordeste, o destaque do 1º semestre de 2021 foi a economia pernambucana, ao apresentar avanço de 6,5% na atividade econômica, em decorrência, notadamente, da performance do volume de vendas do comércio varejista ampliado com elevação de 28,4%, da produção industrial que cresceu 8,9% e da variação positiva do volume de serviços em 5,5%.

Os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que são contemplados, em parte, como área de abrangência do Banco do Nordeste, apresentaram indicadores positivos de atividade econômica no acumulado do ano de 2021, em 5,9% e 2,4%, respectivamente.

Os efeitos negativos da pandemia, sem dúvidas, impactaram a atividade econômica sensivelmente, entretanto, no Brasil, pelo indicador de atividade do Banco Central, já no 1º trimestre foi possível observar números positivos da economia. No Nordeste, apesar do ligeiro recuo de 0,2% no 1º trimestre, se observou claramente tendência de recuperação da atividade econômica regional.

Os efeitos negativos da pandemia, na performance econômica, encontram-se em processo de dissipação, de forma que o tracionamento econômico, no acumulado dos últimos 12 meses, terminado em junho último, já é perceptível, na medida em que o índice de atividade econômica do Nordeste já registra avanço de 1,4%, enquanto no Brasil aponta crescimento de 2,3%. A vacinação em aceleração, combinada com o relaxamento de medidas sanitárias, contribui para a economia apresentar dinâmica de crescimento mais pujante.

Gráfico 4 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil e Nordeste - % em relação ao ano anterior - 2014 a 2021\*



Fonte: Bacen (2021). Elaboração: BNB/Etene (2021).

\*2021 refere-se ao acumulado dos últimos doze meses.

Espera-se que a vacinação avance mais intensamente no restante de 2021, de forma que a economia deva apresentar dinâmica de crescimento ainda mais robusto, reflexo da elevação positiva dos níveis de confiança dos empresários e famílias, além do relaxamento das medidas de restrição adotadas de combate à Covid-19.

## Referências

BACEN-BANCO CENTRAL DO BRASIL (2021). **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 22 de novembro de 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2021). **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 22 de novembro de 2021.

## 2 Produção Agropecuária

### 1 Agricultura

Relativo ao levantamento da safra agrícola para 2021, realizado pelo IBGE, a safra nacional de grãos deverá alcançar 251,7 milhões de toneladas, declínio de 1,0% (-2,4 milhões de toneladas) frente à observada em 2020, de 254,0 milhões de toneladas (Tabela 1). Entre as principais causas da redução da produção da Safra de grãos em 2021 estão a falta de chuvas e também as geadas que ocorreram em algumas das principais unidades produtoras na Região Sul do País. Entre as culturas, o milho foi a *commodity* mais prejudicada. Para a área colhida, a expectativa é que haja um aumento de 4,3% frente à área colhida em 2020.

Segundo Carlos Barradas, gerente da pesquisa do IBGE, a redução da estimativa da produção de grãos em 2021 é fruto de uma sequência de fatores que se iniciaram ainda no ano passado:

“O ano agrícola, em geral, começa em setembro do ano anterior, que é quando se inicia o plantio. Porém, para plantar, o produtor precisa que haja umidade no solo e, como houve falta de chuvas nesse período de 2020, esse plantio atrasou muito, sendo iniciado apenas na segunda quinzena de outubro. O que acabou prejudicando o milho 2ª safra, plantado após a colheita da soja, que teve sua “janela de plantio” reduzida, deixando as lavouras mais dependentes do clima. Como as chuvas não se confirmaram, houve drástica redução no rendimento médio, e consequentemente na produção”

Entre as Regiões, a produção de grãos deverá ter acréscimos no Sul (+6,0%), Nordeste (+1,8%), Norte (+1,0%) e Sudeste (+0,1%). O Sul deverá produzir 77,5 milhões de toneladas (30,8% do total do País), o Sudeste, 25,7 milhões de toneladas (10,2% do total), o Nordeste, 23,0 milhões (9,1% do total) e o Norte, 11,1 milhões (4,4%). Já o Centro-Oeste registrou redução de 6,1% em sua estimativa e deverá produzir 114,4 milhões de toneladas em 2021 (45,5% do total do País).

A Região Nordeste deverá apresentar desempenho favorável, com incremento de 1,8% no total de grãos produzidos, alcançando 22,9 milhões de toneladas, desta forma, representará cerca de 9,1% da safra nacional de grãos em 2021 (vide Tabela 1).

Tabela 1 – Safra de grãos no Brasil, Nordeste e Estados selecionados (Em toneladas) – 2020 e 2021

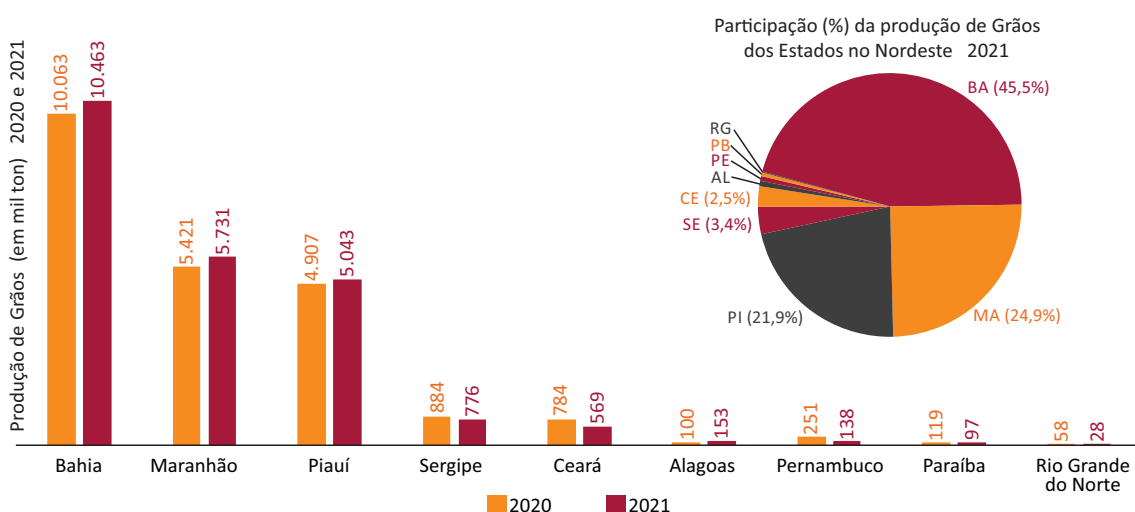
| País / Região / Estados | Safra 2020         |                          | Safra 2021         |                          | Var. (%)<br>2021/2020 |
|-------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------------|
|                         | Produção (t)       | Part. (%) <sup>(1)</sup> | Produção (t)       | Part. (%) <sup>(1)</sup> |                       |
| <b>Norte</b>            | <b>10.989.311</b>  | <b>4,3</b>               | <b>11.102.137</b>  | <b>4,4</b>               | <b>1,0</b>            |
| <b>Nordeste</b>         | <b>22.587.556</b>  | <b>8,9</b>               | <b>22.998.744</b>  | <b>9,1</b>               | <b>1,8</b>            |
| Maranhão                | 5.421.321          | 24,0                     | 5.730.500          | 24,9                     | 5,7                   |
| Piauí                   | 4.907.108          | 21,7                     | 5.043.204          | 21,9                     | 2,8                   |
| Ceará                   | 784.142            | 3,5                      | 568.682            | 2,5                      | -27,5                 |
| Rio Grande do Norte     | 58.257             | 0,3                      | 28.102             | 0,1                      | -51,8                 |
| Paraíba                 | 118.844            | 0,5                      | 97.385             | 0,4                      | -18,1                 |
| Pernambuco              | 251.224            | 1,1                      | 138.228            | 0,6                      | -45,0                 |
| Alagoas                 | 99.577             | 0,4                      | 153.143            | 0,7                      | 53,8                  |
| Sergipe                 | 883.838            | 3,9                      | 776.118            | 3,4                      | -12,2                 |
| Bahia                   | 10.063.245         | 44,6                     | 10.463.382         | 45,5                     | 4,0                   |
| <b>Sudeste</b>          | <b>25.732.891</b>  | <b>10,1</b>              | <b>25.748.635</b>  | <b>10,2</b>              | <b>0,1</b>            |
| <b>Sul</b>              | <b>73.082.739</b>  | <b>28,8</b>              | <b>77.475.449</b>  | <b>30,8</b>              | <b>6,0</b>            |
| <b>Centro-Oeste</b>     | <b>121.744.873</b> | <b>47,9</b>              | <b>114.371.569</b> | <b>45,4</b>              | <b>-6,1</b>           |
| <b>Brasil</b>           | <b>254.137.370</b> | <b>100,0</b>             | <b>251.696.533</b> | <b>100,0</b>             | <b>-1,0</b>           |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota (1): Participação das regiões em relação ao País e participação dos Estados do Nordeste em relação a esta Região.

Quanto aos estados da Região Nordeste, quatro deverão apresentar ganhos na produção de grãos em 2021, com maior visibilidade à variação em Alagoas (+53,8%), seguido por Maranhão (+5,7%), Piauí (+2,8%) e Bahia (+4,0%), crescimentos superiores à média regional (+1,8%). Já as estimativas de queda de Safra em 2021 foram para Rio Grande do Norte (-51,8%), Pernambuco (-45,0%), Ceará (-27,5%), Paraíba (-18,1%) e Sergipe (-12,2%).

Dentre os grandes produtores regionais de grãos, Bahia (45,5%), Maranhão (24,9%) e Piauí (21,9%) deverão aumentar sua produção em 400,1 mil, 309,1 mil e 136,1 toneladas, em 2021. Neste grupo, a soja é o principal produto; na Bahia, a participação da soja chegou em 65,3% da produção de grãos do Estado; No Maranhão foi de 56,0% e Piauí de 53,8%. Segundo o IBGE, são esperados aumentos na produção de soja na Bahia (+12,6%), no Piauí (+10,9%) e no Maranhão (+4,9%), refletindo o crescimento da área plantada e ganho de produtividade, impulsionados pelos preços da *commodity*.

Gráfico 1 – Estados do Nordeste: Participação (%) e Produção de grãos (tonelada) – 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota (1): Participação dos Estados do Nordeste em relação a esta Região.

Considerando os produtos levantados pelo IBGE (Tabela 2), para o Brasil, destacam-se em 2021 as produções de soja (133,7 milhões de toneladas, com *Record* em sua produção), milho (87,2 milhões de toneladas) e arroz (11,5 milhões de toneladas). Estas três culturas representarão 92,4% do total produzido de grãos no País, além de responderem por 87,6% da área colhida em 2021.

Quando comparada com as safras agrícolas de 2020, no País, as culturas de trigo (+31,8%), soja (+10,1%) e arroz (+4,3%) deverão apresentar incrementos em suas respectivas produções, em 2021. Já, as estimativas de declínio na produção ficaram para os cultivos de algodão (-16,6%), milho (-15,5%), sorgo (-13,8%), mamona (-11,3%), feijão (-7,4%) e amendoim (-6,8%).

Além da produção de grãos, cabem ainda destacar o bom desempenho, no levantamento do IBGE, com crescimento dos cultivos de uva (+19,2%), batata (+5,1%), banana (+4,7%), fumo (+2,9%) e cacau (+1,2%). Por outro lado, as culturas do café (-21,2%), castanha-de-caju (-11,6%), laranja (-7,1%), tomate (-4,7%), cana-de-açúcar (-3,7%) e mandioca (-0,2%), deverão apresentar declínios na safra de 2021.



Tabela 2 – Principais produtos da safra agrícola no Brasil e Nordeste (Em tonelada) – 2020 e 2021

| Produto das lavouras      | Brasil      |             |          | Nordeste   |            |          | Part. (%) NE/BR Safra 2021 |
|---------------------------|-------------|-------------|----------|------------|------------|----------|----------------------------|
|                           | Safra 2020  | Safra 2021  | Var. (%) | Safra 2020 | Safra 2021 | Var. (%) |                            |
| Cereais e oleaginosas (1) | 254.137.370 | 251.696.533 | -1,0     | 22.587.556 | 22.998.744 | 1,8      | 9,1                        |
| Algodão herbáceo          | 7.089.939   | 5.912.205   | -16,6    | 1.651.597  | 1.428.298  | -13,5    | 24,2                       |
| Amendoim                  | 691.369     | 644.456     | -6,8     | 12.479     | 12.581     | 0,8      | 2,0                        |
| Arroz                     | 11.046.184  | 11.518.940  | 4,3      | 333.440    | 351.284    | 5,4      | 3,0                        |
| Feijão                    | 2.887.695   | 2.673.725   | -7,4     | 663.703    | 515.641    | -22,3    | 19,3                       |
| Mamona                    | 36.626      | 32.502      | -11,3    | 36.330     | 32.169     | -11,5    | 99,0                       |
| Milho                     | 103.235.064 | 87.256.158  | -15,5    | 8.723.840  | 8.217.179  | -5,8     | 9,4                        |
| Soja                      | 121.522.363 | 133.767.654 | 10,1     | 11.581.628 | 12.769.502 | 10,3     | 9,5                        |
| Sorgo                     | 2.748.747   | 2.369.701   | -13,8    | 211.662    | 197.126    | -6,9     | 8,3                        |
| Trigo                     | 6.212.444   | 8.186.949   | 31,8     | 17.000     | 32.000     | 88,2     | 0,4                        |
| Banana                    | 6.718.160   | 7.035.402   | 4,7      | 2.300.477  | 2.371.807  | 3,1      | 33,7                       |
| Batata                    | 3.679.979   | 3.868.568   | 5,1      | 200.144    | 387.216    | 93,5     | 10,0                       |
| Cacau                     | 280.661     | 284.117     | 1,2      | 118.018    | 120.045    | 1,7      | 42,3                       |
| Café                      | 3.724.967   | 2.933.982   | -21,2    | 246.700    | 219.045    | -11,2    | 7,5                        |
| Cana-de-açúcar            | 677.916.429 | 653.062.542 | -3,7     | 52.217.415 | 53.133.628 | 1,8      | 8,1                        |
| Castanha-de-caju          | 138.763     | 122.695     | -11,6    | 137.916    | 121.888    | -11,6    | 99,3                       |
| Fumo                      | 695.601     | 715.693     | 2,9      | 30.035     | 30.984     | 3,2      | 4,3                        |
| Laranja                   | 15.745.940  | 14.626.569  | -7,1     | 1.157.501  | 1.182.267  | 2,1      | 8,1                        |
| Mandioca                  | 18.955.430  | 18.924.470  | -0,2     | 3.971.369  | 3.786.479  | -4,7     | 20,0                       |
| Tomate                    | 3.956.559   | 3.769.561   | -4,7     | 496.721    | 446.674    | -10,1    | 11,8                       |
| Uva                       | 1.416.398   | 1.687.908   | 19,2     | 387.662    | 446.197    | 15,1     | 26,4                       |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

No Nordeste, na produção de grãos em 2021, destacam-se o crescimento nas seguintes culturas: trigo (+88,2%), soja (+10,3%), arroz (+5,4%) e amendoim (+0,8%), enquanto as culturas de feijão (-22,3%), algodão (-13,5%), mamona (-11,5%), sorgo (-6,9%), e milho (-5,8%) deverão apresentar declínio de produção na safra de 2021.

Quanto aos demais produtos agrícolas não inseridos no grupo dos cereais e oleaginosas, em 2021, batata (+93,5%), uva (+15,1%), fumo (+3,2%), banana (+3,1%), laranja (+2,1%), cana-de-açúcar (+1,8%) e cacau (+1,7%) apresentarão crescimento em suas respectivas produções, frente ao ano anterior. Enquanto isso, castanha-de-caju (-11,6%), café (-11,2%), tomate (-10,1%) e mandioca (-4,7%) terão desempenhos negativos para a safra regional de 2021.

Quando se destacam as culturas por estados da Região Nordeste, percebe-se que a Bahia, além de grande produtora de grãos (45,5%), produz regionalmente todo o cacau (100,0%) e o trigo (100,0%) e, praticamente toda a produção de batata-inglesa (99,9%), café (99,6%) e mamona (99,5%). Também destacam-se, na Bahia, as produções de algodão (88,8%), sorgo (72,1%), laranja (53,7%), soja (53,5%) e tomate (46,6%), quando comparadas às produções totais da Região.

Em relação ao crescimento na produção agrícola na Bahia, batata (+93,5%), trigo (88,2%), castanha-de-caju (+34,6%), fumo (+18,0%), uva (+15,3%), soja (12,6%), cana-de-açúcar (+5,8%), banana (+3,4%), cacau (+1,7%), amendoim (+1,0%) e laranja (+0,2%) deverão apresentar incremento na safra 2021, enquanto, feijão (-32,7%), algodão (14,0%), tomate (-13,7%), café (-11,3%), mamona (-11,1%) e mandioca (10,5%) deverão apresentar resultados negativos mais expressivos, em 2021.

## **2 Pecuária**

Mesmo ponderando os efeitos adversos da pandemia no cenário econômico atual, alguns dos principais itens da produção da pecuária sinalizam recuperação em seus volumes tanto no País, quanto no Nordeste, sendo neste mais propagada essa melhoria, no primeiro semestre de 2021. As atividades pesquisadas são do IBGE em seus levantamentos de abate de animais e produções de leite e ovos de galinha, conforme identificados na Tabela 3.

No País (+6,8%), o quantitativo de suínos abatidos apresentou alta nos comparativos entre os primeiros semestres de 2021 e 2020, em grande medida por ser uma alternativa de carne substituta à bovina. Para o Nordeste (+23,3%), houve aumento significativo, a explicação plausível seria que a carne suína no mercado interno sofreu desvalorização ao longo do primeiro semestre, aumentando sua competitividade em relação às demais proteínas. Entre os maiores produtores dos abates suínos no Nordeste, no 1º semestre de 2021, Bahia (peso regional de 36,9%) também desponta em crescimento na produção, na ordem de +43,4% frente ao mesmo semestre de 2020; em seguida, Ceará (peso regional de 36,2%), registrou aumento do quantitativo de carcaças de suínos abatidos em +19,4%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

No 1º semestre de 2021, foram abatidos 7,2 milhões de toneladas de frango no País, crescimento de 9,0%, comparando ao mesmo semestre de 2020. Como maior produtor em peso das carcaças a carne de frango manteve a competitividade frente às outras proteínas, bovino e suíno. Quanto ao destino da produção carne de frango, aliado à boa liquidez do mercado doméstico, parte considerável desse crescimento foi direcionado ao consumo interno.

Para a Região Nordeste, o cenário se apresentou bastante promissor no abate de frangos. Quando comparando ao 1º semestre de 2020, houve alta de 6,0% no quantitativo do peso acumulado das carcaças, chegando em 266,6 mil toneladas na Região, em 2021. A Bahia permanece como o principal produtor de carne de frango, participando com 60,0% do total do abate de frango na Região, no 1º semestre de 2021, além de apresentar aumento de seu volume em 3,8%, quando comparado ao mesmo semestre do ano anterior. Nesse período, Piauí (+22,2%), Ceará (+15,4%) e Maranhão (+9,0%) apresentaram os maiores crescimentos do abate de carne de frango.

Quanto aos preços do frango, devido ao repasse nos custos de produção nas granjas, devido ao aumento dos custos com a energia elétrica, os preços da carne de frango tendem a se aquecer enquanto durarem a estiagem e também com o aumento da demanda internacional pelo produto (Cepea/Esalq).

Já o quantitativo de animais abatidos de bovinos no País (-7,3%) apresentou retração, quando comparado com o 1º semestre de 2020. No caso da Região Nordeste, que representa 7,7% do quantitativo de bovinos abatidos no País, a retração ocorreu de forma um pouco mais intensa, recuo de 8,4%, em comparação ao mesmo semestre de 2020. O resultado deriva da retração do poder de compra da Região diante do restante do País, pois apresenta o maior número de pessoas em vulnerabilidade econômica. Os estados da Bahia (41,4%), Maranhão (25,8%) e Pernambuco (9,9%) estão entre os maiores abatedores de bovinos na Região; no entanto, apresentaram recuos no quantitativo de animais abatidos na ordem de 10,2%, 11,4% e 14,0%, respectivamente, no 1º semestre de 2021, comparado ao mesmo período do ano anterior.

Para as cotações da carne bovina, a expectativa também é de alta, com o aquecimento das exportações de carne bovina *in natura*, mesmo com as suspensões temporárias devido as questões sanitárias, a demanda internacional continua aquecida. No mercado interno, os preços continuam elevados, mesmo com arrefecimento da demanda doméstica, diante dos substitutos diretos à proteína bovina (Cepea/Esalq).

Quanto à produção de leite nacional, verificou-se variação positiva de 0,5% tanto para o cru quanto para o industrializado, entre os primeiros semestres de 2021 e 2020, com quantidades de aproximadamente 12,3 bilhões de litros para ambos.

Na produção de leite, o Nordeste representa 7,2% da produção nacional, foi cerca de 890,7 milhões de litros de leite captados no primeiro semestre de 2021, as variações foram positivas, tanto na produção do leite cru quanto no beneficiado, com crescimento de 5,2% cada, quando comparados às produções do mesmo semestre de 2020. Com participação de 34,4% e de 13,7% da produção de leite cru regional, nesta ordem, Bahia e Sergipe se destacam em aumento do volume produzido no 1º semestre de 2021. Neste período, Sergipe aumentou sua produção de leite cru em 13,7%, seguido por Bahia (+11,9%) superando

as médias de produção do País e regional. Pernambuco (+4,7%), Alagoas (+1,6%) e Ceará (+1,0%) também pontuaram positivamente na produção de leite cru, contribuindo para o agregado da Região. As demais unidades produtoras seguiram tendência de queda na aquisição de leite cru.

Quanto aos preços, segundo Cepea/Esalq, as expectativas para os preços do leite é de alta, levando em consideração ao alto custo e as adversidades climáticas. As novas altas atrelam às expectativas mais positivas em relação à demanda. Neste caso, devido à volta das aulas presenciais e o avanço da vacinação, no Nordeste, tende a aquecer a procura por derivados lácteos. E esse cenário pode sustentar os preços do leite no campo para os próximos 2 anos.

A produção de ovos de galinha nacional apontou leve aumento de 0,7% no 1º semestre de 2021, frente ao mesmo período do ano anterior. Este resultado deve ser apurado diante do aumento do custo de alguns insumos de produção, que foram repassados ao consumidor final. Embora o setor continue sendo impactado pela alta dos custos de produção, a demanda seguiu aquecida pelo preço acessível do ovo frente a outras proteínas.

Para Nordeste, no 1º semestre de 2021, com produção de 327,4 milhões de dúzias de ovos (16,7% do País), acumulou alta de 7,5% frente ao mesmo período do ano passado. Como o consumo de ovos é considerado um substituto direto das principais proteínas, e diante do aumento dos preços das carnes, principalmente a carne bovina, cresceu a demanda de ovos no mercado regional. Os estados da Bahia (+35,4%) e Rio Grande do Norte (17,2%) apresentaram significativos crescimentos na produção de ovos de galinha, em relação ao 1º semestre de 2020. Já os estados do Ceará (34,5%) e de Pernambuco (33,7%) ganham destaque por serem os maiores produtores de ovos do Nordeste, cerca de 112,9 e 110,4 milhões de dúzias de ovos, respectivamente, no 1º semestre de 2021.

Pelos dados analisados, percebem-se que os impactos que a pandemia pelo novo Coronavírus provocou um comportamento desigual na produção pecuária nacional e regional. Produtos com maiores valores de compra pelos consumidores apresentaram as maiores variações negativas, no caso, a carne bovina; enquanto aqueles que possuem preços mais acessíveis, apresentaram consideráveis variações positivas, como a carne de frango e a produção de ovos de galinha. Isso denota a redução da renda média do trabalhador, que necessitou adquirir itens de menor valor para adequar à sua cesta de alimentos básicos.

Tabela 3 – Número de animais abatidos e peso das carcaças de bovinos, suínos e frangos e produção de ovos de galinha - Brasil - 1º Semestres de 2020 e 2021

| Abate de Animais, Aquisição de Leite, Aquisição de Couro Cru e Produção de Ovos de Galinha | 1º semestre de 2020 |             |         | 1º semestre de 2021 |             |         | Variação (%) 1º sem 2021/1º sem 2020 |          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------------|---------|---------------------|-------------|---------|--------------------------------------|----------|
|                                                                                            | Brasil              | Nordeste    | % NE/Br | Brasil              | Nordeste    | % NE/Br | Brasil                               | Nordeste |
| <b>Número de animais abatidos (Mil Cabeças)</b>                                            |                     |             |         |                     |             |         |                                      |          |
| Bovinos                                                                                    | 14.740.307          | 1.150.026   | 7,8     | 13.663.181          | 1.053.058   | 7,7     | -7,3                                 | -8,4     |
| Suínos                                                                                     | 24.062.797          | 201.768     | 0,8     | 25.708.646          | 248.738     | 1,0     | 6,8                                  | 23,3     |
| Frangos                                                                                    | 2.930.138.263       | 107.556.039 | 3,7     | 3.096.947.812       | 117.427.232 | 3,8     | 5,7                                  | 9,2      |
| <b>Peso das carcaças (Toneladas)</b>                                                       |                     |             |         |                     |             |         |                                      |          |
| Bovinos                                                                                    | 3.763.995           | 288.421     | 7,7     | 3.599.705           | 274.420     | 7,6     | -4,4                                 | -4,9     |
| Suínos                                                                                     | 2.183.272           | 15.705      | 0,7     | 2.378.981           | 20.079      | 0,8     | 9,0                                  | 27,9     |
| Frangos                                                                                    | 6.720.235           | 251.596     | 3,7     | 7.277.263           | 266.631     | 3,7     | 8,3                                  | 6,0      |
| <b>Leite (Mil litros)</b>                                                                  |                     |             |         |                     |             |         |                                      |          |
| Adquirido                                                                                  | 12.321.683          | 846.582     | 6,9     | 12.377.967          | 890.780     | 7,2     | 0,5                                  | 5,2      |
| Industrializado                                                                            | 12.304.184          | 846.185     | 6,9     | 12.360.304          | 890.289     | 7,2     | 0,5                                  | 5,2      |
| <b>Ovos (Mil dúzias)</b>                                                                   |                     |             |         |                     |             |         |                                      |          |
| Produção                                                                                   | 1.951.842           | 304.507     | 15,6    | 1.966.290           | 327.433     | 16,7    | 0,7                                  | 7,5      |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha.

## **Referências**

IBGE. Indicadores IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: julho 2021. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag\\_2021\\_ago.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2021_ago.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2021.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária. Estatística da Produção Pecuária: primeiros resultados, abr.-jun. 2021.. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp\\_2021\\_2tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2021_2tri.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2021.

## 3 Produção Industrial

### Atividade Industrial 2º Trimestre de 2021

#### Atividade Industrial Brasil

A produção industrial ficou estável (0,0%) em junho de 2021, frente ao mês anterior, após o avanço de 1,4% em maio. Com a variação nula em junho, o setor permaneceu em patamar igual ao do pré-crise (fevereiro de 2020), mas produzindo menos (-16,7%) do que o nível recorde registrado em maio de 2011. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021a)

Segundo o IBGE (2021e), o menor dinamismo do setor industrial ainda está ligado aos efeitos da pandemia de Covid-19, refletindo uma série de adversidades, como a redução do ritmo produtivo, a dificuldade de obtenção de matérias-primas e o aumento dos custos de produção. Pelo lado da demanda, ressalta a alta taxa de desocupação, retraindo a massa salarial e, consequentemente, o potencial de consumo nacional. Complementarmente, o IEDI (2021) afirma que o primeiro semestre poderia ter sido muito melhor, se o país não tivesse demorado tanto para avançar na vacinação contra a Covid-19 e não tivesse interrompido as medidas emergenciais em meio ao segundo surto de Coronavírus.

Por outro lado, quando a comparação é feita em base interanual, é possível observar expressivo crescimento do setor, frente ao resultado deprimido do ano passado, uma vez que várias unidades produtivas do País sentiram os efeitos do isolamento social para conter a pandemia, em especial no segundo trimestre de 2020 (Tabela 1).

Tabela 1 – Taxa de crescimento industrial por grandes categorias econômicas - Brasil - 1ºs e 2ºs trimestres e 1ºs semestres de 2020 e 2021 (Base: igual período do ano anterior)

|                                          | 1T20 | 2T20  | 1S20  | 1T21 | 2T21  | 1S21 |
|------------------------------------------|------|-------|-------|------|-------|------|
| Bens de capital                          | -2,3 | -38,5 | -21,6 | 20,8 | 80,1  | 45,6 |
| Bens intermediários                      | -0,1 | -12,6 | -6,6  | 4,5  | 17,6  | 10,9 |
| Bens consumo duráveis                    | -6,5 | -64,8 | -36,7 | -0,3 | 126,8 | 36,4 |
| Bens consumo semiduráveis e não duráveis | -3,3 | -16,6 | -10,2 | 1,1  | 10,1  | 5,5  |
| Indústria em geral                       | -1,7 | -19,4 | -10,9 | 4,3  | 22,6  | 12,9 |

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados do IBGE (2021a e 2021b).

Assim, frente ao ano anterior, os resultados foram de crescimento, com espalhamento de taxas positivas entre as atividades. Em relação a iguais períodos de 2020, a atividade da indústria avançou 12,0% em junho, 22,6% no segundo trimestre, 12,9% na comparação semestral e 6,6% na taxa anualizada. No acumulado de janeiro a junho (12,9%), houve resultado positivo em todas as 4 grandes categorias econômicas (Tabela 1), ficando acima da média: bens de capital (45,6%) e bens de consumo duráveis (36,4%). Também avançaram 21 dos 26 ramos, 66 dos 79 grupos e 73,2% dos 805 produtos pesquisados.

Em relação às seções e atividades, houve crescimento tanto na indústria extrativa (2,2%) quanto na de transformação (14,5%). Nesta, dentre as 25 atividades pesquisadas, apenas 5 apontaram redução, com destaque para produtos alimentícios (-5,7%), farmoquímicos e farmacêuticos (-2,5%) e coque e derivados do petróleo (-1,1%). Dentre os registros positivos se encontraram veículos automotores, reboques e carrocerias (56,9%), máquinas e equipamentos (41,5%), confecção e acessórios (39,2%), e têxteis (35,1%).

Tabela 2 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Atividades selecionadas - Brasil – 1º semestre de 2020 e 2021 (Base: igual período do ano anterior)

| Seções e atividades                                         | 2020  | 2021 |
|-------------------------------------------------------------|-------|------|
| Indústria geral                                             | -10,9 | 12,9 |
| Indústrias extrativas                                       | -2,8  | 2,2  |
| Indústrias de transformação                                 | -11,9 | 14,5 |
| Fabr. de veículos automotores, reboques e carrocerias       | -43,5 | 56,9 |
| Fabr. de máquinas e equipamentos                            | -16,6 | 41,5 |
| Confecção de artigos do vestuário e acessórios              | -36,8 | 39,2 |
| Fabricação de produtos têxteis                              | -22,2 | 35,1 |
| Fabricação de produtos diversos                             | -25,3 | 32,8 |
| Fabr. de produtos de minerais não-metálicos                 | -14,3 | 31,3 |
| Fabr. outros equip. transporte, exceto veículos automotores | -36,0 | 31,1 |
| Fabr coque, derivados do petróleo e biocombustíveis         | 3,7   | -1,1 |
| Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos        | 2,1   | -2,5 |
| Fabr. sabões, detergentes, cosméticos, perfumaria e higiene | 2,9   | -3,7 |
| Manutenção, reparação, instalação de máqs. e equips.        | -15,5 | -4,5 |
| Fabricação de produtos alimentícios                         | 3,9   | -5,7 |

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados do IBGE (2021c).

Complementando a análise do quadro industrial, a pesquisa “Sondagem Industrial”, publicada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2021a), busca identificar o desempenho recente e as expectativas dos empresários para os próximos seis meses. Seus índices comumente variam de 0 a 100 pontos, considerando os 50 pontos como uma linha divisória entre resultados positivos e negativos, em relação ao mês anterior.

A Sondagem identificou aumento no número de empregados (51,5 pontos) na passagem de maio para junho deste ano (CNI, 2021b). Este é o 12º mês seguido que o indicador não fica abaixo dos 50 pontos, o que significa que não houve redução no emprego durante esse período. Este comportamento acompanhou o crescimento de 1 ponto percentual na UCI (Utilização da Capacidade Instalada), que passou de 70%, em maio, para 71%, em junho. Cabe ressaltar que este percentual é o mais alto para o mês de junho desde 2013, sendo interpretado, pela CNI, como um cenário de aquecimento industrial (CNI, 2021a). Neste nível (71%), a UCI supera em 3 p.p. o nível pré-crise (68%, em fevereiro de 2020).

Todos os índices de expectativas, que registraram perda de dinamismo em março de 2021, melhoraram na passagem de maio para junho de 2021 e continuam mantendo o otimismo para os próximos seis meses (CNI, 2021b): expectativa de demanda (de 59,9 pontos para 61,0); expectativa de quantidade exportada (de 54,9 para 55,4); de compras de insumos e matérias-primas (de 57,4 para 58,3), e a de número de empregados (de 53,3 para 54,1). O índice de intenção de investimento também cresceu no período (de 57,0 para 58,6), se aproximando do nível pré-crise (58,7 pontos) e 8,2 pontos acima da média histórica, de 50,4 pontos, iniciada em novembro de 2013.

A maior sensação de otimismo foi acompanhada de melhores percepções dos empresários com as condições financeiras das empresas industriais, na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2021. O indicador relativo à margem de lucro operacional subiu de 45,5 para 47,6 pontos, mas ainda abaixo da linha divisória de 50 pontos, indica apenas menor insatisfação dos empresários. O indicador relativo à situação financeira da empresa subiu de 49,9 para 52,1 pontos, saindo da insatisfação para a condição de satisfação do empresário neste quesito análise.

A pesquisa da CNI (2021a) aponta ainda que o acesso ao crédito ficou menos difícil no segundo trimestre de 2021. O indicador de facilidade de acesso ao crédito saiu de 41,0 para 43,1 pontos, mas, apesar da elevação, se mantém abaixo da linha de 50 pontos, refletindo dificuldade de acesso.

Os principais problemas apontados pela indústria, relativos ao segundo trimestre do ano, refletiram ainda as dificuldades consequentes da pandemia de Covid-19. Destacou-se, em primeiro lugar (CNI, 2021a),

a falta ou alto custo da matéria-prima. Citado por 68,3% das empresas, este tem sido o problema mais assinalado desde o terceiro trimestre de 2020. Na segunda posição, aparece a elevada carga tributária com 34,9% de citações. Em seguida, mas perdendo força frente ao trimestre anterior, encontram-se a taxa de câmbio (23,2% das menções) e a demanda interna insuficiente, escolhida por 20,0% dos empresários. Cabe salientar a opção “falta ou alto custo de energia”, que passou à quinta posição, destacando-se pelo crescimento de 6,9 p.p. entre os trimestres (de 11,3% para 18,2%). Segundo a CNI (2021a), esse é o maior percentual de empresários que citou esse problema entre os três principais desde o primeiro trimestre de 2016.

A maior preocupação com o mercado de energia elétrica decorre da crise hídrica de 2021 que, além das consequências sobre o abastecimento de água, afeta a geração de energia a partir das hidrelétricas do País. As Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste são as mais afetadas pela estiagem que atinge importantes reservatórios. Estes passam a produzir menos e é preciso buscar outras fontes de energia, como termelétricas, cujo custo de geração é mais alto, e/ou aumentar a importação de energia de países vizinhos, com destaque para o Uruguai e a Argentina.

Segundo um levantamento realizado pela CNI (2021c), nove em cada dez empresários consultados estão preocupados com a crise hídrica, sendo as maiores preocupações o aumento do custo, o racionamento e a possibilidade de instabilidade ou interrupções no fornecimento de energia. Identificou-se ainda que mais da metade dos empresários acredita que a crise hídrica reduzirá a competitividade de suas empresas. Segundo os dados, 39% consideram essa situação provável e 13% dizem que a perda de competitividade ocorrerá com certeza. Este, portanto, é um fator que merece acompanhamento ao longo dos próximos meses, de forma a compreender suas consequências sobre a atividade industrial.

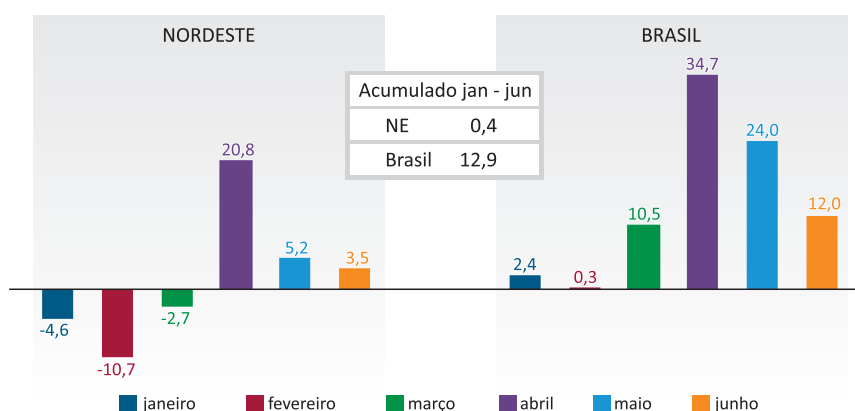
## Atividade Industrial Nordeste

No Nordeste, o nível de atividade industrial no mês de junho, em relação ao mês anterior, foi de crescimento (+6,4%). Houve avanço também nas comparações interanuais: +3,5%, frente a junho de 2020; +9,1%, no segundo trimestre de 2021; +0,4% no primeiro semestre, e +1,5% no acumulado dos últimos 12 meses até junho.

Apesar do avanço em junho deste ano, a indústria regional produziu 17,5% a menos do que o nível realizado em fevereiro de 2020, ou seja, antes da pandemia.

Na comparação mês a igual mês do ano anterior, é possível acompanhar a reação da produção industrial regional, ao longo desse ano. O Gráfico 1 mostra que, em junho (+3,5%), o Nordeste reagiu pelo terceiro mês consecutivo e fechou o semestre com taxa positiva de +0,4%.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento da produção industrial mensal e acumulada (%) – Nordeste e Brasil – janeiro a junho de 2021 (Base: igual período do ano anterior)



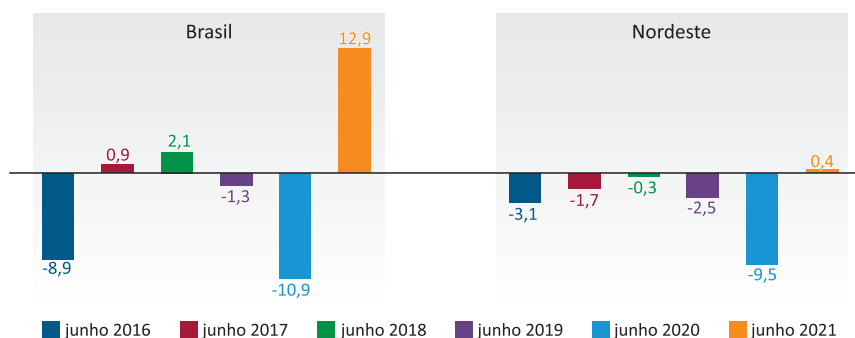
Fonte: Elaboração Etene/BNB, com dados do IBGE (IBGE, 2021c).

Complementarmente, o Gráfico 2 apresenta uma comparação dos resultados dos primeiros semestres dos anos de 2016 a 2021, onde se observa que, em 6 anos, a taxa de crescimento da produção industrial,



na Região, mostrou resultado positivo apenas neste ano (+0,4%). Isto se configura, de fato, em um período prolongado de perdas. O atual resultado (+0,4%), contudo, ficou aquém do desempenho nacional que registrou crescimento de 12,9%, frente a igual período de 2020, quando os efeitos da pandemia sobre a produção industrial se mostraram dos mais severos (-10,9%, no Brasil e -9,5%, no Nordeste).

Gráfico 2 – Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil e Nordeste – 1ºs semestres dos anos de 2016 a 2021 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021c).

O distanciamento entre o desempenho acumulado nacional (+12,9%) e o da Região (+0,4%) pode ser, em parte, explicado por alguns fatores específicos. Além de diversos fatores que prejudicaram o avanço da atividade industrial como um todo (interrupção das medidas emergenciais em meio ao segundo surto de coronavírus; dificuldade de obtenção de matérias-primas e aumento dos custos de produção; alta taxa de desocupação, retraindo a massa salarial e o potencial de consumo nacional; atraso na vacinação, dentre outros), a indústria do Nordeste passou por adversidades em setores específicos e de peso na estrutura produtiva local (Gráfico 3), como o de veículos automotores (-19,6%) e o de derivados do petróleo (-29,9%) que refletiram, em especial, dificuldades verificadas na indústria baiana.

Gráfico 3 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Nordeste – acumulado 1º semestre de 2021 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021c).

Apesar das citadas retrações, a indústria de transformação regional (+0,8%) fechou o semestre positivamente (Gráfico 3), influenciando o resultado geral (+0,4%), já que a indústria extrativa assinalou recuo (-4,9%). Dentre as 14 atividades pesquisadas na indústria de transformação (+0,8%), 10 tiveram avanço, com destaque para confecção e acessórios (+58,2%), produtos têxteis (+51,1%), máquinas e materiais elétricos (+45,3%), e couro, artigos para viagem e calçados (+44,5%).



Dentre os resultados encontrados para o Nordeste, a pesquisa “Sondagem Industrial”, da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2021b), identificou que houve estabilidade no número de empregados no setor industrial, na passagem de maio para junho. Tal estabilidade é apontada a partir de seu índice, que ficou em 49,9 pontos, portanto muito próximo da linha divisória dos 50 pontos, após quatro meses seguidos de retração no emprego, desde fevereiro de 2021 (48,0 pontos). Este resultado refletiu o aumento de 4 p.p. na utilização da capacidade instalada (UCI) que subiu pela segunda vez no ano, passando de 64%, em maio, para 68%, em junho de 2021. Neste patamar, a indústria regional se aproxima do nível da capacidade utilizada antes da pandemia (69%, em fevereiro de 2020).

Quanto aos índices de expectativa para os próximos seis meses, todos registraram aumento, na passagem de junho para julho (CNI, 2021b), expressando maior percepção de otimismo pelo empresário regional: expectativa de demanda (de 61,5 para 63,2); quantidade exportada (de 55,3 para 56,1); compra de matérias-primas (de 59,5 para 59,9), e número de empregados (de 53,7 para 54,5). Esta melhora pode ser explicada, em parte, pela gradual retomada das atividades produtivas, a partir das medidas de flexibilização do isolamento social, ao longo do semestre, e pelo retorno, ainda que parcial, dos programas governamentais de combate à pandemia, tais como o auxílio emergencial e os destinados às empresas. Já o índice de “intenção de investimento” passou de 55,9 para 57,7 pontos, 13,2 pontos acima do registrado em julho do ano passado (44,5 pontos).

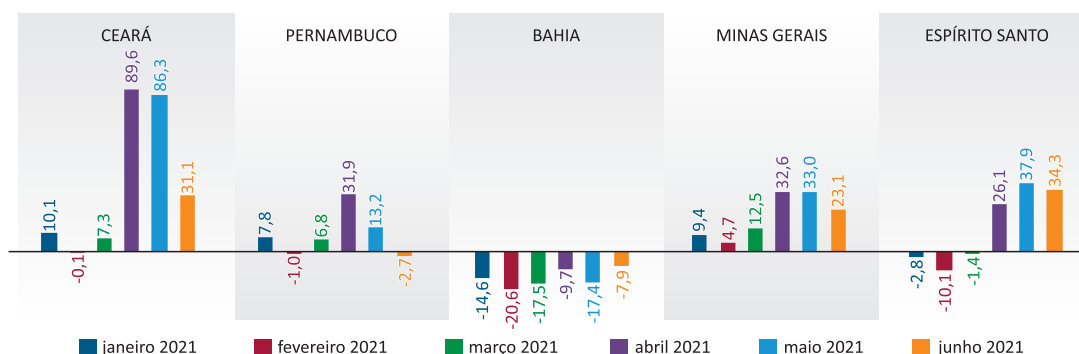
Por sua vez, os índices que medem a percepção quanto às condições financeiras das empresas industriais, embora melhorando na passagem do primeiro para o segundo trimestre desse ano, ainda não expressam satisfação por parte dos empresários da Região: lucro operacional (de 44,0 para 45,8 pontos), situação financeira (de 49,9 para 50,1) e dificuldade de acesso ao crédito (de 38,8 para 39,6 pontos).

## Atividade Industrial nos Estados da área de atuação do BNB

O nível de atividade industrial assinalou crescimento em apenas 5 dos 15 locais pesquisados no País, na passagem de maio para junho de 2021, conforme aponta a pesquisa do IBGE (IBGE, 2021d). Dentre eles, registrando a primeira, segunda e quarta maiores taxas estão, respectivamente, Bahia (+10,5%), Região Nordeste (+6,4%), e Ceará (+3,8%). Os demais Estados que fazem parte da área de atuação do BNB, e que são divulgados pela Pesquisa, assinalaram retração: Minas Gerais (-0,6%), Espírito Santo (-1,6%), e Pernambuco (-2,8%).

Contudo, no confronto interanual estes resultados divergem, diante de diferentes dinâmicas econômico-industriais observadas nos Estados. O Gráfico 4 mostra o desempenho mensal dos Estados em questão, frente a igual mês do ano anterior, de modo que se pode acompanhar como estes evoluíram ao longo do ano. A partir desta observação, é possível argumentar que o contido avanço registrado na produção industrial do Nordeste (+0,4%), no 1º semestre de 2021, foi principalmente influenciado pelo resultado da Bahia (-15,0%), que apresentou retração em todos os meses do ano.

Gráfico 4 – Taxa de crescimento da produção industrial mensal (%) – Estados da área de atuação do BNB – janeiro a junho de 2021 (Base: igual período do ano anterior)

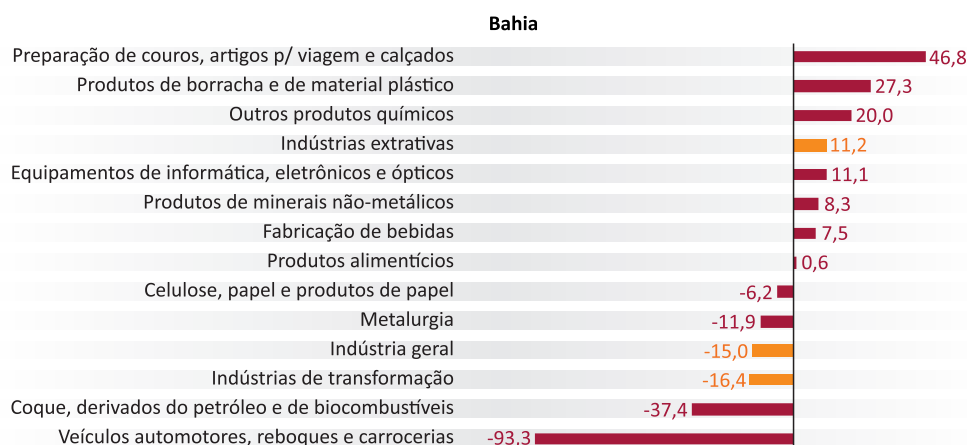


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021c).

Conforme a FIEB (Federação das Indústrias do Estado da Bahia), além dos efeitos da pandemia sobre a produção industrial, outros fatores que ocorreram neste primeiro semestre explicam estes recuos no Estado.

Destacam-se o encerramento das atividades do complexo Ford Camaçari, fechando uma importante montadora de automóveis que repercutiu de forma severa no setor, e a ocorrência de paradas para manutenção na RLAM (Refinaria Landulpho Alves), que provocou redução expressiva na atividade de refino de petróleo e biocombustíveis na primeira metade do ano - este setor representa 31,0% do VTI (valor de transformação industrial) da Indústria de transformação baiana (FIEB, 2021). No acumulado do ano, a Bahia (-15,0%) apresentou o recuo mais acentuado do País, pressionada pela indústria de transformação (-16,4%), já que a indústria extrativa assinalou avanço (+11,2%). Conforme se observa no Gráfico 5, a indústria de transformação baiana apontou queda em apenas quatro setores: veículos automotores, reboques e carrocerias (-93,3%), coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (-37,4%), metalurgia (-11,9%), e papel e celulose (-6,2%).

Gráfico 5 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Bahia – 1º semestre de 2021 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021c).

O Ceará, favorecido pela reduzida base de comparação (tendo em vista que recuou -42,4% no 2º trimestre de 2020), registrou elevadas taxas de crescimento em todos os meses do 2º trimestre de 2021 (Gráfico 4), fechando o período com taxa trimestral de +62,4%. No acumulado de janeiro a junho (+26,8%), apresentou o maior crescimento semestral do País. Com resultado associado apenas à indústria de transformação (+26,8%), assinalou retração apenas em duas atividades (Gráfico 6), alimentos (-12,2%) e derivados do petróleo (-13,8%). Destacaram-se positivamente: Têxteis (+128,9%), Confecção e vestuário (+77,8%), Couro e calçados (+71,0%) e Máquinas e aparelhos elétricos (+71,0%).

Pernambuco, apesar da retração em junho deste ano (-2,7%), frente a junho de 2020, fechou positivamente o trimestre (+12,5%, em cima da queda de -13,4% do 2º trimestre de 2020). No acumulado do ano (+8,0%), também refletindo apenas a indústria de transformação (+8,0%), observou redução em apenas duas atividades (Gráfico 6), alimentos (-4,8%) e sabões e cosméticos (-2,0%). Favorecidos pela base de comparação muito reprimida, todos os demais setores, tiveram desempenho positivo, com destaque para outros equipamentos de transporte (+110,0%).

Levando em conta que o 2º trimestre de 2020 foi o mais atingido pelos efeitos econômicos da pandemia de Covid-19, Espírito Santo (+32,6%) e Minas Gerais (+29,3%) cresceram em igual período deste ano, apresentando sequências mensais de taxas positivas elevadas, conforme se observa no Gráfico 4. No acumulado do semestre, Espírito Santo (+11,3%) apresentou taxa negativa apenas na indústria extrativa (-14,1%). Cresceu +29,5% na indústria de transformação, refletindo elevação nos quatro setores pesquisados (Gráfico 6), com destaque para celulose e papel (+42,0%).

Minas Gerais registrou taxas positivas em todos os meses desse ano, frente a iguais meses de 2020 (Gráfico 4) e fechou o semestre (+19,1%) com crescimento tanto na indústria extrativa (+20,2%), quanto na de transformação (+18,9%). Conforme aponta o Gráfico 6, se destacou em: veículos automotores (+121,8%) e máquinas e equipamentos (+54,2%). Dentre os Estados em questão, este foi o único, até o momento, a superar o nível de produção anterior ao do início da pandemia (crescimento de 15,5%, em junho de 2021, frente a fevereiro de 2020).

Gráfico 6 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Estados selecionados da área de atuação do BNB – 1º semestre de 2021 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021c).

## **REFERÊNCIAS**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Sondagem Industrial**. Falta e alto custo de insumos e matérias-primas ainda atrapalham a Indústria. CNI, Ano 24, Número 6, Junho de 2021. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondagem-industrial/>. Acesso em: 09.08.2021a.

\_\_\_\_\_. **Sondagem Industrial. Série Recente Junho/2021**. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondagem-industrial/>. Acesso em: 09.08.2021b.

\_\_\_\_\_. Consulta empresarial: Empresários se preocupam com efeitos da crise hídrica sobre o mercado de energia. **Indicadores Econômicos CNI**, Ano 8, Número 2, julho de 2021. Disponível em : [https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer\\_public/cc/a4/cca4b640-2806-43ce-af81-ed2f42a0534d/consulta\\_cni\\_-\\_crise\\_hidrica.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/cc/a4/cca4b640-2806-43ce-af81-ed2f42a0534d/consulta_cni_-_crise_hidrica.pdf). Acesso em: 10.08.2021c

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA (FIEB). Indústria de transformação física baiana encolheu 9% no acumulado de 12 meses. **Notícias FIEB**, 13 de agosto de 2021. Disponível em: [http://www.fieb.org.br/apoio\\_a\\_industria/Noticia/9138/Industria-de-transformacao-fisica-baiana-encolheu-9-no-acumulado-de-12-meses.aspx](http://www.fieb.org.br/apoio_a_industria/Noticia/9138/Industria-de-transformacao-fisica-baiana-encolheu-9-no-acumulado-de-12-meses.aspx). Acesso em: 26.08.2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil** - PIM-PF - Jun. 2021. IBGE, agosto de 2021. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim\\_pfbr\\_2021\\_jun.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim_pfbr_2021_jun.pdf). Acesso em: 03.08.2021a.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil. Tabela 3651** - Produção Física Industrial, por grandes categorias econômicas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3651>. Acesso em: 03.08.2021b.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física. Tabela 3653** - Produção Física Industrial, por seções e atividades industriais. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3653>. Acesso em: 05.08.2021c.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional** - PIM-PFR - Jun. 2021. IBGE, agosto de 2021. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim\\_pfr\\_2021\\_jun.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2021_jun.pdf). Acesso em: 23.08.2021d.

\_\_\_\_\_. Produção industrial registra variação nula em junho. **Agência Notícias IBGE**. Indústria nacional, 03.08.2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31282-producao-industrial-registra-variacao-nula-em-junho>. Acesso em: 03 de agosto 2021e.

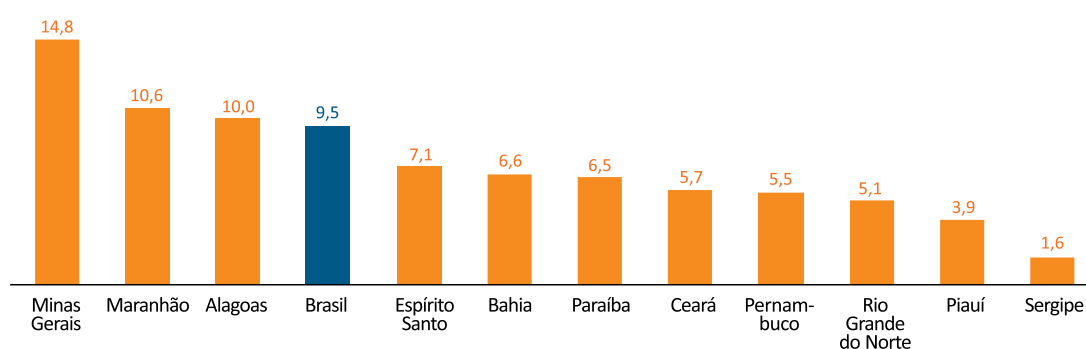
INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDE). **Análise IEDE: Reação sem continuidade**. São Paulo, 03/08/2021. Disponível em: [https://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_1061.html](https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1061.html). Acesso em: 04.08.2021.

## 4 Setor de Serviços

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviços nacional teve uma elevação de 9,5% no acumulado do ano até junho de 2021, conforme apresentado no Gráfico 1. Já na variação trimestral interanual, que representa a comparação do 2º trimestre de 2021 em relação ao 2º trimestre de 2020, registrou-se crescimento de 21,5%. Para o acumulado dos últimos 12 meses, o crescimento foi de apenas 0,4%.

Na comparação do mês de junho de 2021, em relação ao mesmo mês do ano anterior, observou-se um crescimento de 21,1%, porém quando comparamos o mês de junho de 2021 com o mês de maio de 2021, na série com ajuste sazonal, verificou-se um crescimento de 1,8%.

Gráfico 1 – Variação percentual acumulada do volume de serviços (%) – Brasil e Estados selecionados - janeiro/2021 a junho/2021 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

No âmbito das atividades que compõem o setor, todas avançaram. Esse resultado se deve, principalmente, a um conjunto de serviços que se beneficiou da própria pandemia ou não foram tão afetados pela mesma. Setores considerados mais dinâmicos e focados em inovação e capital, frente aos serviços intensivos em mão de obra, conseguiram se reposicionar, aproveitando as oportunidades relacionadas a experiências digitais e *on line* geradas pela necessidade do distanciamento social.

A maior alta registrada foi dos Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio (14,8%) na variação do acumulado do segundo trimestre de 2021, seguido de Outros Serviços (9,5%), Serviço de Informação e Comunicação (8,5%), Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares (5,5%) e Serviços Prestados às Famílias (2,9%), em concordância com a Tabela 1.

Importante ressaltar que os serviços que foram impulsionados estão em destaque desde meados do ano passado, tais como os serviços de tecnologia da informação, consultoria empresarial, serviços financeiros auxiliares, transporte de carga, apoio logístico e armazenagem de mercadorias. Deste modo, os segmentos em questão, correlacionados com a prestação de serviços não presenciais, consequentemente, mostram um dinamismo significativo.

Quanto às subatividades nacionais, destacaram-se positivamente em ordem decrescente: Serviço de Tecnologia da Informação (23,4%), Transporte Aéreo (19,5%) e Transporte Terrestre (15,1%). Os setores que menos cresceram, foram: Serviços Administrativos e Complementares (2,7%) e Telecomunicações (0,2%). Apenas uma atividade teve queda no período: Outros Serviços Prestados às Famílias (-3,1%). Ademais, nota-se que as taxas mais elevadas estão relacionadas às atividades de transportes, o que pode ser explicado pelo aumento da demanda por esses serviços após a retomada da economia, a partir do crescimento da vacinação e do relaxamento das medidas de isolamento para o combate da pandemia da Covid-19.

O volume de serviços cresceu de maneira significativa para grande maioria dos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste (BNB), na análise da comparação interanual do acumulado do ano até junho de 2021, como pode ser observado no Gráfico 1. O Estado de Minas Gerais (14,8%) teve a maior taxa de crescimento, seguido dos estados do Maranhão (10,6%), Alagoas (10,0%), Espírito Santo

(7,1%), Bahia (6,6%), Paraíba (6,5%), Ceará (5,7%), Pernambuco (5,5%), Rio Grande do Norte (5,1%), Piauí (3,9%) e Sergipe (1,6%). No período analisado, não se constatou queda nas atividades ligadas ao setor de Serviços em nenhum dos estados da área de atuação do BNB.

Tabela 1 – Variação percentual acumulada do volume de serviços: atividades e subatividades (%) – Brasil e Estados selecionados – janeiro/2021 a junho/2021 (Base: igual período do ano anterior) <sup>1</sup>

| Atividades e Subatividades *                                      | Brasil      | Ceará        | Pernam-<br>buco | Bahia       | Minas<br>Gerais | Espírito<br>Santo |
|-------------------------------------------------------------------|-------------|--------------|-----------------|-------------|-----------------|-------------------|
| <b>Serviços prestados às famílias</b>                             | <b>2,9</b>  | <b>-16,4</b> | <b>19,4</b>     | <b>9,8</b>  | <b>-3,9</b>     | <b>9,1</b>        |
| Serviços de alojamento e alimentação                              | 4,1         | -            | -               | -           | -               | -                 |
| Outros serviços prestados às famílias                             | -3,1        | -            | -               | -           | -               | -                 |
| <b>Serviços de informação e comunicação</b>                       | <b>8,5</b>  | <b>1,0</b>   | <b>0,9</b>      | <b>-1,3</b> | <b>2,1</b>      | <b>2,2</b>        |
| Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)          | 8,7         | -            | -               | -           | -               | -                 |
| Telecomunicações                                                  | 0,2         | -            | -               | -           | -               | -                 |
| Serviços de Tecnologia da Informação                              | 23,4        | -            | -               | -           | -               | -                 |
| Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias           | 6,3         | -            | -               | -           | -               | -                 |
| <b>Serviços profissionais, administrativos e complementares</b>   | <b>5,5</b>  | <b>11,3</b>  | <b>3,0</b>      | <b>1,2</b>  | <b>12,7</b>     | <b>4,4</b>        |
| Serviços técnico-profissionais                                    | 13,1        | -            | -               | -           | -               | -                 |
| Serviços administrativos e complementares                         | 2,7         | -            | -               | -           | -               | -                 |
| <b>Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio</b> | <b>14,8</b> | <b>19,0</b>  | <b>6,2</b>      | <b>12,9</b> | <b>26,4</b>     | <b>10,5</b>       |
| Transporte terrestre                                              | 15,1        | -            | -               | -           | -               | -                 |
| Transporte aquaviário                                             | 11,6        | -            | -               | -           | -               | -                 |
| Transporte aéreo                                                  | 19,5        | -            | -               | -           | -               | -                 |
| Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio        | 14,4        | -            | -               | -           | -               | -                 |
| <b>Outros serviços</b>                                            | <b>9,5</b>  | <b>-8,9</b>  | <b>9,4</b>      | <b>10,7</b> | <b>50,0</b>     | <b>2,7</b>        |
| <b>Total</b>                                                      | <b>9,5</b>  | <b>5,7</b>   | <b>5,5</b>      | <b>6,6</b>  | <b>14,8</b>     | <b>7,1</b>        |

\* O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.  
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

O IBGE detalha o setor de Serviços para cinco Estados da área de atuação do BNB. Três Estados tiveram queda em pelo menos uma das atividades consideradas no primeiro semestre de 2021, conforme a Tabela 1. No caso do Ceará, houve uma diminuição de 16,4% nos Serviços Prestados às Famílias e de 8,9% nos Outros Serviços. Porém, o Estado obteve alta de 19,0% em Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio, 11,3% em Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares e 1,0% em Serviços de Informação e Comunicação. Já para a Bahia, observou-se um declínio de 1,3% no Serviço de Informação e Comunicação no período, contudo apresentou bons resultados de 12,9% em Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio, 10,7% em Outros Serviços e 9,8% em Serviços Prestados às Famílias.

Em Minas Gerais, o Estado da área de atuação que mais cresceu no setor de serviços, destaca-se nas expressivas altas em Outros Serviços (50,0%) e Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio (26,4%). Apenas a atividade de Serviços Prestados às Famílias apresentou redução (-3,9%). Para o Espírito Santo, as maiores taxas ficaram em Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio (10,5%) e Serviços Prestados às Famílias (9,1%). Pernambuco teve como crescimento mais importante a atividade de Serviços Prestados às Famílias (19,4%) e, assim como no Espírito Santo, registrou alta em todas as atividades mencionadas, como indica a Tabela 1.

Ainda segundo dados do IBGE, observou-se que, no primeiro semestre de 2021, os Estados do Piauí, Ceará, Sergipe, Rio Grande do Norte, Bahia e Paraíba não apresentaram um índice de variação de volume de serviços, com ajuste sazonal, acima do nível em que se encontravam no momento pré-pandêmico. O que evidencia que o setor de Serviços, apesar do forte crescimento das atividades em quase todos os Estados da área de atuação, não atingiu uma recuperação plena até o presente momento.

## **5 Varejo**

### **Setor de Comércio**

De acordo com os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o comércio varejista nacional apresentou um crescimento de 6,7% no acumulado do ano até junho de 2021 e 5,9% no acumulado dos últimos 12 meses encerrados no mesmo mês. Todavia, mesmo diante da crise econômica proveniente da pandemia do Coronavírus, é possível observar a retomada do crescimento do comércio devido à diminuição das medidas restritivas e ao avanço da vacinação por todo o País.

No que concerne ao comércio varejista, comparativamente ao mês de junho de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, verifica-se um crescimento de 6,3%, sendo este, o quarto crescimento consecutivo do indicador.

Entretanto, as vendas do comércio varejista caíram 1,7%, de maio de 2021 para junho de 2021, na série com ajuste sazonal; após dois meses consecutivos de crescimento, esta foi a maior retração do setor neste ano e a segunda maior para um mês de junho desde o início da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), em 2000. Justaposto a isto, para o resultado de junho de 2021, é imprescindível evidenciar que o varejo se encontra acima do patamar pré-pandemia, ou seja, localiza-se acima do patamar de fevereiro de 2020.

Além disto, é importante evidenciar que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou a taxa básica de juros em mais 1 ponto percentual, consolidando a taxa em 6,25% a.a., sendo a quinta subida consecutiva desde março de 2021 após um longo período de estabilidade em torno de 2%. Assim, este é o maior valor da Selic desde agosto de 2019. A previsão do mercado é que a Selic continue subindo nas próximas duas reuniões do Comitê, chegando ao final de 2021 por volta de 8,25%. Com a Selic mais alta, o crédito torna-se mais caro, e consequentemente reduz o consumo das famílias, com o intuito de controlar a subida dos preços e levar o IPCA ao centro da meta de 3,5% ao final do ano de 2022, já que a meta de 3,8% ao final de 2021 não será possível de ser atingida. Desta maneira, observa-se uma forte influência da política monetária no comércio varejista restrito e ampliado.

Segundo a análise dos dez grupos de atividades componentes do setor pesquisados para o País contidos na Tabela 1, é possível notar variações positivas no volume de vendas presentes em quase todos os segmentos, com exceção de Livros, jornais, revistas e papelaria (-22,8%) e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-2,7%), nos quais apresentaram declínios. No entanto, é importante evidenciar que o grupo de atividades Livros, jornais, revistas e papelaria apresenta consecutivas quedas, como consequência da forte substituição dos livros físicos por livros digitais iniciada com mais intensidade a partir do ano de 2017. Em relação ao grupo de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, o declínio em questão é explicado pela chegada da segunda onda da Covid-19 em março de 2021, somado ao aumento da inflação em itens importantes da cesta de consumo mensal das famílias, como por exemplo as carnes bovina, suína e de aves.

Ademais, é relevante evidenciar que as atividades que apresentaram maiores crescimentos no cenário brasileiro diante da mudança do consumo, com base nos efeitos causados pela pandemia da Covid-19, são: Tecidos, vestuário e calçados (32,5%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (31,6%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (16,2%).

É imprescindível observar que o varejo ampliado nacional, no qual inclui a comercialização de Veículos, motocicletas, partes e peças e Materiais de construção, registrou crescimento de 12,3%, puxado pelos segmentos de Veículos, motocicletas, partes e peças (27,5%) e Material de construção que registrou um aumento (21,5%).

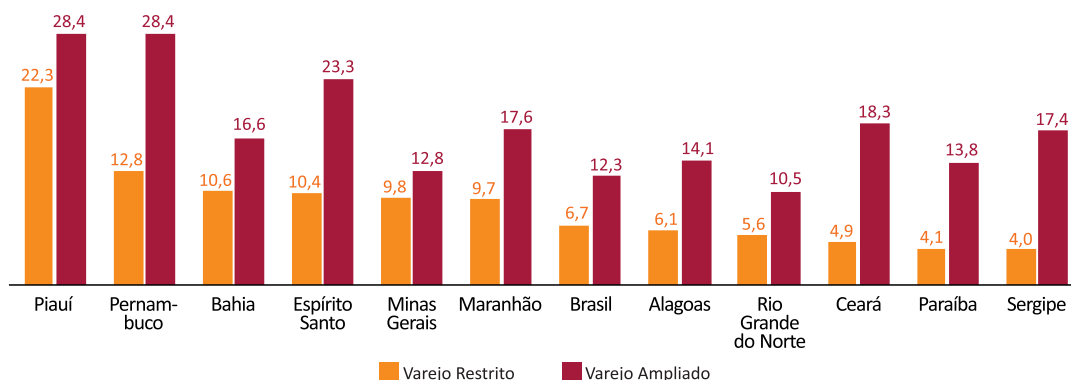


Tabela 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e estados selecionados <sup>(1)</sup>

| Comércio e atividades                                                   | Brasil      | Ceará       | Pernam-<br>buco | Bahia       | Minas<br>Gerais | Espírito<br>Santo |
|-------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-----------------|-------------|-----------------|-------------------|
| <b>Comércio varejista</b>                                               | <b>6,7</b>  | <b>4,9</b>  | <b>12,8</b>     | <b>10,6</b> | <b>9,8</b>      | <b>10,4</b>       |
| Combustíveis e lubrificantes                                            | 4,0         | 16,9        | 12,3            | 9,6         | 7,9             | 27,0              |
| Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo     | -2,7        | -7,8        | -8,0            | -9,3        | 0,7             | 1,0               |
| <i>Hipermercados e supermercados</i>                                    | -2,2        | -7,1        | -9,5            | -8,5        | 0,4             | 1,8               |
| Tecidos, vestuário e calçados                                           | 32,5        | 24,7        | 44,8            | 42,7        | 14,7            | 51,9              |
| Móveis e eletrodomésticos                                               | 11,0        | 28,5        | -12,9           | 39,9        | 9,5             | -1,8              |
| <i>Móveis</i>                                                           | 17,5        | 35,2        | 1,1             | 29,7        | 43,4            | -8,9              |
| <i>Eletrodomésticos</i>                                                 | 8,4         | 21,8        | -16,6           | 44,6        | 2,2             | -3,3              |
| Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos | 16,2        | 9,3         | 44,6            | 17,8        | 24,8            | 17,5              |
| Livros, jornais, revistas e papelaria                                   | -22,8       | -24,9       | 5,6             | -31,3       | -22,0           | -13,3             |
| Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação     | 5,9         | 18,0        | 3,3             | 10,0        | -4,5            | 45,3              |
| Outros artigos de uso pessoal e doméstico                               | 31,6        | 12,2        | 51,7            | 37,4        | 54,4            | 42,8              |
| <b>Comércio varejista ampliado</b>                                      | <b>12,3</b> | <b>18,3</b> | <b>28,4</b>     | <b>16,6</b> | <b>12,8</b>     | <b>23,3</b>       |
| Veículos, motocicletas, partes e peças                                  | 27,5        | 46,7        | 79,4            | 46,5        | 24,5            | 41,3              |
| Material de construção                                                  | 21,5        | 41,1        | 22,3            | -0,5        | 18,5            | 28,7              |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2021). Nota (1): Variação acumulada no ano de janeiro/2021 a junho/2021 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

No que tange aos 11 Estados pertencentes à área de atuação do BNB apresentados no Gráfico 1, todos evidenciaram crescimento, sendo que em relação ao varejo ampliado, os que tiveram maiores registros, foram: Piauí (28,4%), Pernambuco (28,4%) e Espírito Santo (23,3%); já os que expuseram menores expansões, foram: Rio Grande do Norte (10,5%), Minas Gerais (12,8%) e Paraíba (13,8%).

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio - Brasil e estados selecionados <sup>(1)</sup>

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2021). Nota (1): Variação acumulada no ano de janeiro/2021 a junho/2021, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Em relação ao Varejo Restrito, também é possível notar que todos os Estados apresentaram elevação, entre esses, Piauí (22,3%), Pernambuco (12,8%) e Bahia (10,6%), com as variações mais expressivas, enquanto Sergipe (4,0%), Paraíba (4,1%) e Ceará (4,9%) registraram as menores expansões.

No Estado do Ceará (Tabela 1), os grupos que apresentaram maior crescimento foram: Móveis e eletrodomésticos (28,5%), Tecidos, vestuário e calçados (24,7%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (18,0%) e Combustíveis e lubrificantes (16,9%). Os dois grupos de atividades que adicionam-se ao varejo restrito para compor o Comércio varejista ampliado também obtiveram significativas altas, com Veículos, motocicletas, partes e peças (46,7%) e Material de construção (41,1%). Todavia, os únicos segmentos deste Estado a apresentarem declínio foram Livros, jornais, revistas e papelaria (-24,9%) e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-7,8%).



Já em relação a Pernambuco, registrou-se declínio em relação aos segmentos Móveis e eletrodomésticos (-12,9%) e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-8,0%). Por outro lado, obteve-se alta em Outros artigos de uso pessoal e doméstico (51,7%), Tecidos, vestuário e calçados (44,8%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (44,6%), com um crescimento mais intenso em Veículos, motocicletas, partes e peças (79,4%).

No que se refere à Bahia, os maiores aumentos foram nos segmentos de Tecidos, vestuário e calçados (42,7%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (37,4%), aliados também a Veículos, motocicletas, partes e peças (46,5%). Contudo, apresentou-se uma forte queda na atividade de Livros, jornais, revistas e papelaria (-31,3%), no qual, dentre os estados analisados, registrou-se o mais alto declínio. Em Minas Gerais, os destaques positivos foram Outros artigos de uso pessoal e doméstico (54,4%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (24,8%) e Veículos, motocicletas, partes e peças (24,5%), porém sendo também um dos estados nos quais apresentou declínio em Livros, jornais, revistas e papelaria (-22,0%).

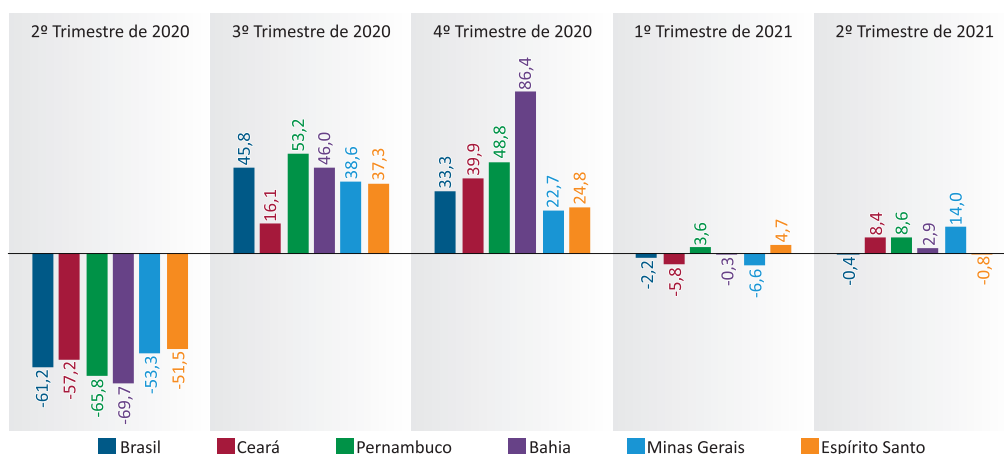
Acerca do Estado do Espírito Santos, verifica-se as maiores expansões em Tecidos, vestuário e calçados (51,9%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (45,3%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (42,8%) e Veículos, motocicletas, partes e peças (41,3%). Em contrapartida, também apresentou-se queda em Livros, jornais, revistas e papelaria (-13,3%).

Autores: Nicolino Trompieri Neto, Professor do Departamento de Economia da Universidade de Fortaleza – Unifor. Alysson Inácio de Oliveira, Catherine dos Santos Rodrigues e Vicente Aníbal da Silva Neto, graduandos da Unifor e estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas – Nupe/Unifor.

## 6 Turismo

Conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na série com ajustes sazonais, as atividades turísticas apresentaram retração de 0,4% no segundo trimestre de 2021, quando comparado com o trimestre imediatamente anterior. Como pode ser visto no Gráfico 1, o Índice de Atividades Turísticas (IATUR) disponibiliza informações para cinco estados pertencentes a área de atuação do Banco do Nordeste. Quatro destes registraram desempenhos positivos para o trimestre analisado, sendo estes: Minas Gerais (+14,0%), Pernambuco (+8,6%), Ceará (+8,4%) e Bahia (+2,9%), todos com resultados acima da média nacional. Apenas o Estado de Espírito Santo (-0,8%) apresentou retração no período.

Gráfico 1 – Variação (%) trimestral móvel do Índice de Volume do IATUR\*.



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2021).

\* Com ajuste sazonal.

Observando as principais taxas de variações derivadas do índice para o Brasil e estados selecionados, verifica-se que na comparação de junho com o mês imediatamente anterior, efetuados os ajustes sazonais, o índice apresenta crescimento de 11,1% (Tabela 1), segunda taxa positiva consecutiva. No acumulado do ano, as atividades turísticas registram crescimento de 4,6%. Entretanto, deve-se salientar que o segmento de turismo ainda se encontra 24,8% abaixo do patamar pré-pandemia.

Como pode ser visto na Tabela 1, todos os estados apresentaram taxas positivas na comparação mensal de junho com o mês anterior, destacando-se o desempenho dos estados de Minas Gerais (+20,7%), Pernambuco (+12,6%) e Ceará (+17,3%) com taxas positivas para o terceiro mês consecutivo. Na variação acumulada do ano, apenas o Estado do Ceará registrou declínio de 6,0% na série encerrada em junho. Todos os estados analisados ainda se encontram abaixo do patamar de fevereiro do ano passado.

Tabela 1 – Indicadores de Volume das Atividades Turísticas, segundo Brasil e Unidades da Federação – Variação (%).

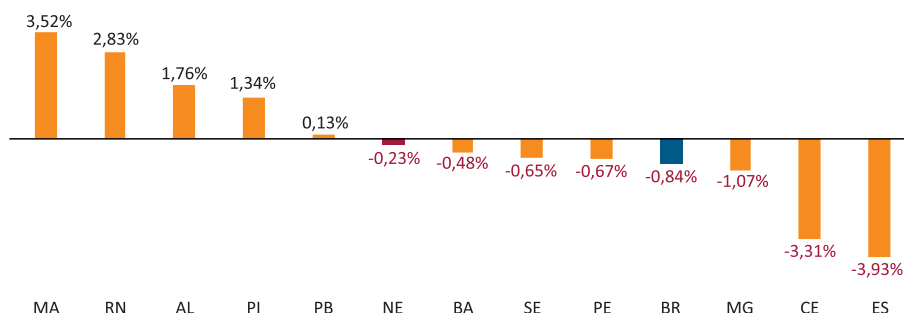
| Brasil e Unidade da Federação | Mês/Mês anterior* |      |      | Interanual |       |       | Acumulado do ano |       |      | Últimos 12 meses |       |       |
|-------------------------------|-------------------|------|------|------------|-------|-------|------------------|-------|------|------------------|-------|-------|
|                               | ABR               | MAI  | JUN  | ABR        | MAI   | JUN   | ABR              | MAI   | JUN  | ABR              | MAI   | JUN   |
| Brasil                        | -3,5              | 27,3 | 11,1 | 72,5       | 102,5 | 92,6  | -17,4            | -5,5  | 4,6  | -36,8            | -29,7 | -22,2 |
| Ceará                         | 4,4               | 22,6 | 17,3 | 47,7       | 116,1 | 124,0 | -27,9            | -17,4 | -6,0 | -43,7            | -37,2 | -29,6 |
| Pernambuco                    | 5,1               | 26,4 | 12,6 | 126,8      | 158,8 | 172,3 | -8,0             | 6,1   | 19,4 | -36,4            | -28,0 | -18,0 |
| Bahia                         | -5,6              | 51,1 | 11,0 | 123,3      | 197,3 | 213,3 | -9,0             | 4,0   | 16,5 | -35,3            | -27,2 | -17,9 |
| Minas Gerais                  | 2,8               | 27,4 | 20,7 | 55,0       | 80,6  | 100,9 | -16,6            | -5,3  | 7,0  | -34,8            | -28,0 | -19,9 |
| Espírito Santo                | -20,5             | 42,8 | 7,7  | 45,1       | 92,6  | 86,5  | -7,7             | 3,4   | 12,8 | -31,1            | -24,0 | -16,3 |

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2021).

\* Com ajuste sazonal.

Com base nas atividades contidas no IATUR<sup>1</sup>, levantou-se o estoque de emprego e a movimentação no mercado de trabalho formal com o objetivo de reunir uma amostra que representasse o setor turístico. Os dados em questão são apresentados no Gráfico 2 e na Tabela 2.

Gráfico 2 – Variação (%) do estoque de empregos das atividades turísticas – Brasil, Nordeste e Estados selecionados <sup>(1)</sup>.



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Novo Caged / RAIS.

Notas (1): Variação acumulada no ano de janeiro/2021 a junho/2021.

Tabela 2 – Movimentação no mercado de trabalho formal do setor de turismo – 2º trimestre de 2020 e 2021.

| Estados             | 2º Trim. de 2020 |                |                 | 2º Trim. de 2021 |                |               | var. %      |
|---------------------|------------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|---------------|-------------|
|                     | Admitidos        | Desligados     | Saldo           | Admitidos        | Desligados     | Saldo         |             |
| Alagoas             | 343              | 3.759          | -3.416          | 1.554            | 1.608          | -54           | 13,3%       |
| Bahia               | 1.404            | 18.058         | -16.654         | 6.801            | 7.193          | -392          | 5,7%        |
| Ceará               | 975              | 10.061         | -9.086          | 4.529            | 4.511          | 18            | 3,5%        |
| Maranhão            | 526              | 2.681          | -2.155          | 1.818            | 1.601          | 217           | 10,0%       |
| Paraíba             | 321              | 2.693          | -2.372          | 1.446            | 1.684          | -238          | 6,5%        |
| Pernambuco          | 1.064            | 10.662         | -9.598          | 4.414            | 5.120          | -706          | 3,9%        |
| Piauí               | 177              | 2.044          | -1.867          | 1.141            | 1.090          | 51            | 2,8%        |
| Rio Grande do Norte | 476              | 4.373          | -3.897          | 1.961            | 2.192          | -231          | 8,7%        |
| Sergipe             | 220              | 1.934          | -1.714          | 740              | 993            | -253          | 1,0%        |
| <b>Nordeste</b>     | <b>5.506</b>     | <b>56.265</b>  | <b>-50.759</b>  | <b>24.404</b>    | <b>25.992</b>  | <b>-1.588</b> | <b>5,6%</b> |
| Minas Gerais        | 6.693            | 33.267         | -26.574         | 20.832           | 21.308         | -476          | 0,1%        |
| Espírito Santo      | 1.131            | 7.164          | -6.033          | 3.951            | 4.908          | -957          | 1,6%        |
| <b>Brasil</b>       | <b>54.536</b>    | <b>341.994</b> | <b>-287.458</b> | <b>203.553</b>   | <b>206.066</b> | <b>-2.513</b> | <b>1,2%</b> |

Fonte: Novo Caged / RAIS. Elaboração: BNB/Etene.

Notas (1): Dados do Novo Caged com ajuste para o 2º trimestre de 2020 e 2021.

\* A variação trimestral do emprego toma como referência o estoque do trimestre do ano anterior, sem ajustes.

Os empregos formais gerados pelos segmentos de turismo apresentam declínio de 0,84% no acumulado do ano de 2021. No decorrer do ano, verificou-se 16,8 mil postos de trabalhos a menos ocupados, muito embora a geração de emprego nos últimos dois meses tenha se mostrado positiva, registrando saldos positivos de 18,6 mil e 4,7 mil para os meses de junho e maio, respectivamente. As fortes quedas nos meses de março e abril fizeram com que o saldo do ano fosse negativo.

A Região Nordeste apresenta queda de 0,23% na geração de empregos formais no ano de 2021, ficando levemente acima da média nacional. No que tange os estados pertencentes à área de atuação do BNB, cinco apresentaram taxas positivas. Da maior variação para a menor, destaca-se o Maranhão com crescimento de 3,52%, seguido do Rio Grande do Norte (+2,83%), Alagoas (+1,76%), Piauí (+1,34%) e Paraíba (+0,13%). Os demais estados registraram queda no estoque de emprego no decorrer do ano.

1 Os códigos das atividades foram selecionados com base nas CNAES coletadas pelo IBGE na construção do IATUR. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms\\_2021\\_jun.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2021_jun.pdf)

Espírito Santo e Ceará foram os estados com os menores desempenho até então, com taxas negativas de 3,93% e 3,31%, respectivamente.

No segundo trimestre de 2021, verificou-se queda do emprego em âmbito nacional de 2,5 mil postos de trabalho. A Região Nordeste registrou 1,5 mil empregos formais a menos. Em relação aos estados, apenas Maranhão, Piauí e Ceará apresentaram saldos positivos na criação de emprego no setor de turismo.

Comparando o estoque de emprego do 2º trimestre de 2021 com o mesmo período do ano anterior, todos os estados apresentaram crescimento, com destaque para Alagoas (+13,3%), Maranhão (+10,0%) e Rio Grande do Norte (+8,7%). As menores taxas registradas foram nos estados de Minas Gerais (+0,1%), Sergipe (+1,0%) e Espírito Santo (+1,6%).

Os dados de quantidade de passageiros em aeroportos podem ser utilizados para entender a dinâmica das atividades turísticas nas regiões e estados brasileiros. No segundo trimestre do ano, é possível observar uma forte retomada nos voos de natureza doméstica em todos os estados. Em contrapartida, os voos de natureza internacional ainda se encontram em patamares bem inferiores aos registrados antes de fevereiro de 2020.

A Tabela 3 reúne as informações, entre as regiões brasileiras, da quantidade de passageiros em aeroportos por natureza do voo, doméstica ou internacional. Sendo categorizado como doméstico aqueles passageiros que embarcaram em aeroportos nacionais e viajaram para outra localidade dentro do País. A categoria internacional é atribuída àqueles passageiros que embarcaram em aeroportos estrangeiros e tiveram como destino localidades brasileiras.

Em todo o País, os voos de natureza doméstica registraram crescimento de 1,2% no acumulado do ano até junho, em comparação com igual período do ano anterior. Dentre as grandes regiões, apenas o Sul apresentou queda no número de passageiros embarcados em seus aeroportos (-17,7%). As demais regiões registraram crescimento no número de passageiros, Norte e Nordeste representaram 30% destes passageiros, com crescimento de 20,0% e 15,4%, respectivamente. As regiões Centro-Oeste e Sudeste computaram, nessa ordem, um aumento de 5,5% e 0,7%, na comparação com igual período do ano anterior.

Em contrapartida aos desempenhos positivos nos voos domésticos, os de caráter internacional não apresentaram retomadas expressivas. No Brasil, a quantidade de passageiros que chegam do exterior caiu 78,6% na comparação com igual período. A região mais afetada foi o Norte (-94,4%), seguida do Nordeste (-92,7%), Centro-Oeste (-88,9%), Sul (-88,6%) e Sudeste (-72,6%).

Tabela 3 – Quantidade de passageiros embarcados<sup>(1)</sup> por natureza em aeroportos – Brasil e Regiões – Acumulado de 2020 e 2021<sup>(2)</sup>.

| Brasil e Regiões | Doméstica         |                   |               | Internacional    |                |                 |
|------------------|-------------------|-------------------|---------------|------------------|----------------|-----------------|
|                  | 2020              | 2021              | Var. (%)      | 2020             | 2021           | Var. (%)        |
| Norte            | 1.334.692         | 1.601.043         | 20,0% ▲       | 30.790           | 1.709          | -94,4% ▢        |
| Nordeste         | 4.895.394         | 5.650.677         | 15,4% ▲       | 183.296          | 13.302         | -92,7% ▢        |
| Centro-Oeste     | 2.758.442         | 2.911.161         | 5,5% ▲        | 81.473           | 9.068          | -88,9% ▢        |
| Sudeste          | 9.524.419         | 9.592.600         | 0,7% ▲        | 1.798.208        | 492.286        | -72,6% ▢        |
| Sul              | 5.326.620         | 4.382.051         | -17,7% ▼      | 671.440          | 76.221         | -88,6% ▢        |
| <b>Brasil</b>    | <b>23.839.567</b> | <b>24.137.532</b> | <b>1,2% ▲</b> | <b>2.765.207</b> | <b>592.586</b> | <b>-78,6% ▢</b> |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Notas: (1) Passageiros pagos. (2) Acumulado do ano de janeiro a junho.

A maioria dos estados pertencentes à área de atuação do BNB apresentou crescimento no número de passageiros embarcados em voos domésticos no acumulado até junho de 2021. Como pode ser visto na Tabela 4, ficaram acima da média regional os estados de Pernambuco (+37,9%), Alagoas (+24,2%) e Paraíba (+19,1%). Em contraste, o Ceará registrou a maior queda no número de passageiros da Região, com menos 84,7 mil (-9,4%) passageiros na comparação com o mesmo período do ano anterior.

O Estado de Espírito Santo, pertencentes a Região Sudeste, registrou declínio de 2,5%, na comparação com o mesmo período do ano passado. Em contraste, Minas Gerais apresentou crescimento de 5,9% na quantidade de passageiros embarcados em seus aeroportos.

Tabela 4 – Quantidade de passageiros<sup>(1)</sup> por natureza em aeroportos – Nordeste e estados selecionados – Acumulado de 2020 e 2021<sup>(2)</sup>.

| Estados / Região    | Doméstica        |                  |                | Internacional  |               |                 |
|---------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|---------------|-----------------|
|                     | 2020             | 2021             | Var. (%)       | 2020           | 2021          | Var. (%)        |
| Alagoas             | 306.522          | 380.561          | 24,2% ▲        | 1.472          | 253           | -82,8% ▢        |
| Bahia               | 1.396.049        | 1.573.728        | 12,7% ▲        | 58.842         | 4.597         | -92,2% ▢        |
| Ceará               | 898.314          | 813.616          | -9,4% ▼        | 55.310         | 4.322         | -92,2% ▢        |
| Maranhão            | 242.886          | 256.472          | 5,6% ▲         | 32             | -             | -               |
| Paraíba             | 209.111          | 249.048          | 19,1% ▲        | 230            | -             | -               |
| Pernambuco          | 1.215.667        | 1.676.657        | 37,9% ▲        | 54.709         | 4.130         | -92,5% ▢        |
| Piauí               | 150.422          | 171.403          | 13,9% ▲        | -              | -             | -               |
| Rio Grande do Norte | 321.664          | 357.045          | 11,0% ▲        | 12.701         | -             | -               |
| Sergipe             | 154.759          | 172.147          | 11,2% ▲        | -              | -             | -               |
| <b>Nordeste</b>     | <b>4.895.394</b> | <b>5.650.677</b> | <b>15,4% ▲</b> | <b>183.296</b> | <b>13.302</b> | <b>-92,7% ▢</b> |
| Minas Gerais        | 1.387.122        | 1.469.193        | 5,9% ▲         | 49.856         | 7.898         | -84,2% ▢        |
| Espírito Santo      | 387.611          | 377.885          | -2,5% ▼        |                |               |                 |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Notas: (1) Passageiros pagos. (2) Acumulado do ano de janeiro a junho.

Apenas quatro estados da Região Nordeste registraram voos de natureza internacional até o segundo trimestre de 2021. Como visto na Tabela 3, a Região foi a segunda a registrar a maior queda no número de passageiros internacionais no período em análise. O Estado de Pernambuco apresentou o maior declínio, com 92,5% de passageiros a menos vindos do exterior, seguido do Ceará (-92,2%), Bahia (-92,2%) e Alagoas (-82,8%). Os Estados do Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe não registraram nenhum voo internacional no ano de 2021. Em relação aos estados da Região Sudeste, apenas Minas Gerais apresentou dados referentes a voos internacionais, com declínio de 84,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

**Autores:** Nicolino Trompieri Neto, Professor do Departamento de Economia da Universidade de Fortaleza – Unifor. Alysson Inácio de Oliveira, Catherine dos Santos Rodrigues e Vicente Aníbal Da Silva Neto, graduandos da Unifor e estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas – Nupe/Unifor.

## 7 Mercado de Trabalho

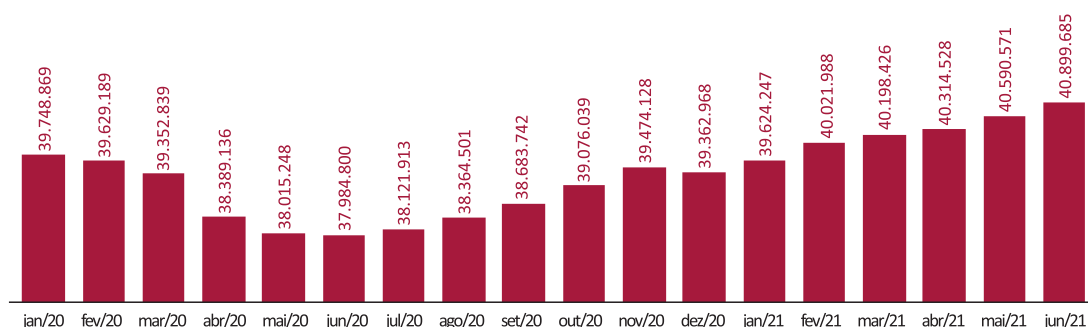
De acordo com dados do Ministério da Economia, os indicadores do mercado de trabalho no território nacional vem se mostrando bastante animadores para o primeiro semestre de 2021.

A partir do segundo semestre de 2020, o nível de emprego celetista no Brasil seguiu tendência de expansão, como mostra o Gráfico 1. No entanto, em dezembro de 2020, diante de aumento dos casos de Covid-19 e na tentativa de conter a contaminação do vírus em períodos festivos de fim de ano, houve o endurecimento às restrições de isolamento social. Consequentemente, o estoque de emprego regrediu em dezembro de 2020, atingindo 39,3 milhões de empregos.

Segundo o Ministério da Economia, entre janeiro a junho de 2021, o estoque de emprego no Brasil contabilizou sucessivos ganhos. Consequentemente, registrou-se aumento no nível de emprego no País, que chegou a 40,8 milhões em junho de 2021, expandindo-se 7,4% em relação ao mesmo período de 2020, e de 3,9% frente a dezembro de 2020, conforme a disposição dos dados do Gráfico 1.

Portanto, para o segundo semestre de 2021, a estimativa do estoque de emprego, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, seguirá tendência de crescimento, numa perspectiva de cenário otimista, diante do avanço da imunização da população brasileira e, consequentemente, da redução dos novos casos de Covid-19.

Gráfico 1 – Brasil: Evolução mensal do Estoque de emprego<sup>1</sup> - março de 2020 a junho de 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged. Nota (1): A variável estoque de emprego pode sofrer ajustes conforme atualização de dados pelo Ministério da Economia.

Quanto à movimentação do emprego, no Brasil, as contratações superaram as demissões com carteira assinada em 1.536.171 postos de trabalho, no acumulado de janeiro a junho de 2021; resultado superior ao obtido do mesmo período de 2020, quando o saldo foi negativo em -1.300.948 vagas de emprego. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

No País, todos os cinco grupos das atividades econômicas apresentaram saldo de emprego positivo no primeiro semestre de 2021, de acordo com dados disponibilizados na Tabela 1.

Serviços (+631.613 empregos) obteve maior fechamento líquido de postos de trabalho no acumulado dos seis primeiros meses de 2021. O Saldo positivo foi distribuído principalmente nas atividades de Informação, comunicação e atividades financeiras (+328.158) e Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (+225.549). Em menor proporção, registraram saldo positivo de emprego em Transporte, armazenagem e correio (+47.817), Outros Serviços (+37.817) e Serviços domésticos (+248). No período em análise, apenas Alojamento e alimentação (-7.726 postos) reduziu o nível de emprego.

No mesmo período, a Indústria Geral também registrou aumento no nível de emprego, ampliando em 340.237 novos postos de trabalho. As quatro subatividades pesquisadas apresentaram saldo positivo, em que a Indústria de transformação (+316.265) obteve significativa contribuição na formação de novos postos de trabalho, com destaque na geração de emprego na Confecção de artigos do vestuário (+37.483) e Fabricação de Produtos de Metal, exceto máquinas e equipamentos (+30.987). Mesmo em menor

proporção, as demais subatividades computaram positivamente no primeiro semestre de 2021: Indústrias extrativas (+12.369), Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação (+9.624) e Eletricidade e gás (+1.979).

Comércio apresentou expansão de +234.209 empregos no País, no primeiro semestre de 2021. O segmento Comércio Varejista registrou maior saldo, com incremento de 123.103 empregos. Na sequência, tem-se a ampliação do nível de emprego do Comércio Atacadista (+68.636) e Comércio e Reparação de veículos automotores e motocicletas (+42.470).

O setor da Construção ampliou o nível de emprego em 178.606 postos de trabalho, no acumulado de janeiro a junho de 2021. Nesse período, as três subatividades analisadas obtiveram saldo positivo. A subatividade de Serviços especializados para a Construção (+66.277) e Construção de edifícios (+66.061) foram determinantes para o início da retomada do setor da Construção em 2021. A subatividade Obras de infraestrutura (+46.268) também contribuiu com o avanço do setor na formação de novos empregos formais.

No País, o grupo Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura foi responsável pelo incremento no nível de emprego de 152.496 novas vagas, no primeiro semestre de 2021. No período em análise, o cultivo de café (+26.546), soja (+16.393), cana-de-açúcar (+15.021) e criação de bovinos (+21.750) foram as atividades agropecuárias que mais geraram emprego. Na produção florestal (+9.424), a Produção de Florestas Plantadas (+5.625) contribuiu de forma significativa para o resultado total do saldo de empregos no setor.

Tabela 1 – Brasil: Evolução do emprego, por atividade econômica - 1º semestre 2020 e 2021

| Grupamento de Atividades Econômicas | Acumulado 1º semestre 2020 |                  |                   |              | Acumulado 1º semestre 2021 |                  |                  |             |
|-------------------------------------|----------------------------|------------------|-------------------|--------------|----------------------------|------------------|------------------|-------------|
|                                     | Admitidos                  | Desligados       | SalDOS            | Var. (%)     | Admitidos                  | Desligados       | SalDOS           | Var. (%)    |
| Agropecuária                        | 462.338                    | 402.014          | 60.324            | 3,89         | 570.900                    | 418.404          | 152.496          | 9,48        |
| Comércio                            | 1.507.941                  | 2.008.236        | -500.295          | -5,32        | 1.689.840                  | 1.349.603        | 340.237          | 4,50        |
| Construção                          | 718.532                    | 757.969          | -39.437           | -1,82        | 974.443                    | 795.837          | 178.606          | 7,86        |
| Indústria geral                     | 1.114.222                  | 1.378.360        | -264.138          | -3,53        | 2.139.698                  | 1.905.489        | 234.209          | 2,49        |
| Serviços                            | 3.150.431                  | 3.707.306        | -556.875          | -2,98        | 4.213.204                  | 3.581.591        | 631.613          | 3,41        |
| Não identificado                    |                            | 527              | -527              | -56,79       |                            | 444              | -444             | ---         |
| <b>Brasil</b>                       | <b>6.953.464</b>           | <b>8.254.412</b> | <b>-1.300.948</b> | <b>-3,31</b> | <b>9.588.085</b>           | <b>8.051.368</b> | <b>1.536.717</b> | <b>3,90</b> |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Regionalmente, no primeiro semestre de 2021, Sudeste (+771.059) e Sul (+337.566) foram as regiões que obtiveram maior saldo positivo de emprego. Na sequência, Centro-Oeste (+179.883), Nordeste (+172.616) e Norte (+75.747) também incrementaram no nível de emprego (Tabela 2).

Serviços foi o setor que mais ampliou o nível de emprego em todas as regiões do País, no primeiro semestre de 2021. Entre as subatividades, destaca-se o saldo de emprego da Saúde Humana e Serviços (+154.975, no País), com maior engajamento de geração de novos postos de trabalho no Sudeste (+79.100) e no Nordeste (+31.319).



Tabela 2 – Brasil e Regiões: Admitidos, desligados e saldo - 1º semestre 2020 e 2021

| Brasil e Regiões | Acumulado 1º semestre 2020 |                  |                   |              | Acumulado 1º semestre 2021 |                  |                  |             |
|------------------|----------------------------|------------------|-------------------|--------------|----------------------------|------------------|------------------|-------------|
|                  | Admitidos                  | Desligados       | Saldos            | Var. (%)     | Admitidos                  | Desligados       | Saldos           | Var. (%)    |
| Norte            | 302.507                    | 332.105          | -29.598           | -1,68        | 415.517                    | 339.770          | 75.747           | 4,15        |
| Nordeste         | <b>846.243</b>             | <b>1.129.605</b> | <b>-283.362</b>   | <b>-4,45</b> | <b>1.209.288</b>           | <b>1.036.672</b> | <b>172.616</b>   | <b>2,70</b> |
| Sudeste          | 3.664.931                  | 4.400.712        | -735.781          | -3,61        | 4.994.211                  | 4.223.152        | 771.059          | 3,80        |
| Sul              | 1.481.404                  | 1.695.529        | -214.125          | -2,91        | 2.102.331                  | 1.764.765        | 337.566          | 4,54        |
| Centro-Oeste     | 658.079                    | 695.840          | -37.761           | -1,15        | 866.392                    | 686.509          | 179.883          | 5,42        |
| Não identificado | 300                        | 621              | -321              | -0,29        | 346                        | 500              | -154             | -0,14       |
| <b>Brasil</b>    | <b>6.953.464</b>           | <b>8.254.412</b> | <b>-1.300.948</b> | <b>-3,31</b> | <b>9.588.085</b>           | <b>8.051.368</b> | <b>1.536.717</b> | <b>3,90</b> |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

## Nordeste

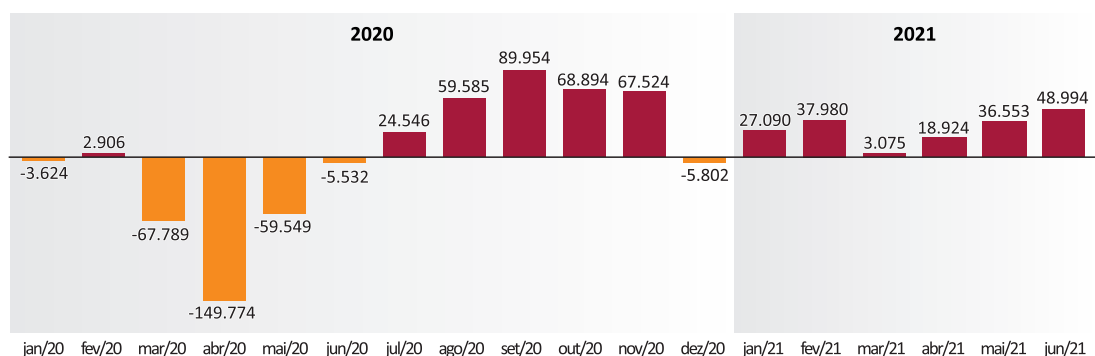
Mesmo no cenário desafiador frente aos efeitos negativos da pandemia na economia, os seis primeiros meses de 2021 pontuaram saldo positivo, de acordo com dados do Gráfico 2. Neste período, a Região aumentou o nível de emprego em 172.616 novos postos de trabalho. Este quadro de ampliação do estoque de emprego no início de 2021 é bastante animador, se comparado ao mesmo período de 2020, em que o saldo de emprego foi negativo em -283.362 postos de trabalho, vide Tabela 3.

No Gráficos 2, tem-se a trajetória do saldo de empregos nos últimos 18 meses. Verificou-se que a partir do mês de julho de 2020, inicia-se crescimento do nível do estoque do emprego formal na Região, ou seja, registrando saldos positivos nos meses subsequentes.

Em dezembro de 2020, verifica-se quebra dessa tendência de crescimento no nível de emprego, quando o saldo pontuou negativamente na Região, com -5.802 postos de trabalho.

No entanto, segundo o Ministério da Economia, os dados revelam recuperação e manutenção do ritmo do número de contratações na Região a partir de janeiro de 2021. Desta forma, contribuindo na formação do saldo positivo no primeiro semestre de 2021.

Gráfico 2 – Nordeste: Evolução do Saldo de Emprego - Janeiro de 2020 a junho de 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

De acordo com dados da Tabela 3, verifica-se que o resultado do emprego no primeiro semestre de 2021 deriva da combinação do retorno mais intensivo das atividades dos setores de Serviços e do Comércio e dos investimentos nos setores da Construção Civil e Agropecuário, que contribuíram positivamente no agregado da Região (Tabela 3).

Neste período, entre os cinco grupos das atividades econômica, o desempenho do setor de Serviços (+100.694) foi o mais expressivo. Todas as subatividades de Serviços pontuaram positivamente, com destaque para Informação, comunicação e atividades financeiras (+50.129) e Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais (+38.673).

Comércio (+45.009) foi o segundo setor que obteve o maior saldo no primeiro semestre de 2021. Com a reabertura do Comércio, com foco no marketing digital e atendimento personalizado, ocorreu ampliação das vendas *on line*. Desta forma, o impacto positivo recaiu sobre todas as subclasses do setor, com maior visibilidade no Comércio Varejista (+29.072).

Construção (+26.114) foi impulsionado com investimentos na Construção de Edifícios, com formação a mais de 16.509 empregos formais na Região nos primeiros seis meses de 2021. Os agrupamentos de Obras de Infraestrutura (+5.152) e Serviços especializados para Construção (+4.453) também contribuíram com novos postos de trabalho no agregado regional.

A Agropecuária (+2.060) apresentou saldo de emprego positivo no acumulado de 2021. Na Pecuária, registrou maior saldo de emprego na criação de bovinos (+598) e aves (+417). Entre as atividades Agrícolas, destacam-se o cultivo de uva (+1.876), manga (+1.681) e soja (+433), além da produção florestal (+1.018). No entanto, entre as atividades que registraram saldo negativo, o cultivo de melão (-2.941) teve maior perda de postos de trabalho, o saldo negativo está atrelado à redução da colheita de melão em virtude da dificuldade de vendas, devido aos estoques ainda se encontrarem elevados nos grandes centros. No mesmo período, com o fim das colheitas, o cultivo da cana-de-açúcar (-2.321) foi a segunda atividade agrícola com maior perda de emprego.

Na Indústria (-1.261), as subatividades Água e Esgoto (+3.452), Indústrias Extrativas (+2.220) e Eletricidade e Gás (+1.286) obtiveram saldo positivo no primeiro semestre de 2021. No entanto, Indústria geral (-8.129) fechou com resultado negativo impulsionado pelo desempenho da Fabricação e refino do açúcar (-26.568). O impacto da perda de emprego foi devido principalmente à redução significativa da produção de açúcar, influenciada pela queda nos preços internacionais da *commodity*.

Tabela 3 – Nordeste: Admitidos, desligados e saldo, por atividade – 1º semestre 2020 e 2021

| Atividade Econômica | Acumulado 1º semestre 2020 |                  |                 |              | Acumulado 1º semestre 2021 |                  |                |             |
|---------------------|----------------------------|------------------|-----------------|--------------|----------------------------|------------------|----------------|-------------|
|                     | Admitidos                  | Desligados       | SalDOS          | Var. (%)     | Admitidos                  | Desligados       | SalDOS         | Var. (%)    |
| Agropecuária        | 39.149                     | 53.479           | -14.330         | 5,67         | 55.361                     | 53.301           | 2.060          | 0,81        |
| Comércio            | 192.003                    | 270.085          | -78.082         | -4,81        | 287.522                    | 242.513          | 45.009         | 2,76        |
| Construção Civil    | 122.747                    | 147.007          | -24.260         | -5,74        | 170.668                    | 144.554          | 26.114         | 5,95        |
| Indústria           | 107.734                    | 192.947          | -85.213         | -8,28        | 177.825                    | 179.086          | -1.261         | -0,12       |
| Serviços            | 384.610                    | 466.087          | -81.477         | -2,68        | 517.912                    | 417.218          | 100.694        | 3,33        |
| <b>Nordeste</b>     | <b>846.243</b>             | <b>1.129.605</b> | <b>-283.362</b> | <b>-4,45</b> | <b>1.209.288</b>           | <b>1.036.672</b> | <b>172.616</b> | <b>2,70</b> |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

## Unidades Federativas do Nordeste

Entre as Unidades Federativas do Nordeste, a movimentação do emprego não foi uniforme no primeiro semestre de 2021.

Mesmo no cenário adverso frente aos efeitos da pandemia no mercado de trabalho, oito estados do Nordeste apresentam tendência de recuperação na formação de novos postos de trabalho com carteira assinada, para o primeiro semestre de 2021. Segundo o Ministério da Economia, o saldo de emprego foi positivo na Bahia (+70.150), Ceará (+33.256), Maranhão (+20.010), Pernambuco (+19.463), Piauí (+14.821), Rio Grande do Norte (+12.311), Paraíba (+7.293) e Sergipe (+877), conforme dados da Tabela 4.

No entanto, Alagoas (-10.084) com saldo negativo no acumulado de 2021, ainda se ressentiu pela extinção de empregos ligados aos setores da Indústria e Agropecuária. Especialmente, em Alagoas, o setor sucroalcooleiro foi penalizado pela perda de competitividade diante da desvalorização dos preços da cana-de-açúcar e de seus derivados. Na fabricação e refino de açúcar, obteve redução do nível de emprego em 16.388 postos de trabalho em Alagoas, no primeiro semestre de 2021.

Tabela 4 – Estados do Nordeste: Saldo de emprego - 1º semestre 2020 e 2021

| Estados do Nordeste | 1º semestre de 2020 |              | 1º semestre de 2021 |             |
|---------------------|---------------------|--------------|---------------------|-------------|
|                     | Saldos              | Var. (%)     | Saldos              | Var. (%)    |
| Maranhão            | -3.457              | -0,72        | 20.010              | 3,99        |
| Piauí               | -10.593             | -3,55        | 14.821              | 5,00        |
| Ceará               | -48.130             | -4,15        | 33.256              | 2,83        |
| Rio Grande do Norte | -18.526             | -4,29        | 12.311              | 2,85        |
| Paraíba             | -21.119             | -5,12        | 7.293               | 1,75        |
| Pernambuco          | -71.491             | -5,75        | 19.463              | 1,57        |
| Alagoas             | -30.294             | -8,68        | -5.565              | -1,58       |
| Sergipe             | -14.749             | -5,32        | 877                 | 0,32        |
| Bahia               | -65.003             | -3,79        | 70.150              | 4,12        |
| <b>Nordeste</b>     | <b>-283.362</b>     | <b>-4,45</b> | <b>172.616</b>      | <b>2,70</b> |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Segundo o Ministério da Economia, Serviços, Comércio e Construção foram os setores que ampliaram o nível de emprego em todas as Unidades Federativas da Região, entre janeiro a junho de 2021.

Em Serviços (+100.694), com relevância significativa, os maiores saldos de empregos foram na Bahia (+28.852), Ceará (+18.695), Pernambuco (+17.744) e Maranhão (+9.659).

No Comércio (+45.009), impulsionado pela também pela atividade da Construção, apresentou maiores saldos de empregos positivos na Bahia (+12.762), Ceará (+5.518), Pernambuco (+5.299) e Maranhão (+4.748).

Na Construção (+26.114), o empenho de geração de novos empregos foi maior na Bahia (+8.171), Ceará (+4.352) e Paraíba (+3.127).

Na Agropecuária (+2.060), os maiores saldos de empregos foram na Bahia (+6.100), Maranhão (+2.609) e Piauí (+1.299) ampliaram o nível de emprego no primeiro semestre de 2021.

A Indústria (-1.261) obteve saldo negativo na Região, porém, com tendência de recuperação do mercado de trabalho. No primeiro semestre de 2021, Bahia (+14.265), Ceará (+4.923) e Piauí (+2.794) foram os estados que mais ampliaram o nível de emprego na Indústria. No entanto, em Alagoas (-14.785), Pernambuco (-5.441), Paraíba (-3.471) e Sergipe (-1.672), com o impacto da pandemia e o ritmo da atividade econômica local, provocaram perda de empregos.

Neste cenário, verificou-se que Bahia, Maranhão e Piauí foram os estados da Região que ampliaram o nível de emprego em todas as atividades econômicas. Nas demais Unidades da federação do Nordeste, percebe-se uma recuperação paulatina na formação de novos empregos, no decorrer dos seis primeiros meses de 2021. A expectativa para o segundo semestre de 2021 é que o movimento de reordenamento do emprego se intensifique na medida que avança a vacinação paralelamente a uma base produtiva mais robusta com o avanço das atividades econômicas, assim, devendo ampliar a geração de emprego em todo o território da Região.

Tabela 5 – Estados do Nordeste: Saldo de emprego, por atividade econômica - 1º semestre 2021

| Estados             | Agropecuária | Comércio      | Construção    | Indústria     | Serviços       |
|---------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Maranhão            | 2.609        | 4.748         | 1.810         | 1.184         | 9.659          |
| Piauí               | 1.299        | 4.612         | 2.465         | 2.794         | 3.651          |
| Ceará               | -232         | 5.518         | 4.352         | 4.923         | 18.695         |
| Rio Grande do Norte | -3.466       | 3.775         | 1.700         | 942           | 9.360          |
| Paraíba             | -2.388       | 4.355         | 3.127         | -3.471        | 5.670          |
| Pernambuco          | -1.053       | 5.299         | 2.914         | -5.441        | 17.744         |
| Alagoas             | -636         | 2.563         | 1.443         | -14.785       | 5.850          |
| Sergipe             | -173         | 1.377         | 132           | -1.672        | 1.213          |
| Bahia               | 6.100        | 12.762        | 8.171         | 14.265        | 28.852         |
| <b>Nordeste</b>     | <b>2.060</b> | <b>45.009</b> | <b>26.114</b> | <b>-1.261</b> | <b>100.694</b> |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

### Capitais e Municípios do interior do Nordeste

Entre os municípios do Nordeste, 1.297 apresentaram saldo positivo na geração de emprego, isto, considerando apenas as localidades com mais de 30 mil habitantes.

Em relação ao saldo de empregos nas Capitais, observou-se formação de novos empregos em todas as capitais da Região, no acumulado do 1º semestre de 2021. O total de saldo de empregos nas capitais do Nordeste foi de 77.476 novos postos de trabalho de carteira assinada. Neste saldo total, destacam-se os resultados em Salvador-BA (+16.763), Fortaleza-CE (+14.281), Recife-PE (+10.407) e São Luís-MA (+10.323).

Por sua vez, no interior dos estados do Nordeste, verifica-se saldo de empregos positivo em sete Unidades Federativas da Região, conforme dados da Tabela 6. Vale enfatizar que há uma tendência de maior crescimento de formação de novos postos de trabalho nos municípios do interior da Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, quando a geração de novos empregos foi maior no agregado dos municípios do interior do que nas capitais.

Tabela 6 – Capitais e Interior do Nordeste: Saldo de emprego - 1º semestre 2021

| Estado              | Capital       | Interior      | Total          |
|---------------------|---------------|---------------|----------------|
| Maranhão            | 10.323        | 9.687         | 20.010         |
| Piauí               | 6.298         | 8.523         | 14.821         |
| Ceará               | 14.281        | 18.975        | 33.256         |
| Rio Grande do Norte | 5.500         | 6.811         | 12.311         |
| Paraíba             | 5.833         | 1.460         | 7.293          |
| Pernambuco          | 10.407        | 9.056         | 19.463         |
| Alagoas             | 6.405         | -11.970       | -5.565         |
| Sergipe             | 1.666         | -789          | 877            |
| Bahia               | 16.763        | 53.387        | 70.150         |
| <b>Nordeste</b>     | <b>77.476</b> | <b>95.140</b> | <b>172.616</b> |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Para o conjunto das localidades do interior do Nordeste, foram gerados 95.140 novos postos de trabalho no acumulado do 1º semestre de 2021. Entre os municípios que mais geraram emprego no interior dos Estados, destacam-se: Feira de Santana-BA (+4.108), Juazeiro-BA (+3.973), Petrolina-PE

(+3.903), Vitória da Conquista-BA (+3.874), Campina Grande-PB (+3.588), Lauro de Freitas-BA (+3.400), Luís Eduardo Magalhães-BA (+2.675), Juazeiro do Norte-CE (+2.558), Parnamirim-RN (+2.546) e Simões Filho-BA (+2.139), vide Tabela 7.

Nos primeiros seis meses de 2021, Serviços foi o que mais promoveu abertura de novos postos de trabalho em Lauro de Freitas-BA (+2.546), Campina Grande-PB (+2.076), Juazeiro do Norte-CE (+1.831), Feira de Santana-BA (+1.554), Simões Filho-BA (+794) e Parnamirim-RN (+774), nesta ordem.

Já em Petrolina-PE, o setor da Agricultura registrou o maior saldo, com +1.822 novos postos de trabalho, com ênfase no cultivo de uva (+923) e manga (+673). Enquanto, em Luís Eduardo Magalhães-BA, o setor do Comércio foi mais atuante no município, com formação de 777 novos empregos.

Tabela 7 – 50 primeiros municípios do interior do Nordeste: Saldo de emprego - 1º sem 2021

| Ordem | UF | Município               | Saldos | Var. (%) | Ordem | UF | Município             | Saldos | Var. (%) |
|-------|----|-------------------------|--------|----------|-------|----|-----------------------|--------|----------|
| 1º    | BA | Feira de Santana        | 4.108  | 3,6      | 26º   | BA | Sobradinho            | 1.212  | 114,0    |
| 2º    | BA | Juazeiro                | 3.973  | 11,6     | 27º   | PI | União                 | 1.210  | 33,8     |
| 3º    | PE | Petrolina               | 3.903  | 6,1      | 28º   | CE | Caucaia               | 1.082  | 3,2      |
| 4º    | BA | Vitória da Conquista    | 3.874  | 6,2      | 29º   | BA | Casa Nova             | 1.070  | 15,3     |
| 5º    | PB | Campina Grande          | 3.588  | 3,9      | 30º   | MA | Aldeias Altas         | 1.050  | 198,1    |
| 6º    | BA | Lauro de Freitas        | 3.400  | 3,2      | 31º   | BA | Itapetinga            | 946    | 7,4      |
| 7º    | BA | Luís Eduardo Magalhães  | 2.675  | 11,1     | 32º   | CE | Quixeramobim          | 944    | 11,3     |
| 8º    | CE | Juazeiro do Norte       | 2.558  | 5,8      | 33º   | BA | Eunapolis             | 897    | 5,0      |
| 9º    | RN | Parnamirim              | 2.546  | 6,4      | 34º   | PE | Goiana                | 873    | 4,2      |
| 10º   | BA | Simões Filho            | 2.139  | 6,6      | 35º   | PI | Canto do Buriti       | 855    | 102,4    |
| 11º   | AL | Arapiraca               | 2.130  | 6,4      | 36º   | BA | Alagoinhas            | 840    | 3,2      |
| 12º   | PE | Olinda                  | 1.992  | 3,1      | 37º   | BA | São Desidério         | 835    | 13,1     |
| 13º   | BA | Santo Antônio de Jesus  | 1.772  | 9,1      | 38º   | CE | Horizonte             | 827    | 4,9      |
| 14º   | PE | Caruaru                 | 1.754  | 2,7      | 39º   | PI | Picos                 | 774    | 6,9      |
| 15º   | CE | Maracanaú               | 1.723  | 3,0      | 40º   | BA | Jequié                | 770    | 3,8      |
| 16º   | BA | Santo Estevão           | 1.695  | 28,7     | 41º   | BA | Caetité               | 745    | 17,9     |
| 17º   | BA | Barreiras               | 1.679  | 6,0      | 42º   | MA | Acailândia            | 727    | 5,7      |
| 18º   | PE | Paulista                | 1.631  | 5,5      | 43º   | PI | Parnaíba              | 727    | 3,9      |
| 19º   | BA | Medeiros Neto           | 1.358  | 61,2     | 44º   | BA | Brumado               | 709    | 5,8      |
| 20º   | RN | Mossoró                 | 1.351  | 2,5      | 45º   | PI | Floriano              | 688    | 8,3      |
| 21º   | CE | Itapipoca               | 1.346  | 14,8     | 46º   | BA | Santa Cruz Cabralia   | 685    | 25,9     |
| 22º   | MA | Balsas                  | 1.337  | 8,1      | 47º   | BA | Teixeira de Freitas   | 658    | 3,3      |
| 23º   | CE | Eusébio                 | 1.264  | 3,4      | 48º   | BA | Itaberaba             | 647    | 9,7      |
| 24º   | PE | Jaboatão dos Guararapes | 1.263  | 1,4      | 49º   | CE | Tianguá               | 646    | 7,0      |
| 25º   | PE | Garanhuns               | 1.238  | 7,1      | 50º   | MA | Campestre do Maranhão | 623    | 68,2     |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

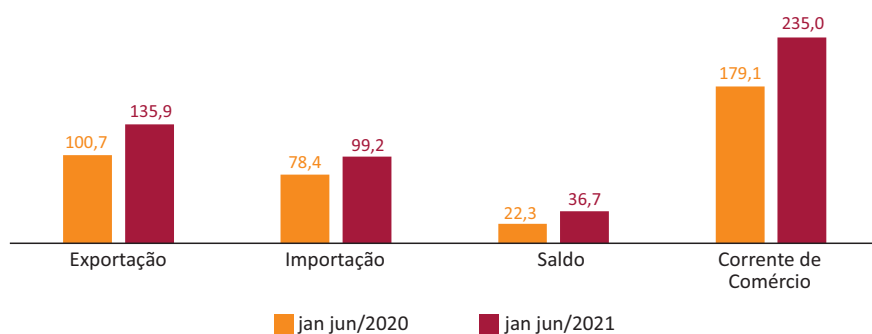
## 8 Comércio Exterior

O comércio externo brasileiro vem mantendo a tendência de alta, reflexo da retomada da atividade econômica do País, do avanço da imunização, do arrefecimento dos efeitos da pandemia e da recuperação econômica dos seus principais parceiros comerciais.

No primeiro semestre de 2021, as exportações do País somaram US\$ 135,9 bilhões, registrando crescimento de 35,0%, comparativamente ao primeiro semestre do ano passado. As importações, aumentaram 26,5%, alcançando US\$ 99,2 bilhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Economia (Gráfico 1).

A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 235,0 bilhões, no acumulado até junho, contra US\$ 179,1 bilhões, no ano anterior, acréscimo de 31,2%. O saldo da balança comercial, no semestre, foi de US\$ 36,7 bilhões, valor 64,8% superior ao registrado em mesmo período no ano anterior (US\$ 22,29 bilhões).

Gráfico 1 – Brasil - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio –Jan-jun/2021/2020 - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 22/07/2021).

O crescimento das exportações brasileiras ocorreu em todos os setores de atividades econômicas (Tabela 1). O setor Agropecuário, responsável por 23,2% das vendas externas, registrou crescimento de 25,0% (+US\$ 6.293,7 milhões), no período em análise. Os destaques foram os aumentos das exportações de Soja (+24,3%, +US\$ 4.844,2 milhões), Café não torrado (+20,2%, +US\$ 457,4 milhões), Algodão (+41,9%, +US\$ 546,8 milhões) e Milho (30,9%, +US\$ 173,3 milhões).

A Indústria Extrativa, com 28,2% de participação nas exportações totais do País, nos seis primeiros meses de 2021, registrou significativo crescimento nas vendas de 77,9% (+US\$ 16.775,8 milhões), ante mesmo período do ano anterior. Esse resultado decorreu, principalmente, do acréscimo de 125,4% nas vendas externas de Minério de ferro e seus concentrados (+US\$ 11.018,3 milhões), principal produto da pauta do País no semestre (14,6% de participação), beneficiado pelo aumento do preço internacional da commodity mineral. Vale destacar, também, a alta nas vendas de Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (+41,1%, +US\$ 4.282,0 milhões), Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (+140,5%, +US\$ 982,0 milhões) e Minérios de cobre e seus concentrados (+41,9%, +US\$ 441,2 milhões).

As vendas de produtos da Indústria de Transformação representaram 48,1% da pauta exportadora, com crescimento de 22,1% (+US\$ 11.857,2 milhões), no período em análise. Dentre os bons resultados apresentados, vale ressaltar o aumento nas vendas de Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono, de seção transversal retangulares (+68,0%, +US\$ 919,6 milhões), Outros açúcares de cana (+33,1%, +US\$ 876,1 milhões), Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (+24,0%, +US\$ 692,1 milhões) e Automóveis de passageiros, incluídos os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida, com motor de pistão alternativo, de ignição por centelha, de cilindrada > 1.500 cm<sup>3</sup> e <= 3.000 cm<sup>3</sup> (+62,7%, +US\$ 320,4 milhões).

Tabela 1 – Brasil - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-jun/2021/2020 - US\$ milhões FOB

| Atividade Econômica        | jan-jun/2021           |              | jan-jun/2020           |              | Variação %  |
|----------------------------|------------------------|--------------|------------------------|--------------|-------------|
|                            | Valor                  | Part. (%)    | Valor                  | Part. (%)    |             |
| Agropecuária               | 31.467.772.274         | 23,2         | 25.174.053.940         | 25,0         | 25,0        |
| Indústria Extrativa        | 38.321.328.092         | 28,2         | 21.545.565.605         | 21,4         | 77,9        |
| Indústria de Transformação | 65.419.392.183         | 48,1         | 53.562.214.474         | 53,2         | 22,1        |
| Outros Produtos            | 678.991.518            | 0,5          | 409.292.199            | 0,4          | 65,9        |
| <b>TOTAL</b>               | <b>135.887.484.067</b> | <b>100,0</b> | <b>100.691.126.218</b> | <b>100,0</b> | <b>35,0</b> |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 15/07/2021).

Os três principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 48,3% do total das vendas externas, no primeiro semestre de 2021: China (34,4% do total: Soja – 36,6%, Minérios de ferro e seus concentrados – 28,5%; Óleos brutos de petróleo – 16,9%; etc); Estados Unidos (9,8%: Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço – 16,9%; Óleos brutos de petróleo – 7,2%; Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes – 4,9%; etc) e Argentina (4,1%: Veículos automóveis de passageiros – 13,0%; Partes e acessórios dos veículos automotivos – 9,3%; Minério de ferro e seus concentrados – 5,1%; etc). Relativamente ao primeiro semestre de 2020, cresceram as exportações para a China (+37,7%), Estados Unidos (+32,9%) e Argentina (+52,4%).

A desagregação das importações brasileiras por Grandes Categorias Econômicas (Tabela 2) revela queda apenas nas aquisições de Bens de capital (-6,3%, - US\$ 86,9 milhões), no período em foco.

Por outro lado, as importações de Bens Intermediários, 66,0% do total, cresceram 38,1% (+US\$ 18.051,0 milhões), refletindo o aumento da demanda interna por insumos e matérias-primas para sustentar o crescimento da atividade econômica brasileira. Nessa categoria, cresceram, em percentual e valores absolutos, as aquisições de Insumos industriais elaborados (+40,8%, +US\$ 11.247,5 milhões), Peças e acessórios para bens de capital (+33,9%, +US\$ 3.137,9 milhões), Peças para equipamentos de transporte (+29,7%, +US\$ 2.238,0 milhões), Insumos industriais básicos (+47,0%, +US\$ 565,0 milhões), Alimentos e bebidas básicos, destinados principalmente à indústria (+34,5%, +US\$ 398,7 milhões) e Alimentos e bebidas elaborados, destinados principalmente à indústria (+66,2%, +US\$ 463,8 milhões).

Tabela 2 – Brasil - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-jun/2021/2020 - US\$ milhões

| Grandes categorias econômicas        | jan-jun/2021          |            | jan-jun/2020          |            | Variação %   |
|--------------------------------------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|--------------|
|                                      | Valor                 | Part. (%)  | Valor                 | Part. (%)  |              |
| Bens de capital                      | 11.771.107.008        | 11,87      | 12.558.004.369        | 16,02      | -6,27        |
| Bens intermediários                  | 65.474.753.214        | 66,03      | 47.423.770.692        | 60,49      | 38,06        |
| Bens de consumo                      | 11.585.846.656        | 11,68      | 10.413.653.320        | 13,28      | 11,26        |
| Combustíveis e lubrificantes         | 10.286.849.689        | 10,37      | 7.973.215.440         | 10,17      | 29,02        |
| Bens não especificados anteriormente | 37.624.434            | 0,04       | 27.788.860            | 0,04       | 35,39        |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>99.156.181.001</b> | <b>100</b> | <b>78.396.432.681</b> | <b>100</b> | <b>26,48</b> |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 15/07/2021).

Já as aquisições de Bens de consumo subiram 11,3% (+US\$ 1.172,2 milhões), no período comparativo. As compras de Bens de consumo semiduráveis e não duráveis cresceram 4,0% (+US\$ 354,8 milhões) enquanto as importações de Bens de consumo duráveis cresceram 50,8% (+US\$ 817,4 milhões).

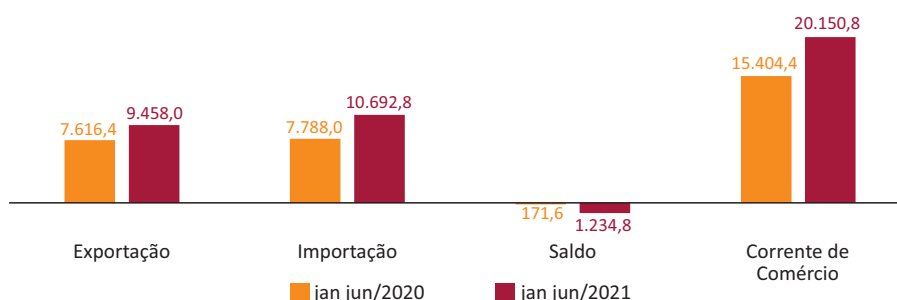
Os principais países de origem das importações brasileiras, no período jan-jun/21, foram: China (21,7%), Estados Unidos (16,6%) e Alemanha (5,6%). Comparativamente a jan-jun/20, cresceram as aquisições oriundas da China (+25,9%), dos Estados (+8,7%) e Alemanha (+15,0%).

A Secex revisou as projeções do fluxo comercial brasileiro para o ano de 2021. A estimativa é que as exportações alcancem US\$ 307,5 bilhões, com alta de 46,5% frente a 2020 e que as importações atinjam US\$ 202,2 bilhões, aumento de 27,3%. Consequentemente, o saldo comercial brasileiro estimado será de US\$ 105,3 bilhões (crescimento de 106,1%) e a corrente de comércio US\$ 509,7 bilhões (alta de 38,2%).



Com relação ao comportamento do comércio exterior da Região Nordeste, no primeiro semestre de 2021, as exportações totalizaram US\$ 9.458,0 milhões, crescimento de 24,2% (+US\$ 1.841,6 milhões), relativamente a mesmo período de 2020 (Gráfico 2). As importações somaram US\$ 10.692,8 milhões, crescimento de 37,3% (+US\$ 2.904,8 milhões), nesse intervalo. A balança comercial nordestina, portanto, registrou déficit de US\$ 1.234,8 milhões enquanto a corrente de comércio atingiu US\$ 20.150,8 milhões (aumento de 30,8%).

Gráfico 2 – Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – jan-jun/2021/2020 - US\$ milhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 15/07/2021).

A análise das exportações nordestinas por setores de atividades econômicas (Tabela 3) mostra que todas as categorias registraram crescimento nas vendas, no acumulado de janeiro a junho de 2021, em comparação a igual período de 2020.

As exportações do setor Agropecuário cresceram 46,9% (+US\$ 786,0 milhões), devido, principalmente, ao crescimento de 48,7% (+US\$ 541,7 milhões) nas vendas de Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (principal produto de exportação com 11,8% de participação). Vale ressaltar, também, o crescimento das exportações de Algodão, não cardado nem penteado (+56,1%, +US\$ 118,0 milhões), Mel natural (+ 320,3%, +US\$ 30,8 milhões), Café não torrado, não descafeinado (+63,2%, +US\$ 26,4 milhões), Goiabas, mangas e mangostões, frescos ou secos (+50,1%; +US\$ 24,5 milhões) e Uvas frescas (+101,0%, +US\$ 22,9 milhões).

Tabela 3 – Nordeste - Exportação por setor de atividades econômicas - jan-jun/2021/2020- US\$ milhões FOB

| Atividade Econômica        | Jan-jun/2021   | Jan-jun/2020   | Variação %  |
|----------------------------|----------------|----------------|-------------|
| Agropecuária               | 2.461,9        | 1.675,9        | 46,9        |
| Indústria Extrativa        | 658,3          | 311,1          | 111,6       |
| Indústria de Transformação | 6.282,9        | 5.579,5        | 12,6        |
| Outros Produtos            | 55,0           | 49,8           | 10,2        |
| <b>TOTAL</b>               | <b>9.458,0</b> | <b>7.616,4</b> | <b>24,2</b> |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 15/07/2021).

Já na Indústria Extrativa, as exportações dos produtos do setor subiram 111,6% (+US\$ 347,2 milhões) no período em análise. Os maiores acréscimos, em percentual e valor absoluto, ocorreram nas vendas de Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (+140,2%, +US\$ 181,8 milhões), Minérios de cobre e seus concentrados (+299,1%, +US\$ 118,1 milhões) e Minérios de níquel e seus concentrados (+267,0%, +US\$ 73,0 milhões).

As exportações dos produtos da Indústria de Transformação representaram 66,4% da pauta da Região, registrando crescimento de 12,6% (+US\$ 703,3 milhões), no período comparativo jan-jun/21 frente a jan-jun/20. Os destaques foram as vendas de Cátodos de cobre refinado e seus elementos, em formas brutas (+97,1%, +US\$ 77,5 milhões), Poli(tereftalato de etileno), de um índice de viscosidade de 78 ml/g ou mais (+80,1%, US\$ 58,3 milhões), Automóveis de passageiros, incluídos os veículos de uso misto (station wagons), com motor de pistão alternativo, de ignição por centelha, de cilindrada > 1.500 cm<sup>3</sup> e <= 3.000 cm<sup>3</sup> (+73,2%, US\$ 55,6 milhões), Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (+52,4%,



+US\$ 86,4 milhões) e Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono, de seção transversal retangulares (+16,2%, +US\$ 76,3 milhões).

Os três principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 48,1% das vendas externas da Região, no primeiro semestre de 2021: China (22,8%: Soja, mesmo trituração, exceto para semeadura – 58,4%, Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada – 16,9%, Minérios de cobre e seus concentrados – 5,8%, etc); Estados Unidos (16,8% do total: Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono – 29,9%, Partes reconhecíveis como destinadas às máquinas das posições 8501 ou 8502 – 7,0%), Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada – 5,1%, etc.); e Cingapura (8,5%: Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios – 98,1%, Óleos leves e preparações – 1,5%, Partes de outras turbinas a gás – 0,1%, etc).

Comparativamente ao primeiro semestre de 2020, cresceram as vendas para a China (+29,3%) e para os Estados Unidos (+31,7%) enquanto as exportações para Cingapura decaíram em 6,6%.

Do lado das importações nordestinas, o crescimento de 37,3%, no acumulado do ano frente a igual período do ano anterior, foi devido, principalmente, às aquisições de Bens intermediários (63,8% do total das aquisições) que subiram 44,4% (+US\$ 2.099,1 milhões) sinalizando a retomada da economia. Os destaques, nessa categoria, foram as aquisições de Insumos industriais elaborados (+52,5%, +US\$ 1.406,3 milhões), Peças e acessórios para bens de capital (+44,1%, +US\$ 235,1 milhões) e Peças para equipamentos de transporte (+47,7%, +US\$ 265,3 milhões).

Tabela 4 - Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - jan-jun/2021/2020- US\$ milhões

| Grandes categorias econômicas        | jan-jun/2021    |              | jan-jun/2020   |              | Variação %  |
|--------------------------------------|-----------------|--------------|----------------|--------------|-------------|
|                                      | Valor           | Part. (%)    | Valor          | Part. (%)    |             |
| Bens de capital                      | 679,4           | 6,4          | 733,0          | 9,4          | -7,3        |
| Bens intermediários                  | 6.821,9         | 63,8         | 4.722,9        | 60,6         | 44,4        |
| Bens de consumo                      | 565,3           | 5,3          | 548,5          | 7,0          | 3,1         |
| Combustíveis e lubrificantes         | 2.626,2         | 24,6         | 1.779,5        | 22,8         | 47,6        |
| Bens não especificados anteriormente | 0,0             | 0,0          | 4,2            | 0,1          | -99,0       |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>10.692,8</b> | <b>100,0</b> | <b>7.788,0</b> | <b>100,0</b> | <b>37,3</b> |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 15/07/2021).

Já as importações de Combustíveis e lubrificantes, 24,6% do total das aquisições nordestinas, cresceram 47,6%, devido, principalmente, ao acréscimo nas aquisições de Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (+100,2%, +US\$ 750,3 milhões) e de Gás natural, liquefeito (+177,5%, +US\$ 236,0 milhões).

As importações de Bens de Capital retrocederam 7,3%, no período jan-jun/2021 ante jan-jun/2020. As compras de Equipamentos de transporte industrial regrediram 46,6% (-US\$ 89,3 milhões).

Já as aquisições de Bens de consumo registraram ligeiro acréscimo de 3,1%, nesse período comparativo. As importações de Bens de consumo duráveis aumentaram 83,9% (+US\$ 61,4 milhões). Os principais produtos adquiridos foram Automóveis de passageiros (+62,4%, +US\$ 16,1 milhões), Aquecedores elétricos de água; aparelhos elétricos para aquecimento de ambientes, do solo ou para usos semelhantes; (+85,6%, +US\$ 19,1 milhões) e Aparelhos receptores para radiotelefonia, radiotelegrafia ou radiodifusão (265,6%, +US\$ 12,3 milhões).

Por outro lado, as compras de Bens de consumo semiduráveis e não duráveis caíram 9,4% (-US\$ 44,5 milhões), com destaque para Sangue humano; sangue animal preparado para usos terapêuticos, profiláticos ou de diagnóstico; antissoros, outras fraccões do sangue, etc (-32,9%, -US\$ 24,3 milhões), Cebolas, chalotas, alho comum, alho-poró e outros produtos hortícolas (-43,5%, -US\$ 18,2 milhões) e Azeite de oliveira e respectivas fraccões (-17,8%, -US\$ 5,8 milhões).

Os principais países de origem das importações nordestinas, no semestre, foram: Estados Unidos (26,5%), China (16,1%) e Argentina (5,9%) que responderam por 48,4% do total. Comparativamente ao primeiro semestre de 2020, cresceram as compras oriundas dos Estados Unidos (+17,9%, +US\$ 430,7 milhões) e da China (+45,8%, +US\$539,5 milhões) enquanto as da Argentina recuaram 15,0% (-US\$ 110,4 milhões).

Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco responderam por 91,0% das exportações e 90,3% das importações do Nordeste, no primeiro semestre de 2021. Dos Estados da Região, Maranhão (+US\$ 606,1 milhões), Bahia (+US\$ 583,6 milhões), Piauí (+US\$ 233,0 milhões) e Rio Grande do Norte (+US\$ 24,2 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial nesse período. A seguir, mostra-se a análise do comportamento do fluxo comercial de cada Estado (Tabela 5).

Tabela 5 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - Jan-jun/2021/2020 - US\$ milhões FOB

| Estados         | Exportação     |              |                                   | Importação      |              |                                   | Saldo           |
|-----------------|----------------|--------------|-----------------------------------|-----------------|--------------|-----------------------------------|-----------------|
|                 | Valor          | Part. (%)    | Var. % Jan-jun/2021/ Jan-jun/2020 | Valor           | Part. (%)    | Var. % Jan-jun/2021/ Jan-jun/2020 |                 |
| Maranhão        | 2.103,7        | 22,2         | 32,9                              | 1.497,6         | 14,0         | 48,3                              | 606,1           |
| Piauí           | 370,9          | 3,9          | 57,4                              | 137,9           | 1,3          | -9,2                              | 233,0           |
| Ceará           | 1.071,6        | 11,3         | 12,7                              | 1.540,2         | 14,4         | 27,7                              | -468,5          |
| R G do Norte    | 182,8          | 1,9          | 36,4                              | 158,7           | 1,5          | 92,1                              | 24,2            |
| Paraíba         | 63,2           | 0,7          | 24,5                              | 266,7           | 2,5          | 4,1                               | -203,5          |
| Pernambuco      | 1.022,3        | 10,8         | 38,7                              | 2.788,6         | 26,1         | 30,2                              | -1.766,4        |
| Alagoas         | 207,1          | 2,2          | -8,2                              | 404,1           | 3,8          | 22,3                              | -197,0          |
| Sergipe         | 22,7           | 0,2          | 5,8                               | 68,8            | 0,6          | -27,3                             | -46,1           |
| Bahia           | 4.413,8        | 46,7         | 20,0                              | 3.830,3         | 35,8         | 52,4                              | 583,6           |
| <b>Nordeste</b> | <b>9.458,0</b> | <b>100,0</b> | <b>24,2</b>                       | <b>10.692,8</b> | <b>100,0</b> | <b>37,3</b>                       | <b>-1.234,8</b> |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 22/07/2021).

No Maranhão, as exportações somaram US\$ 2.103,6 milhões, no primeiro semestre de 2021, registrando crescimento de 32,9%, relativamente ao mesmo período de 2020, devido, principalmente, ao aumento das vendas de Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (+39,6%, +US\$ 183,9 milhões), Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (+140,2%, +US\$ 181,8 milhões), Óxidos de alumínio (+10,5%, +US\$ 53,2 milhões) e Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (+8,6%, +US\$ 22,6 milhões). As importações, no valor de US\$ 1.497,6 milhões, cresceram 48,3%. As aquisições de Combustíveis e Lubrificantes que representaram 75,4% do total das compras externas do Estado, cresceram 79,9% (+US\$ 501,6 milhões), no período.

O Estado do Piauí registrou exportações no valor de US\$ 370,8 milhões, aumento de 57,4%, no período. Os destaques foram as vendas externas de Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (+54,6%, +US\$ 99,0 milhões) e Mel natural (+342,8%, +US\$ 25,5 milhões). As importações somaram US\$ 137,9 milhões, retrocedendo 9,2%, repercutindo a queda nas aquisições de Bens de Capital (-88,9%, -US\$ 28,5 milhões). Vale ressaltar, entretanto, que as importações de Bens Intermediários cresceram 14,7% (+US\$ 17,0 milhões).

O Estado do Ceará registrou, no acumulado até junho/21, exportações no valor de US\$ 1.071,6 milhões, aumento de 12,7%, ante mesmo período de 2020. As vendas dos Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono, 51,1% da pauta cearense, cresceram 16,2% (+US\$ 76,3 milhões), no período. As importações somaram US\$ 1.540,2 milhões, registrando crescimento de 27,7%. As aquisições de Bens de Capital (7,5% da pauta), Bens Intermediários (64,3%) e Bens de Consumo (3,5%) cresceram 26,6% (+US\$ 24,1 milhões), 45,9% (+US\$ 311,4 milhões) e 6,4% (+US\$ 3,2 milhões), respectivamente, no período em foco. Já as importações de Combustíveis e Lubrificantes (24,8% das aquisições) caíram 1,2% (-US\$ 4,8 milhões).

As exportações do Estado do Rio Grande do Norte totalizaram US\$ 182,8 milhões, nos primeiros seis meses do ano, incremento de 36,4% relativamente a mesmo período de 2020. As vendas de Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios, participando com 35,2% da pauta do Estado, registraram crescimento de 260,8% (+US\$ 46,5 milhões). As importações, no valor de US\$ 158,7 milhões, cresceram 92,1%, devido ao aumento nas aquisições de Bens Intermediários (+132,2%, +US\$ 78,9 milhões), 87,3% do total.

As exportações da Paraíba somaram US\$ 63,2 milhões e as importações alcançaram US\$ 266,7 milhões, no primeiro semestre de 2021. Comparativamente ao primeiro semestre de 2020, as vendas externas aumentaram em 24,5%, impulsionadas pelas vendas de Álcool Etílico (US\$ 11,3 milhões) e Outros açúcares de cana (US\$ 3,6 milhões). Por outro lado, as exportações de Calçados de borracha ou plástico, com parte superior em tiras ou correias (37,0% da pauta) caíram 8,2% (-US\$ 2,1 milhões), no período em foco. As importações aumentaram 4,1%, devido ao incremento nas aquisições de Bens Intermediários (+10,4%, +US\$ 18,3 milhões) que responderam por 72,9% da pauta de importação do Estado.

Em Pernambuco, nos seis primeiros meses de 2021, as exportações totalizaram US\$ 1.022,3 milhões, registrando incremento de 38,7% (+US\$ 285,1 milhões), ante mesmo período de 2020, com destaque para o incremento nas vendas Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (+34,9%, +US\$ 75,9 milhões), Poli(tereftalato de etileno), de um índice de viscosidade de 78 ml/g ou mais (+80,1%, +US\$ 58,4 milhões) e Automóveis de passageiros, incluídos os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida, de cilindrada > 1.500 cm<sup>3</sup> e <= 3.000 cm<sup>3</sup> (+103,4%, +US\$ 66,2 milhões). As importações, US\$ 2.788,6 milhões, cresceram 30,2% (+US\$ 646,4 milhões) motivada pelo aumento nas aquisições de todas as categorias econômicas: Bens Intermediários (+52,4%, +US\$ 614,6 milhões), Bens de Consumo (+ 7,1%, +US\$ 16,6 milhões), Bens de Capital (+6,0%, +US\$ 11,0 milhões) e Combustíveis e Lubrificantes (+0,8%, +US\$ 4,2 milhões).

Em Alagoas, as exportações alcançaram US\$ 207,1 milhões, de janeiro a junho de 2021, registrando queda de 8,2% (-US\$ 18,6 milhões), relativamente ao mesmo período de 2020. As vendas de Outros açúcares de cana decresceram 2,6% (-US\$ 5,1 milhões) e de Outros açúcares de cana, de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido caíram 55,7% (-US\$ 3,3 milhões). Vale ressaltar, que nesse período, não ocorreram exportações de soja, produto que em 2020 registrou receita de US\$ 7,9 milhões. Já as importações somaram US\$ 404,1 milhões, com acréscimo de 22,3%. Foram adquiridos, principalmente, Bens Intermediários (66,5% da pauta), Bens de Consumo (23,8%) e Bens de Capital (9,7%). Enquanto as importações de Bens Intermediários cresceram 41,4% (+US\$ 78,7 milhões) e de Bens de Capital 9,7% (+US\$ 19,4 milhões), as de Bens de Consumo caíram 20,1% (-US\$ 23,8 milhões).

Sergipe exportou US\$ 22,7 milhões, no semestre em foco, valor 5,8% superior ao total registrado em jan-jun/20. Esse resultado decorreu, principalmente, do aumento das exportações de Outros açúcares de cana, de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido (+826%, +US\$ 4,3 milhões), Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento (+545%, +US\$ 0,9 milhão) e Aquecedores elétricos de água, incluídos os de imersão (+111%, +US\$ 0,7 milhão), dentre outros. Vale salientar a queda de 45,9% (-US\$ 5,6 milhões) nas vendas de Sucos de laranjas, congelados, não fermentados, principal produto da pauta do Estado com 29,0% de participação. As importações totalizaram US\$ 68,8 milhões, com decréscimo de 27,3% (-US\$ 25,9 milhões). Retrocederam as aquisições de Combustíveis e Lubrificantes (-99,9%, -US\$ 16,1 milhões), Bens Intermediários (-16,4%, -US\$ 9,9 milhões) e Bens de Consumo (-37,2%, -US\$ 2,6 milhões).

As exportações do Estado da Bahia, nos seis primeiros meses do ano, somaram US\$ 4.413,8 milhões, incremento de 20,0%, frente aos seis primeiros meses de 2020. Os destaques foram as vendas de Soja, mesmo trituração, exceto para semeadura (+60,9%, +US\$ 274,8 milhões), Minérios de cobre e seus concentrados (+299,1%, US\$ 118,1 milhões), Algodão, não cardado nem penteado (+44,4%, +US\$ 83,7 milhões) e Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (+52,3%, +US\$ 81,6 milhões). Já as importações atingiram US\$ 3.830,3 milhões, com aumento de 52,4% no período, motivada pelos acréscimos nas compras de Bens Intermediários (+53,4%, +US\$ 1.017,4 milhões) e Combustíveis e Lubrificantes (+230,7%, +US\$ 367,8 milhões) que representaram 76,3% e 13,8%, respectivamente, da pauta importadora, no semestre.

Os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países de destino e de origem das exportações e importações por estado da Região, no primeiro semestre de 2021, estão discriminados nas tabelas a seguir.

Tabela 6 – Nordeste e Estados - Principais produtos exportados e importados - Em % - Jan-jun/2021

| Estados             | Principais Produtos Exportados                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Principais Produtos Importados                                                                                                                                                                                                                |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Maranhão            | Soja, mesmo triturada, exceto para semente (30,8%), Óxidos de alumínio, exceto corindo artificial (26,6%), Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (14,8%),                                                                                                                                              | Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (69,1%), Óleos leves e preparações (4,0%), Cloreto de potássio para uso como fertilizante (3,1%)                                                                            |
| Piauí               | Soja, mesmo triturada, exceto para semente (75,6%), Mel natural (8,9%), Ceras vegetais (7,1%)                                                                                                                                                                                                                      | Produtos laminados planos, de ferro ou aços não ligados, em rolos, laminados a quente (17,1%), Outros grupos eletrogêneos, de energia eólica (15,9%), Fio-máquina de ferro ou aços não ligados, de seção circular de diâmetro < 14 mm (10,1%) |
| Ceará               | Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, que contenham, em peso, menos de 0,25 % de carbono (51,1%), Partes de outros motores/geradores/ grupos eletrogeradores, etc. (8,7%), Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (4,4%)                                                              | Hulha betuminosa, não aglomerada (11,6%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semente (8,2%), Dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas (6,2%)                                    |
| Rio Grande do Norte | Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (35,2%), Melões frescos (18,1%), Outros produtos de origem animal, impróprios para alimentação humana (4,4%)                                                                                                                | Outros grupos eletrogêneos, de energia eólica (28,4%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semente (17,6%), Torres e pórticos, de ferro fundido, ferro ou aço (8,0%)                                                   |
| Paraíba             | Calçados de borracha ou plásticos, com parte superior em tiras ou correias (37,0%), Álcool etílico não desnaturado com volume de teor alcoólico => 80% (17,9%), Outros sucos de abacaxi, não fermentados (5,7%)                                                                                                    | Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (11,1%), Malte não torrado (9,6%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semente (9,6%)                                                                              |
| Pernambuco          | Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (28,7%), Poli(tereftalato de etileno) (12,8%), Automóveis de passageiros, incluídos os veículos de uso misto, com motor de pistão alternativo, de ignição por centelha, de cilindrada > 1.500 cm <sup>3</sup> e <= 3.000 cm <sup>3</sup> (12,7%) | Caixas de marchas (velocidade) e suas partes, para veículos automóveis das posições 8701 a 8705 (8,6%), Propano, liquefeito (7,8%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (6,4%)             |
| Alagoas             | Outros açúcares de cana (91,0%), Ladrilhos e placas (lajes) (2,2%), Álcool etílico não desnaturado com volume de teor alcoólico => 80% (2,0%)                                                                                                                                                                      | 1, 2-Dicloroetano (cloreto de etileno) (17,0%), Diidrogeno-ortofosfato de amônio (4,6%), Alhos, frescos ou refrigerados (4,2%)                                                                                                                |
| Sergipe             | Sucos de laranjas, congelados, não fermentados (29,0%), Outros açúcares de cana, de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido (21,1%), Outras preparações alimentícias (9,4%)                                                                                                                       | Ureia, mesmo em solução aquosa (12,6%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semente (11,8%), Outras máquinas para fabricação ou trabalho a quente do vidro e suas obras (7,1%)                                         |
| Bahia               | Soja, mesmo triturada, exceto para semente (16,4%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (12,3%), Pasta química de madeira de não conífera (8,8%)                                                                                                                | Óleos leves e preparações (23,5%), Gás natural, liquefeito (7,8%), Minérios de cobre e seus concentrados (6,6%)                                                                                                                               |
| Nordeste            | Soja, mesmo triturada, exceto para semente (17,5%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (9,6%), Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (7,1%)                                                                | Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (14,0%), Óleos leves e preparações (10,2%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semente (3,7%)                                  |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 22/07/2021).

Tabela 7 – Nordeste e Estados - Principais países de destino das exportações e de origem das importações – Em % – Jan-jun/2021

| Estados             | Principais Países de Destinos das Exportações                              | Principais Países de Origens das Importações                          |
|---------------------|----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| Maranhão            | China (24,8%), Canadá (21,7%), Estados Unidos (10,9%)                      | Estados Unidos (40,2%), Índia (14,7%), Países Baixos (Holanda) (9,5%) |
| Piauí               | China (55,9%), Estados Unidos (10,5%), Espanha (4,6%)                      | China (45,4%), Rússia (20,0%), Egito (11,0%)                          |
| Ceará               | Estados Unidos (63,1%), Canadá (3,9%), Coreia do Sul (3,9%)                | China (28,8%), Estados Unidos (25,3%), Argentina (7,4%)               |
| Rio Grande do Norte | Países Baixos (Holanda) (23,7%), Cingapura (19,5%), Estados Unidos (15,4%) | China (38,6%), Argentina (25,6%), Estados Unidos (9,4%)               |
| Paraíba             | Estados Unidos (10,2%), Países Baixos (Holanda) (7,9%), Gana (7,7%)        | Estados Unidos (29,0%), China (20,0%), Argentina (9,8%)               |
| Pernambuco          | Cingapura (26,3), Argentina (19,0%), Países Baixos (Holanda) (8,7%)        | Estados Unidos (23,4%), China (10,8%), Itália (10,0%)                 |
| Alagoas             | Canadá (30,2%), Uzbequistão (16,6%), Argélia (12,8%)                       | China (41,8%), Estados Unidos (20,4%), Rússia (3,7%)                  |
| Sergipe             | Países Baixos (Holanda) (21,6%), Gana (21,1%), Espanha (7,7%)              | China (17,9%), Argentina (12,2%), Estados Unidos (7,7%)               |
| Bahia               | China (31,6%), Estados Unidos (12,2%), Cingapura (11,3%)                   | Estados Unidos (26,4%), China (15,0%), Espanha (8,5%)                 |
| Nordeste            | China (22,8%), Estados Unidos (16,8%), Cingapura (8,5%)                    | Estados Unidos (26,5%), China (16,1%), Argentina (5,9%)               |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 22/07/2021).

## 9 Finanças Públicas

O texto de Finanças Públicas trata das Transferências Constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), da Arrecadação do Imposto de Circulação de Bens e Serviços (ICMS). Indiretamente, trata da Arrecadação Federal, mais especificamente do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI), que são a base das Transferências Constitucionais, ou seja, quando se analisa a variação ocorrida nestas, se está avaliando, também, o que ocorreu na base do cálculo. No final do capítulo, apresentam-se os empréstimos e financiamentos, efetivamente concedidos pelas agências financeiras oficiais de fomento no Nordeste, no primeiro semestre de 2021.

As Transferências Constitucionais são muito relevantes para a economia dos estados mais pobres da federação. A Tabela 1 mostra este grau de relevância, quando compara o valor destas com o total das Transferências mais a arrecadação do ICMS. Enquanto o ICMS do Nordeste representa 16,6% do total da arrecadação brasileira, as Transferências Constitucionais para a Região Nordeste representam 43,5% do total das transferências.

Tabela 1 – Transferências Constitucionais (FPE + FPM) e ICMS – 1º semestre de 2021 – R\$ Milhões

| Estado/Região/País  | FPE + FPM (1)  | ICMS (2)       | Total (3 = 1 + 2) | Participação (%) | 1/3 (%)     |
|---------------------|----------------|----------------|-------------------|------------------|-------------|
| Alagoas             | 3.365          | 2.540          | 5.905             | 1,5              | 57,0        |
| Bahia               | 9.592          | 14.614         | 24.206            | 6,0              | 39,6        |
| Ceará               | 6.301          | 7.206          | 13.507            | 3,3              | 46,6        |
| Maranhão            | 5.875          | 4.588          | 10.463            | 2,6              | 56,2        |
| Paraíba             | 4.077          | 3.468          | 7.545             | 1,9              | 54,0        |
| Pernambuco          | 6.083          | 9.923          | 16.005            | 3,9              | 38,0        |
| Piauí               | 3.611          | 2.621          | 6.232             | 1,5              | 57,9        |
| Rio Grande do Norte | 3.414          | 3.131          | 6.544             | 1,6              | 52,2        |
| Sergipe             | 2.876          | 2.015          | 4.891             | 1,2              | 58,8        |
| <b>Nordeste</b>     | <b>45.193</b>  | <b>50.104</b>  | <b>95.297</b>     | <b>23,5</b>      | <b>47,4</b> |
| Espírito Santo      | 1.734          | 6.906          | 8.640             | 2,1              | 20,1        |
| Minas Gerais        | 9.280          | 30.721         | 40.001            | 9,8              | 23,2        |
| <b>Brasil</b>       | <b>103.968</b> | <b>302.309</b> | <b>406.277</b>    | <b>100,0</b>     | <b>25,6</b> |

Fonte: BNB/Etene, com dados do Tesouro Nacional e Confaz. Nota: a participação se refere à participação de cada Estado/Região no total das transferências mais ICMS.

A economia das regiões mais pobres do País, são muito dependentes das Transferências Constitucionais. Na Região Nordeste, elas representam quase metade (47,4%), do total destas mais a arrecadação do ICMS, o principal tributo estadual. A média nacional é apenas 25,6%. Em todos os estados nordestinos, a relação transferências/transferências + ICMS, é maior que a média nacional. Apenas os estados de Pernambuco e Bahia têm a relação abaixo de 40,0%, ou sejam, 38,0% e 39,6%, respectivamente. Nos estados mais pobres, a relação é maior que 50,0%, indicando que o valor recebido das Transferências é maior que a arrecadação do ICMS. Em Sergipe, a relação chega a 58,8%, seguida pelo Piauí (57,9%) e Alagoas (57,0%). A exclusão dos estados da Bahia e Pernambuco, do cálculo, leva a relação para 53,6%.

### Transferências Constitucionais:

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os Fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).



Os repasses para os estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda *per capita* dos entes federativos. Os recursos variam diretamente em relação ao tamanho da população e inversamente em comparação com a renda *per capita*. Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem dos repasses constitucionais para realizar investimentos, bem como para arcar com despesas correntes.

O FPE no Brasil totalizou R\$ 50,8 bilhões no ano de 2021, ante R\$ 38,8 bilhões em 2020, conforme a Tabela 2. A variação real do FPE, descontada a inflação do período, foi de +2,9%, sinal de que a arrecadação tributária do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais, base das transferências, cresceu de forma robusta. Isto também aconteceu com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS, nos estados da Federação. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Registre-se que em 2020, em comparação com 2019, a perda no FPE foi de -7,2%.

Tabela 2 – FPE, FPM e FPM Capitais - Brasil, Nordeste e Estados – 1º semestre de 2020 e 2021 - R\$ Milhões <sup>(1)</sup>

| Estado/Região       | FPE           |               | FPM           |               | FPM CAPITAIS |              |
|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|
|                     | 2020          | 2021          | 2020          | 2021          | 2020         | 2021         |
| Alagoas             | 1.628         | 2.159         | 922           | 1.206         | 175          | 227          |
| Bahia               | 3.632         | 4.714         | 3.729         | 4.878         | 314          | 409          |
| Ceará               | 2.831         | 3.661         | 2.019         | 2.639         | 349          | 455          |
| Maranhão            | 2.796         | 3.645         | 1.706         | 2.230         | 218          | 284          |
| Paraíba             | 1.851         | 2.408         | 1.275         | 1.669         | 140          | 182          |
| Pernambuco          | 2.672         | 3.471         | 1.962         | 2.612         | 196          | 286          |
| Piauí               | 1.679         | 2.204         | 1.080         | 1.407         | 218          | 284          |
| Rio Grande do Norte | 1.619         | 2.098         | 1.006         | 1.316         | 126          | 164          |
| Sergipe             | 1.606         | 2.082         | 607           | 794           | 126          | 164          |
| <b>Nordeste</b>     | <b>20.314</b> | <b>26.441</b> | <b>14.307</b> | <b>18.751</b> | <b>1.862</b> | <b>2.455</b> |
| Espírito Santo      | 599           | 786           | 746           | 948           | 84           | 91           |
| Minas Gerais        | 1.738         | 2.304         | 5.331         | 6.976         | 210          | 273          |
| <b>Brasil</b>       | <b>38.805</b> | <b>50.803</b> | <b>40.609</b> | <b>53.165</b> | <b>4.061</b> | <b>5.317</b> |

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a junho de cada ano.

O FPE para os Estados do Nordeste alcançou R\$ 26,4 bilhões em 2021, em contraste com R\$ 20,3 bilhões, representando um ganho real de +10,6% em comparação com igual período de 2020. A Região recebeu 52,4% do total dos recursos desse Fundo no 1º semestre de 2021. Registre-se que nos meses de abril a dezembro de 2020, comparados com o mesmo período de 2019, o FPE reduziu -9,7% no Nordeste em termos reais, período mais crítico da pandemia.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram ganhos reais no volume de recursos do FPE em 2021, em comparação com 2020. Os valores obtidos em 2021 são: Bahia (R\$ 4,7 bilhões), Ceará (R\$ 3,7 bilhões), Maranhão (R\$ 3,6 bilhões) e Pernambuco (R\$ 3,5 bilhões) que obtiveram 58,6% dos valores destinados ao Nordeste. Seguiram Paraíba (R\$ 2,4 bilhões), Piauí (R\$ 2,2 bilhões), Alagoas (R\$ 2,2 bilhões), Rio Grande Norte e Sergipe (R\$ 2,1 bilhões, cada), com 41,4% do total.

O FPM no País somou R\$ 53,2 bilhões em 2021, em comparação com R\$ 40,6 bilhões em 2020 (Tabela 2). O ganho real foi de +22,9%. O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 18,8 bilhões no período estudado, em contraste com R\$ 14,3 bilhões em 2020, significando ganho real de +23,1%, em comparação com 2020 (Tabela 2). Registre-se que a perda real, em 2020, comparada com 2019, foi de -7,3%.

O Nordeste recebeu 35,3% do total dos recursos do FPM em 2021. Todas as Unidades Federativas da Região registraram ganho real no volume de recursos do FPM no ano de 2021, em comparação com semelhante período de 2020. Os valores repassados para os Estados foram: Bahia (R\$ 4,9 bilhões), Ceará (R\$ 2,6 bilhões), Pernambuco (R\$ 2,6 bilhões) e Maranhão (R\$ 2,2 bilhões) que foram beneficiados com 65,9% do total de recursos destinados à Região. Seguiram



Paraíba (R\$ 1,7 bilhão), Piauí (R\$ 1,4 bilhão), Rio Grande do Norte (R\$ 1,3 bilhão), Alagoas (R\$ 1,2 bilhão) e Sergipe (R\$ 794 milhões), com 34,1% do total do FPM destinado ao Nordeste.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 5,3 bilhões em 2021, ante R\$ 4,1 bilhões no ano anterior, representando ganho de 22,9% em termos reais. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou 2,5 bilhões, com ganho real de +23,8%, comparado com 2020, quando foi alocado R\$ 1,9 bilhão. Vale lembrar que a perda real nas capitais nordestinas, em 2020, foi de -7,8%.

Cabe destacar a recuperação de parte das perdas sofridas pela capital de Pernambuco no ano passado, que sofreu uma redução real de -17,0%, comparado com 2019. A preços de junho de 2021, as perdas em 2020 foram de R\$ 91,8 milhões. Até junho, os ganhos já estão em R\$ 90,0 milhões. A capital recebeu R\$ 286 milhões, + 37,5% do que tinha recebido até junho de 2020, após a retirada da inflação. A perda real de Recife (-17,0%), no ano de 2020, foi em função do aumento da renda per capita dessa cidade, dado que o coeficiente de distribuição trabalha com o inverso da renda *per capita*. Neste ano, começa a ser recuperada, em função de que a capital, recuperou o coeficiente de participação, que tinha em 2019, em função da nova renda *per capita*, vigente em 2021.

As capitais do Nordeste foram beneficiadas com 46,2% do total de recursos alocados pelo FPM Capitais no País em 2021. Fortaleza (R\$ 455 milhões), Salvador (R\$ 409 milhões), São Luís (R\$ 284 milhões), Recife (R\$ 286 milhões) e Teresina (R\$ 284 milhões) obtiveram 70,0% do total do FPM Capitais destinado ao Nordeste. Seguiram Maceió (R\$ 227 milhões), João Pessoa (R\$ 182 milhões), Natal e Aracaju (R\$ 164 milhões, cada), com 30,0% dos recursos desse Fundo ao Nordeste no ano de 2021.

A Tabela 3, apresenta as projeções dos valores a serem transferidos para o FPE, FPM e FPM capitais no período de julho a setembro de 2021, com base nas previsões do Tesouro Nacional. As previsões para 2021, com um aumento de 4,9% (FPE) e 4,8% (FPM), com relação aos valores reais de 2020, são com base no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2021.

Tabela 3 – Previsões 2021 (julho a setembro)<sup>1</sup> e 2021<sup>2</sup> - R\$ Milhões

| Estado/Região       | FPE           |               | FPM           |                | FPM CAPITAIS |               |
|---------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|--------------|---------------|
|                     | jul-set       | 2021          | jul-set       | 2021           | jul-set      | 2021          |
| Alagoas             | 793           | 3.838         | 572           | 2.378          | 108          | 448           |
| Bahia               | 1.732         | 8.359         | 2.315         | 9.620          | 194          | 807           |
| Ceará               | 1.345         | 6.490         | 1.252         | 5.205          | 216          | 897           |
| Maranhão            | 1.339         | 6.466         | 1.058         | 4.399          | 135          | 560           |
| Paraíba             | 885           | 4.271         | 792           | 3.291          | 86           | 359           |
| Pernambuco          | 1.275         | 6.155         | 1.239         | 5.151          | 136          | 565           |
| Piauí               | 810           | 3.913         | 668           | 2.774          | 135          | 560           |
| Rio Grande do Norte | 771           | 3.720         | 625           | 2.595          | 78           | 323           |
| Sergipe             | 765           | 3.692         | 377           | 1.566          | 78           | 323           |
| <b>Nordeste</b>     | <b>9.715</b>  | <b>46.904</b> | <b>8.898</b>  | <b>36.979</b>  | <b>1.165</b> | <b>4.841</b>  |
| Espírito Santo      | 289           | 1.399         | 450           | 1.869          | 43           | 179           |
| Minas Gerais        | 847           | 4.095         | 3.310         | 13.757         | 129          | 538           |
| <b>Brasil</b>       | <b>18.666</b> | <b>90.169</b> | <b>25.228</b> | <b>104.847</b> | <b>2.523</b> | <b>10.485</b> |

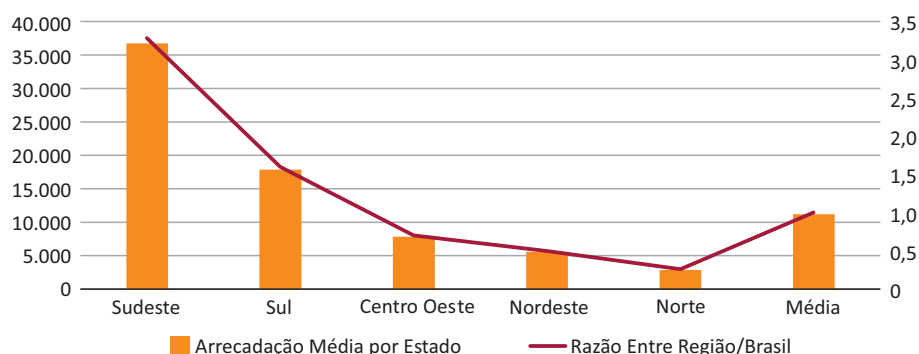
Fonte: BNB/Etene, com dados da STN Nota: (1) previsão de julho a setembro de 2021, STN. 2021, PLOA 2021.

## Arrecadação de ICMS:

A arrecadação de ICMS no Brasil totalizou R\$ 302,3 bilhões em 2021, primeiro semestre, ante R\$ 235,4 bilhões no mesmo período de 2020, significando um ganho real de +20,6%. É importante ressaltar que a arrecadação de ICMS é concentrada em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase metade do ICMS coletado no ano de 2021, precisamente 48,6%. Com expressiva diferença, seguiram o Sul (17,7%), Nordeste (16,6%), Centro-Oeste (10,4%) e Norte (6,7%).

A desigualdade regional é mais contundente, quando vista pelo prisma da arrecadação média por Estado, em cada Região brasileira, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Arrecadação Média por Estado em Cada Região/Brasil – R\$ Milhões – 1º semestre de 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Banco Central e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O que se observa, no Gráfico acima, é que cada Estado da Região Sudeste (R\$ 36.739), arrecada, em média, 3,3 vezes mais que a média nacional (R\$ 11.197), e 6,6 vezes mais que a média de cada estado nordestino. A média de arrecadação de cada estado nordestino (R\$ 5.567), é apenas 0,5 da média nacional, e apenas 0,3, na Região Norte (R\$ 2.885). Cabe ainda destacar que a Região Nordeste é composta por 9 estados, e o Norte, 7 estados, que representam 59,3% dos entes da Federação.

No Nordeste, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 50,1 bilhões de janeiro a junho de 2021, em contraste com R\$ 39,2 bilhões em iguais meses de 2020, representando crescimento real de +20,1% no período em análise. Nas demais regiões, o Centro-Oeste (+21,6%), Norte (+20,3%), Sudeste (+20,5%) e o Sul (+20,6%), também obtiveram ganhos reais, apresentando um cenário de franca recuperação das finanças públicas, como já se havia constatado na área das transferências constitucionais, ver Tabela 4.

Tabela 4 – Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados – 2020 e 2021 – 1º semestre – R\$ Milhões

| Estado/<br>Região/País | 2020                  |              | 2021                  |              | Var.<br>Nominal % | Var.<br>Real % |
|------------------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-------------------|----------------|
|                        | Valor<br>(R\$ milhão) | Part. %      | Valor<br>(R\$ milhão) | Part. %      |                   |                |
| Alagoas                | 1.949                 | 0,8          | 2.540                 | 0,8          | 30,3              | 22,4           |
| Bahia                  | 11.224                | 4,8          | 14.614                | 4,8          | 30,2              | 22,3           |
| Ceará                  | 5.548                 | 2,4          | 7.206                 | 2,4          | 29,9              | 22,0           |
| Maranhão               | 3.662                 | 1,6          | 4.588                 | 1,5          | 25,3              | 17,6           |
| Paraíba                | 2.772                 | 1,2          | 3.468                 | 1,1          | 25,1              | 17,5           |
| Pernambuco             | 7.754                 | 3,3          | 9.923                 | 3,3          | 28,0              | 20,2           |
| Piauí                  | 2.064                 | 0,9          | 2.621                 | 0,9          | 27,0              | 19,3           |
| Rio Grande do Norte    | 2.588                 | 1,1          | 3.131                 | 1,0          | 21,0              | 13,6           |
| Sergipe                | 1.603                 | 0,7          | 2.015                 | 0,7          | 25,7              | 18,0           |
| <b>Nordeste</b>        | <b>39.163</b>         | <b>16,6</b>  | <b>50.104</b>         | <b>16,6</b>  | <b>27,9</b>       | <b>20,1</b>    |
| Norte                  | 15.769                | 6,7          | 20.197                | 6,7          | 28,1              | 20,3           |
| Sudeste                | 114.471               | 48,6         | 146.958               | 48,6         | 28,4              | 20,5           |
| Espírito Santo         | 5.418                 | 2,3          | 6.906                 | 2,3          | 27,5              | 19,7           |
| Minas Gerais           | 23.689                | 10,1         | 30.721                | 10,2         | 29,7              | 21,8           |
| Sul                    | 41.757                | 17,7         | 53.644                | 17,7         | 28,5              | 20,6           |
| Centro-Oeste           | 24.244                | 10,3         | 31.405                | 10,4         | 29,5              | 21,6           |
| <b>Brasil</b>          | <b>235.404</b>        | <b>100,0</b> | <b>302.309</b>        | <b>100,0</b> | <b>28,4</b>       | <b>20,6</b>    |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste obtiveram ganhos reais de arrecadação no período em análise. As maiores variações se encontram em Alagoas (+22,4%), Bahia (+22,3%) e Ceará (+22,0%). O menor desempenho é do estado do Rio Grande do Norte (+13,6%).

O crescimento da arrecadação do ICMS (+20,1%), fundamenta-se principalmente nas variações positivas nos setores secundário (+27,2%) e terciário (+21,9%), que participam com 63,5% da arrecadação total e 74,2% do impacto total da variação. No setor secundário, o destaque negativo é a perda de arrecadação no Rio Grande do Norte (-17,9%), e o positivo, a variação em Sergipe (+57,9%). No setor terciário, surpreendem as variações no Piauí (+31,2%), Ceará (+30,5%) e Alagoas (+27,4%). O menor crescimento foi no Espírito Santo (+4,2%).

Petróleo, que participa da arrecadação com 20,8%, cresceu +16,8%, e energia (12,3%), apenas +3,4%. Espírito Santo é o destaque do setor petróleo (+44,8%), seguido pela Bahia (+33,6%), e o negativo é Sergipe (-46,9%). Em energia, cinco estados tiveram redução em suas arrecadações, sendo o Espírito Santo a maior variação (+13,5%), seguido por Alagoas (+8,1%). A maior perda de arrecadação vem do Piauí (-6,1%), seguido pela Paraíba (-4,4%).

Cabe destacar, apesar de sua baixa participação na arrecadação total (1,2%), o crescimento do setor primário (+73,6%). Ele tem mais importância no Piauí (7,4%), Rio Grande do Norte (4,3%) e Sergipe (6,3%). No Rio Grande do Norte, o crescimento foi de +409,3%, seguido por Sergipe (+40,4%).

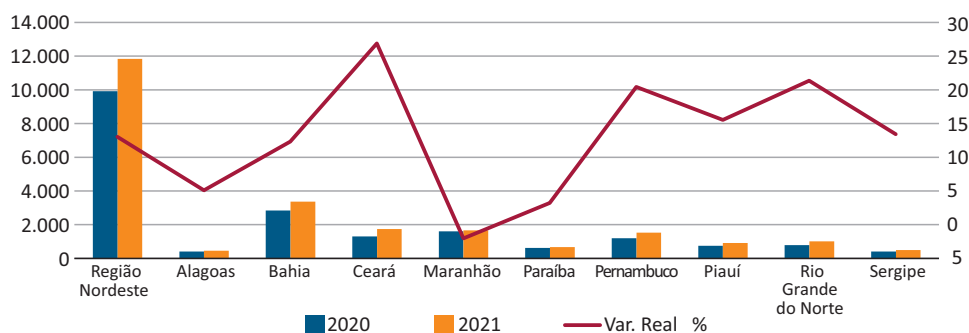
O crescimento em Alagoas e Ceará, apoia-se nos setores secundário e terciário, (+21,0% e 27,4%) e (32,0% e 30,5%), respectivamente. Estes dois setores representam 78,1% do total da arrecadação, em Alagoas, e 62,4% no Ceará. Na Bahia, além destes dois setores (+26,2% e +19,3%), o setor petróleo surpreendeu (+33,6%). A menor variação na arrecadação é do Rio Grande do Norte (+13,6%), apoiado pela arrecadação do setor terciário (+18,1%), que tem uma participação relativa alta (50,6%) na arrecadação total do Estado, já que as arrecadações nos setores secundário (-17,9%), e energia (-3,9%), caíram, e petróleo cresceu +5,8%.

Comparando-se a arrecadação de ICMS nos meses abril a dezembro de 2020 (período mais incisivo da pandemia), com o mesmo período de 2019, observou-se redução, em termos reais, na arrecadação do ICMS no Brasil (-1,8%) e no Nordeste (-3,8%). Cabe observar que a queda entre abril e outubro era de -10,1 (Brasil) e -12,9 (Nordeste), perdas muito mais expressivas, sinalizando que houve uma recuperação da arrecadação nos últimos meses do ano. Este cenário ficou patente com a recuperação observada no primeiro semestre de 2021, como comentado acima.

## Agências Financeiras Oficiais de Fomento – Empréstimos e Financiamentos no Nordeste

As principais agências financeiras oficiais de fomento, que atuam na Região Nordeste, são o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal e BNDES<sup>2</sup>. Avaliando a evolução dos empréstimos e financiamentos em 2021, com relação a 2020, utilizou-se a média mensal dos dois períodos, ver Gráfico 2.

Gráfico 2 – Empréstimos e Financiamentos – Agências de Fomento, total no Nordeste e Estados, Média Mensal – R\$ Milhões e Variação Real (%)



Fonte: Elaboração BNB/etene, com dados da Secretaria de coordenação e governança das empresas estatais – Sest.

<sup>2</sup> Existem ainda a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame e o Banco da Amazônia, que atua no Maranhão. Estas instituições formam o grupo chamado de “outros”, ao longo do texto.

Tomando como base a média mensal, os empréstimos e financiamentos, no Nordeste, em 2021, cresceram em termos reais, +13,0%, de R\$ 9,9 bilhões para R\$ 11,8 bilhões. Apenas um único Estado, em que a variação real foi negativa (-2,1%), o Maranhão, quando a média mensal de 2020 foi R\$ 1,6 bilhão e passou (2021) para R\$ 1,7 bilhão.

O maior crescimento real, entre as médias, ocorreu no Estado do Ceará (+26,9%), seguido por Pernambuco (+20,4%), Rio Grande do Norte (+21,3%) e Piauí (+15,5%). A Paraíba teve o menor crescimento real (+3,2%), seguido por Alagoas (+5,1%).

Tabela 5 – Empréstimos e Financiamentos – Nordeste – Agências de Fomento – 1º Semestre de 2021 – R\$ Milhões e %

| Região Nordeste<br>(R\$ milhões) | Total         | Rural        | Industrial    | Comércio     | Int. Financ. | Serviços      | Habitação    |
|----------------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|--------------|---------------|--------------|
|                                  | <b>71.011</b> | <b>8.706</b> | <b>12.240</b> | <b>7.055</b> | <b>499</b>   | <b>40.921</b> | <b>1.590</b> |
| BNB - %                          | 34,6          | 90,5         | 67,1          | 24,1         | -            | 16,5          | -            |
| BNDES - %                        | 6,8           | 4,6          | 0,9           | 1,9          | 89,2         | 9,1           | -            |
| CAIXA - %                        | 5,8           | 0,0          | 1,6           | 7,3          | -            | 5,5           | 75,0         |
| BANCO DO BRASIL - %              | 52,3          | 2,2          | 30,1          | 66,5         | 8,0          | 68,8          | 25,0         |
| OUTROS <sup>1</sup> - %          | 0,5           | 2,6          | 0,4           | 0,3          | 2,8          | 0,2           | -            |

Fonte: Elaboração BNB/etene, com dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. 1. Finep, Finame e Basa.

A Tabela 5 apresenta a distribuição dos empréstimos e financiamentos em 2021, por setor e por agência de fomento. Observa-se que o setor de serviços detém a parcela principal dos recursos (57,6%), seguido pelo setor industrial (17,2%) e o rural (12,3%). A distribuição, em 2020, é semelhante.

A distribuição dos empréstimos e financiamentos, pelas agências oficiais, em 2021, mostra que a principal agência no Nordeste, é o Banco do Brasil (52,3%), seguida pelo Banco do Nordeste do Brasil (34,6%). O interessante é a especialização de cada agência, e cabe destacar quem fica com o maior risco, no caso, o BNB, já que 90,5% dos empréstimos e financiamentos do setor rural, estão em suas mãos. O BNDES é responsável por 89,2% da intermediação financeira, enquanto 68,8% dos empréstimos e financiamentos do setor de serviços, é encargo do Banco do Brasil, e 75,0% da habitação, da Caixa Econômica Federal. O BNB e o Banco do Brasil, respondem por mais de 90,0% de cada um dos setores indústria e comércio: BNB (Indústria – 67,1% e Comércio – 24,1%) e Banco do Brasil (Indústria – 30,1% e Comércio – 66,5%).

A análise da distribuição dos recursos por setor, mostra que a alocação dos empréstimos e financiamentos do BNB é mais equitativa, dado que se concentra em três setores. A maior parcela dos recursos na Região está concentrada no setor de serviços.

Tabela 6 – Participação dos empréstimos e financiamentos em cada agência - %

| Região Nordeste     | Rural       | Industrial  | Comércio   | Int. Financ. | Serviços    | Habitação  |
|---------------------|-------------|-------------|------------|--------------|-------------|------------|
|                     | <b>12,3</b> | <b>17,2</b> | <b>9,9</b> | <b>0,7</b>   | <b>57,6</b> | <b>2,2</b> |
| BNB                 | 32,1        | 33,4        | 6,9        | -            | 27,5        | -          |
| BNDES               | 8,4         | 2,3         | 2,8        | 9,3          | 77,3        | -          |
| CAIXA               | 0,1         | 4,6         | 12,4       | -            | 54,1        | 28,8       |
| BANCO DO BRASIL     | 0,5         | 9,9         | 12,6       | 0,1          | 75,8        | 1,1        |
| OUTROS <sup>1</sup> | 61,5        | 11,7        | 4,9        | 3,7          | 18,2        | -          |

Fonte: Elaboração BNB/etene, com dados da Secretaria de coordenação e governança das empresas estatais – SEST. 1. Finep, Finame e Basa.

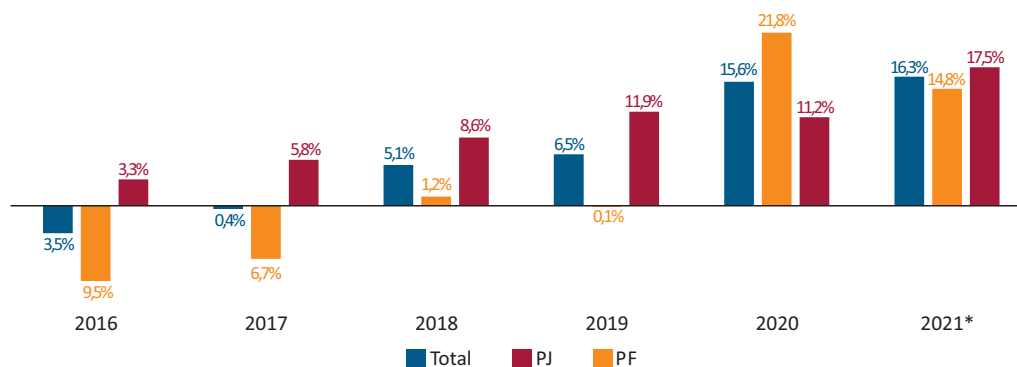
O que se vê, é que mais de 50,0% dos recursos, do BNDES, Caixa e Banco do Brasil foram alocados no setor de serviços (BNDES – 77,3%; Banco do Brasil – 75,8% e Caixa – 54,1%). O setor rural, o que comporta o maior risco de inadimplência, é irrelevante na distribuição de recursos para a Caixa (0,1%) e banco do Brasil (0,5%), e pouco relevante para o BNDES (8,4%). A alta taxa no setor rural, em outros, explica-se pela alocação de recursos do FINAME (27,7% dos recursos na Bahia) e 72,3% do BASA no Maranhão.

A melhor distribuição dos empréstimos e financiamentos do BNB se apresenta com 32,1% no setor Rural, 33,4%, setor Industrial e 27,5% em Serviços.

## 10 Intermediação Financeira

O estoque de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), no mês de junho, alcançou a marca de R\$ 4,2 trilhões de reais, o que representa crescimento de 16,3%, quando comparado com o mesmo mês do ano de 2020. A expansão do crédito no Brasil vem sendo influenciada nos últimos meses, em grande medida, pela estratégia de concessão de recursos financeiros com o objetivo de mitigar os efeitos negativos da pandemia, especialmente as micro, pequenas e médias empresas.

Gráfico 01 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2016 a 2021\*

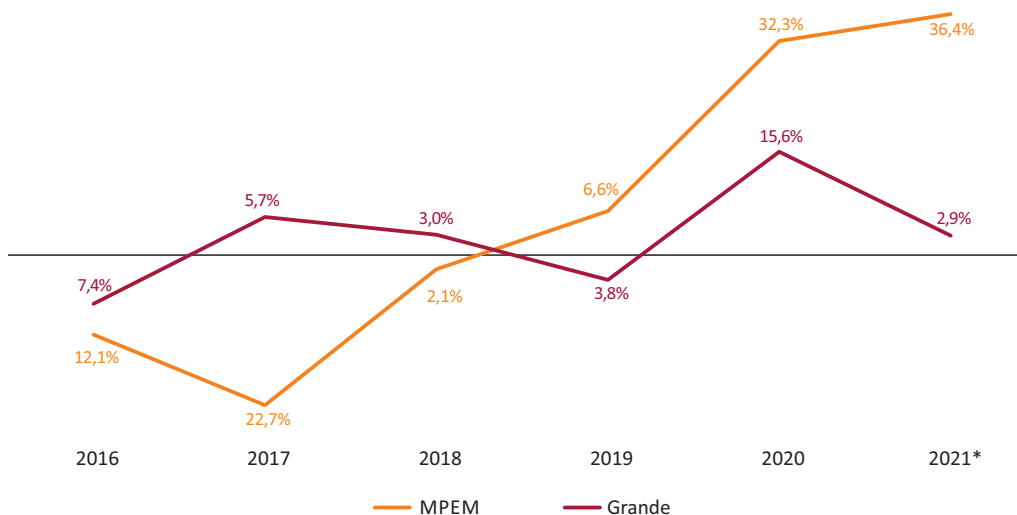


Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2021).

\*2021 refere-se a junho no acumulado dos últimos 12 meses.

No recorte empresarial, o grupo das “Micro, Pequenas e Médias” empresas no Brasil, que mais intensamente sentem os efeitos econômicos do atual cenário desafiador, apresenta aceleração no saldo de crédito em 36,4% em junho de 2021, quando comparado com o mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 02 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Por Porte - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2016 a 2021\*



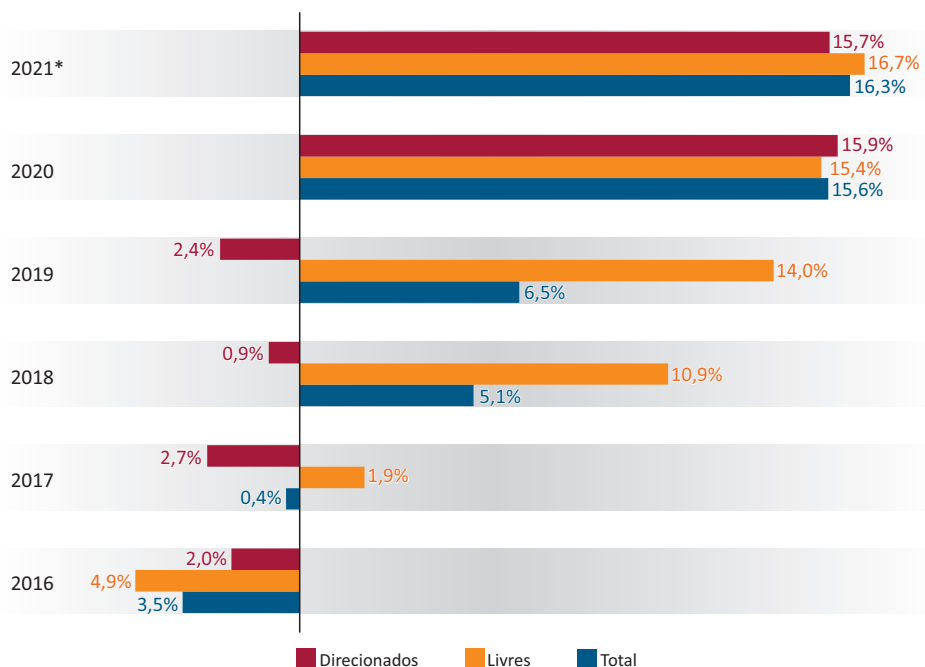
Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2021).

\*2021 refere-se a junho no acumulado dos últimos 12 meses.

Entre as fontes de recursos, os recursos livres apresentaram velocidade de crescimento superior aos recursos direcionados. Os recursos livres, embora contemplem aquisição de bens, são voltados principalmente para a gestão do fluxo de caixa das empresas e famílias, como capital de giro e cartão de crédito, apresentaram crescimento de 16,7% nos últimos 12 meses, terminados em junho de 2021. Os recursos direcionados, são geralmente regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN

ou vinculados a recursos orçamentários. Destacam-se o crédito rural, imobiliário, investimento de longo prazo e microcrédito, e evidentemente, também são recursos destinados para minimizar os efeitos da pandemia; cresceram 15,7% na mesma base de comparação.

Gráfico 03 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Recursos Direcionados e Recursos Livres - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2016 a 2021\*



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2021).

As concessões de crédito nas operações de empréstimos e financiamentos do Sistema Financeiro Nacional, no 1º semestre de 2021, foi de R\$ 2,2 trilhões, representando crescimento de 15,2%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este resultado está relacionado, em grande medida, com o avanço de 22,6% das contratações de crédito para a pessoa física. As concessões de crédito destinadas a pessoa jurídica apresentaram crescimento de 7,7%.

Sob a ótica das origens, os recursos podem ser caracterizados em recursos livres e direcionados. Nas concessões de crédito das operações que utilizam os recursos livres, que correspondem aos contratos com taxas de juros livremente pactuadas entre instituições financeiras e mutuários (taxas de mercado), foi contratado o montante de R\$ 2,0 trilhões no acumulado de janeiro a junho de 2021, o que representa crescimento de 13,5%, quando comparado ao mesmo período de 2020.

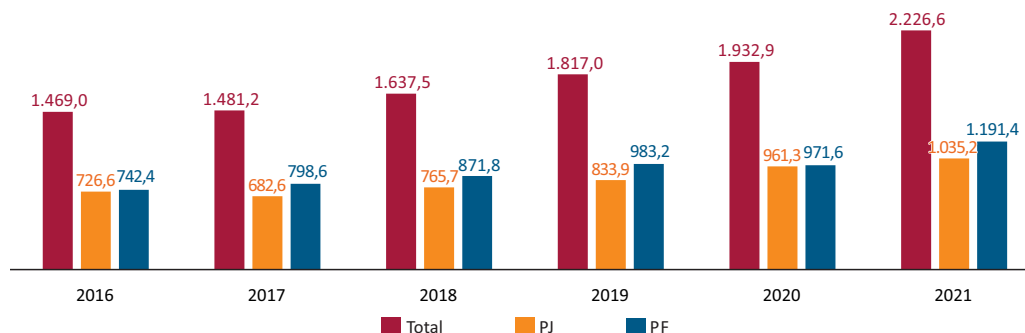
Entre as modalidades de crédito destinadas às empresas, que usam o *funding* dos recursos livres, destacam-se em termos de volume de recursos concedidos, as operações de desconto de duplicatas e recebíveis (R\$ 284,2 bilhões), antecipação de cartão de crédito (R\$ 131,2 bilhões) e ACC (R\$ 88,6 bilhões). Somente estas três modalidades de crédito, sob o amparo dos créditos livres, representam mais da metade dos recursos concedidos no 1º semestre de 2021.

Entre as modalidades de crédito que apresentaram melhor performance na concessão de crédito em termos de crescimento, também sob o amparo dos recursos livres, no 1º semestre de 2021, em relação ao mesmo período do ano passado, podem-se destacar: Cartão de Crédito – À Vista (82,8%), Financiamento à Importação (71,8%) e Aquisição de Veículos (70,9%).

Nos recursos direcionados, onde operações de crédito são regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculadas a recursos orçamentários, destinadas, basicamente, à produção e ao investimento de médio e longo prazos aos setores imobiliário, habitacional, industrial, comercial, rural,

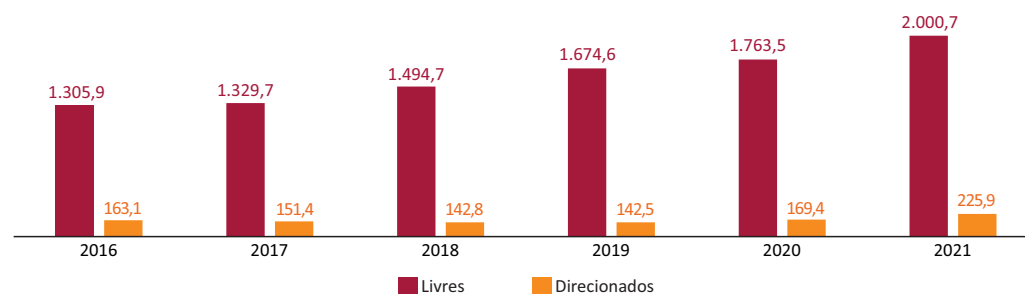
serviços e de infraestrutura, foram concedidos créditos no ano de 2021, até junho, no montante de R\$ 225,9 bilhões, o que significa avanço de 33,4%, em comparação ao mesmo período de 2020.

Gráfico 4 – Concessões de Crédito – Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física – R\$ Bilhões – Janeiro a Junho – 2016 a 2021.



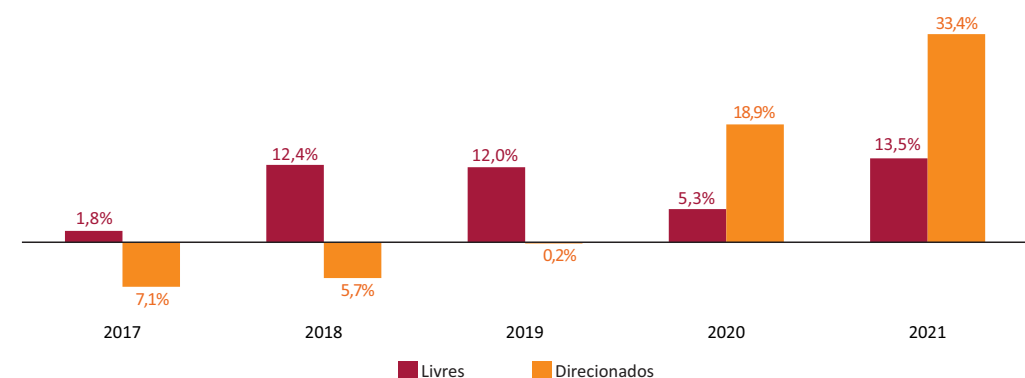
Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: BNB/Etene (2021).

Gráfico 5 – Concessões de Crédito – Recursos Livres e Direcionados – R\$ Bilhões – Janeiro a Junho – 2016 a 2021.



Fonte: Banco Central (2021).  
Elaboração: BNB/Etene (2021).

Gráfico 6 – Concessões de Crédito – Recursos Livres e Direcionados – Variação (%) em Relação ao Ano Anterior – Janeiro a Junho – 2017 a 2021.



Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: BNB/Etene (2021)



Tabela 1 – Recursos Livres - Pessoa Jurídica – Contratações (R\$ milhões) – Janeiro a Junho de 2021 - Por Modalidade

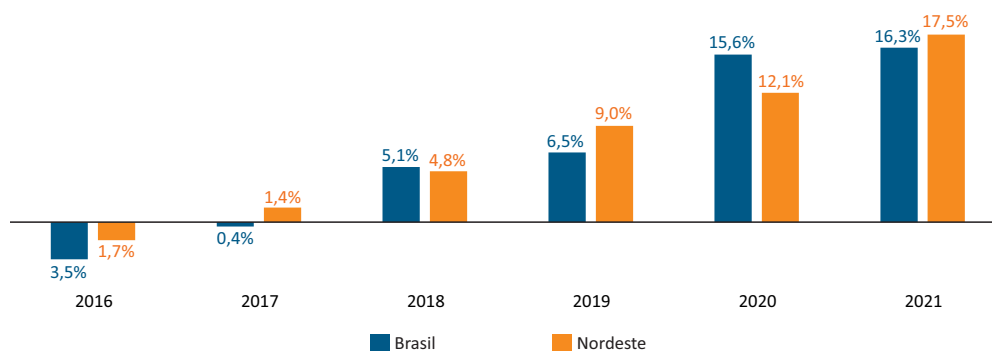
| Modalidade                          | Part. (%)     | Valor          | Crescimento (%) |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-----------------|
| Desconto de Duplicata e Recebíveis  | 29,3%         | 284.234        | 51,9%           |
| Antecipação de Cartão de Crédito    | 13,5%         | 131.224        | 12,7%           |
| ACC                                 | 9,1%          | 88.635         | 14,7%           |
| Cheque Especial                     | 9,1%          | 88.045         | -8,2%           |
| Capital de Giro Superior a 365 Dias | 7,5%          | 73.222         | -22,0%          |
| Conta Garantida                     | 5,9%          | 57.388         | -23,0%          |
| Comprar                             | 5,3%          | 51.222         | 39,0%           |
| Cartão de Crédito - À vista         | 4,8%          | 46.399         | 82,8%           |
| Financiamento A Exportação          | 3,5%          | 34.010         | -31,8%          |
| Capital de Giro Até 365 Dias        | 3,1%          | 30.466         | -56,4%          |
| Outros Créditos Livres              | 3,0%          | 29.089         | 40,8%           |
| Aquisição de Veículos               | 2,5%          | 24.353         | 70,9%           |
| Capital de Giro - Rotativo          | 0,9%          | 8.386          | -43,4%          |
| Aquisição de Outros Bens            | 0,7%          | 6.517          | 17,8%           |
| Cartão de Crédito - Rotativo        | 0,6%          | 6.211          | -29,3%          |
| Vendor                              | 0,5%          | 5.057          | 49,4%           |
| Financiamento A Importação          | 0,5%          | 4.582          | 71,8%           |
| Desconto de Cheques                 | 0,4%          | 4.183          | -16,5%          |
| Arrendamento de Outros Bens         | 0,3%          | 2.777          | 25,5%           |
| Repasse Externo                     | 0,1%          | 1.241          | -71,2%          |
| Cartão de Crédito - Parcelado       | 0,1%          | 932            | -10,8%          |
| Arrendamento de Veículos            | 0,0%          | 412            | 15,1%           |
| <b>Total</b>                        | <b>100,0%</b> | <b>978.585</b> |                 |

Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: BNB/Etene (2021)

O saldo de crédito no Nordeste atingiu o montante de R\$ 547,6 bilhões de reais no final do 1º semestre de 2021, e acompanhando a dinâmica nacional do crédito, apresentou avanço de 17,5%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Vale destacar que o crédito no Nordeste está em aceleração pelo 12º mês consecutivo.

O crédito em trajetória crescente decorre da expansão de crédito tanto para as empresas, que registrou crescimento de 15,5% nos últimos doze meses, quanto para as pessoas físicas, que apontou elevação de 18,4%. O saldo das operações de empréstimos e financiamentos destinado às famílias representa 69,0% do total, cabendo a parcela restante (31,0%) às empresas.

Gráfico 7 – Saldo de Crédito dos Sistemas Financeiros Nacional e Nordestino – Crescimento % - 2016 a 2021 (Até Junho)



Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: BNB/Etene (2021)

Nota: O ano de 2021 refere-se ao 1º semestre comparado com o 1º semestre de 2020.

As empresas que foram, de alguma forma, impactadas pelos efeitos da Covid-19, demandaram crédito para equilibrar o fluxo de caixa, sobretudo para pagamento de despesas de aluguel, folha de pagamento, matérias-primas e insumos. As pessoas físicas buscaram recursos para mitigar as dificuldades no orçamento familiar. As renegociações e reescalonamentos também contribuem para a elevação do saldo de crédito, haja vista postergação dos reembolsos das operações contratadas de empréstimos e financiamentos.

Tabela 2 – Saldo de Crédito dos Sistemas Financeiros Nacional e Regiões –% - 2015 a 2021 (Até Junho)

|              | 2015 | 2016  | 2017  | 2018 | 2019  | 2020  | 2021* |
|--------------|------|-------|-------|------|-------|-------|-------|
| Brasil       | 7,0% | -3,5% | -0,4% | 5,1% | 6,5%  | 15,6% | 16,3% |
| Nordeste     | 5,0% | -1,7% | 1,4%  | 4,8% | 9,0%  | 12,1% | 17,5% |
| Sudeste      | 8,1% | -4,8% | -1,9% | 4,0% | 4,1%  | 15,6% | 15,7% |
| Norte        | 4,6% | -2,2% | 2,4%  | 7,7% | 13,2% | 17,9% | 25,4% |
| Sul          | 3,3% | -0,5% | 2,1%  | 8,6% | 8,7%  | 19,1% | 17,1% |
| Centro Oeste | 8,3% | -0,8% | 3,1%  | 8,9% | 10,0% | 17,3% | 16,0% |

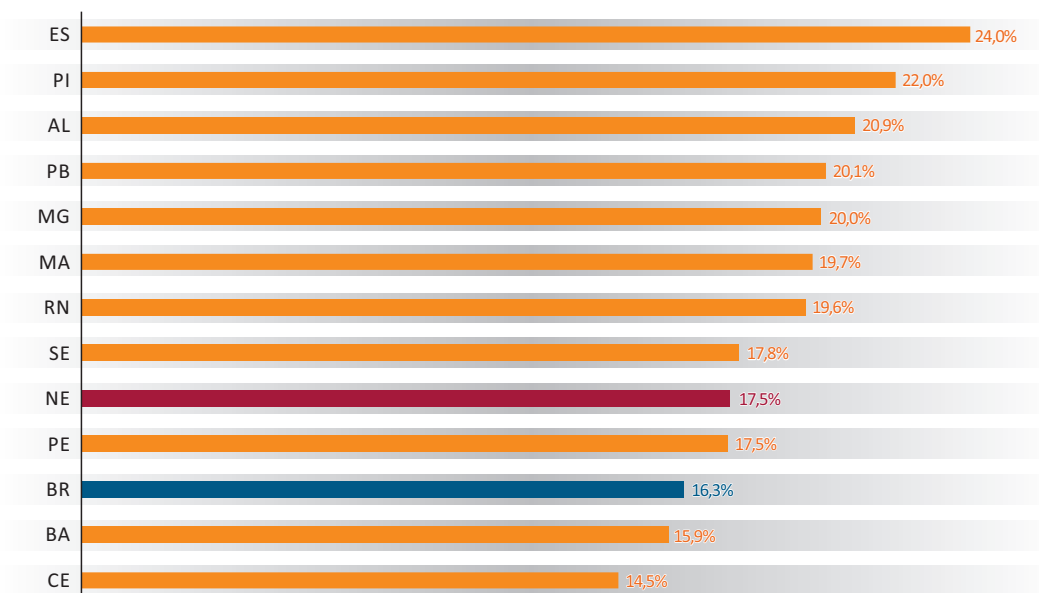
Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: BNB/Etene (2021).

Nota: O ano de 2021 refere-se ao 1º semestre comparado com o 1º semestre de 2020.

Sob a ótica regional, no 1º semestre de 2021, o Nordeste (+17,5%) figura em 2º lugar no crescimento do volume de crédito, cabendo à Região Norte a liderança na expansão de recursos disponibilizados em operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

Entre os estados da área de atuação do BNB, no 1º semestre de 2021 comparado com o mesmo do ano anterior, a maior elevação no saldo das operações de crédito ocorreu no Espírito Santo (+24,0%), seguido por Piauí (+22,0%), Alagoas (+20,9%) e Paraíba (+18,7%). No montante total de crédito, os destaques são: Bahia (R\$ 148,6 bilhões), Pernambuco (R\$ 91,8 bilhões) e Ceará (R\$ 91,2 bilhões).

Gráfico 8 – Saldo de Crédito dos Sistemas Financeiros Nacional e Estadual - Área de Atuação do BNB – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - Junho de 2021



Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: BNB/Etene (2021).

## **REFERÊNCIAS**

BACEN-BANCO CENTRAL DO BRASIL (2021). Estatísticas. Séries Temporais (SGS). Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 24 Novembro 2021.

# 11 Índices de Preços

## INFLAÇÃO 1º SEMESTRE DE 2021

É sempre bom dar o devido destaque para o fenômeno da inflação, no sentido de que provoca perdas irreversíveis nas rendas das classes trabalhadores, as mais vulneráveis a esse poder de corrosão. Os dados do Relatório Anual de Informações Sociais – Rais, 2019, deixam isso claro. Dos trabalhadores cadastrados, na Região Nordeste, 61,4% ganham até 2 salários mínimos. Este percentual cai para 49,3% no País como um todo. A ampliação do limite para 3 salários mínimos, apresenta que 73,3% dos trabalhadores na Região estão dentro desse limite, índice que cai para 66,5% no Brasil. Fica claro, que os trabalhadores na base da pirâmide social são os que mais sofrem quando os índices inflacionários crescem, ver Tabela 1.

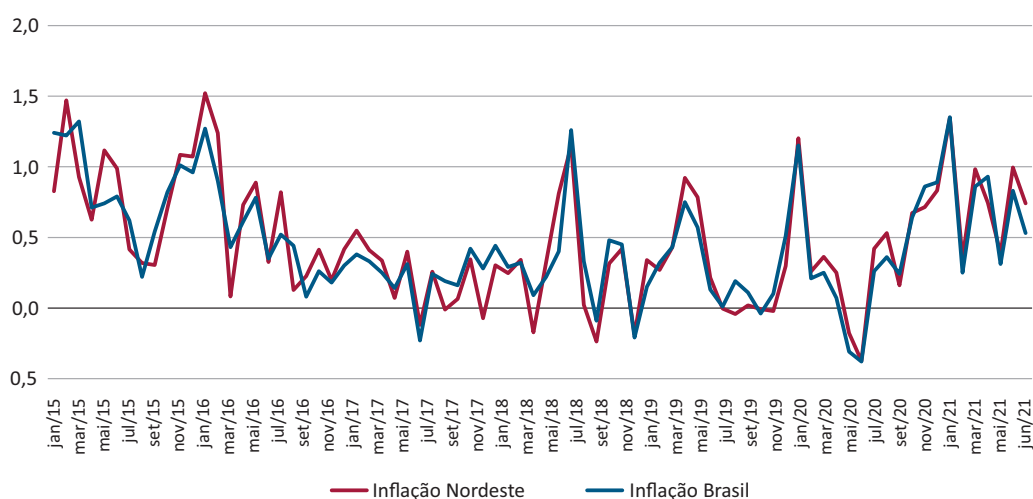
Tabela 1 – Percentual de Vínculos Empregatícios por Faixa de Remuneração – Rais 2019

| Regiões/Brasil | Até 1 SM   | 1 SM < x < 2 SM | 2 SM < x < 3 SM | Até 3 SM    |
|----------------|------------|-----------------|-----------------|-------------|
| Norte          | 7,7        | 44,6            | 15,1            | 67,4        |
| Nordeste       | 11,1       | 50,3            | 11,9            | 73,3        |
| Sudeste        | 4,4        | 41,6            | 18,3            | 64,3        |
| Sul            | 4,9        | 41,0            | 21,0            | 66,9        |
| Centro-Oeste   | 5,8        | 41,7            | 15,4            | 62,9        |
| <b>Brasil</b>  | <b>6,0</b> | <b>43,3</b>     | <b>17,2</b>     | <b>66,5</b> |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da RAIS 2020, Ministério da Economia. Nota: SM – salário mínimo.

Os índices de inflação tendem a convergir, quando comparados em uma série longa, ou seja, de janeiro de 2015 a junho de 2021, conforme especificado no Gráfico 1. Contudo, como os efeitos da inflação ocorrem no curto prazo, impactando os preços de produtos e de outros ativos da economia, que sofrem perdas, as vezes, irreversíveis, é interessante observar se, em períodos mais curtos, as diferenças são substanciais. Enquanto a média da inflação, no período citado acima, alcançou 0,45% no Brasil e 0,46% no Nordeste, praticamente iguais, mostrando uma volatilidade muito parecida e aceitável, quando os desvios com relação às médias foram de 0,39% (BR) e 0,43% (NE), as variações ficam um pouco diferentes quando o período é mais curto. Tomando como exemplo o período dos últimos 12 meses, terminados em junho de 2021, a média do IPCA atingiu 0,67% no Brasil e 0,70% no Nordeste. Se a régua é apenas o ano de 2021, a média do IPCA nacional é 0,62% e no Nordeste, 0,70%, o destaque é que o índice nordestino ficou sempre acima do índice nacional.

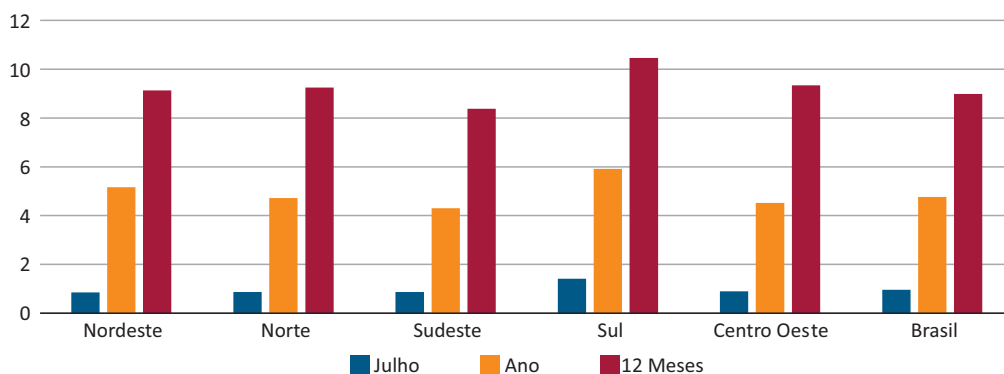
Gráfico 1 – Inflação Mensal no Brasil e Nordeste - Em % - 2015 a Junho de 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

A inflação do Nordeste em junho foi +0,74%, a maior entre as regiões do País, com 0,21 pontos percentuais acima da média nacional (+0,53%). Com isso, a Região tem a segunda maior inflação no ano (+4,27%), só sendo superado pelo Sul (+4,45%). Em 12 meses (+8,78%, fica na terceira posição, perdendo para as regiões Sul (+9,35%) e Norte (+9,09%). O destaque é que a Região tem os dois maiores IPCA's do mês: Recife (+0,92%) e Salvador (+0,86%), ficando fortaleza na 7ª posição (+0,59%), entre as quinze capitais pesquisadas.

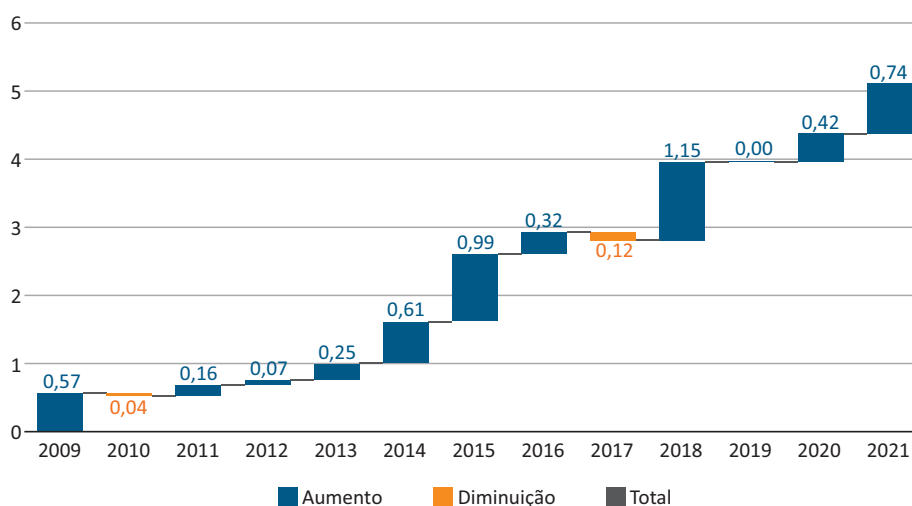
Gráfico 2 – IPCA nas Regiões Brasileiras - % - Mês, Ano e em 12 Meses



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de junho apresentou alta de 0,53%, 0,30 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de 0,83% registrada em maio. No ano, o IPCA acumula alta de 3,77% e, nos últimos 12 meses, de 8,35%, acima dos 8,06% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. A variação acumulada em 12 meses é a maior desde setembro de 2016 (8,48%). Em junho de 2020, a variação mensal havia sido de 0,26%. A inflação do Nordeste em junho foi +0,74%, a maior entre as regiões do País. Nos últimos anos, o índice no mês de junho, só foi superado em 2015 (+0,99%) e 2018 (+1,15%). Em maio de 2020, o IPCA foi +0,42%. A inflação no mês, ao longo dos anos, deixa claro o nível de volatilidade da variação de preços, e a dificuldade de previsões pontuais.

Gráfico 2 – Volatilidade do IPCA – mês de junho - %



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Os maiores impactos no índice regional, no mês, vieram dos grupos **Transportes** (+1,35% e impacto de +0,25 p.p.), **Habitação** (+1,24% e impacto de +0,18 p.p.) e **Alimentos e bebidas** (+0,67% e impacto de +0,16 p.p.), que juntos somam 79,0% do impacto total do índice.

No ano de 2021, a inflação do Nordeste, também foi impactada pela inflação nos **Transportes** (impacto de 1,56 p.p. e +8,63%), **Alimentação e Bebidas** (impacto de 0,85 p.p. e +3,67%), **Habitação** (impacto de 0,73 p.p. e +4,96%) e **Saúde e cuidados pessoais** (impacto de 0,48 p.p. e +3,35%). Estes quatro grupos, representam quase a totalidade da inflação de 2021 no Nordeste, ao representar cerca de 85% do impacto inflacionário.

Olhando as variações no mês de junho, os destaques do grupo Transportes, são a gasolina (+2,6%), etanol (+2,4%) e óleo diesel (+1,2%). A dispersão da variação na gasolina é muito grande, quando variou +0,5% (Aracaju) a +4,9% (Recife). Quanto às variações no etanol, só ocorreram em Recife (+6,1%) e Salvador (+2,4%). Em Habitação, as variações vêm do gás butano e energia residencial (+2,5%, cada). No grupo alimentos e bebidas, os principais aumentos são do açúcar refinado (+4,6%), café moído (+4,5%), aves e ovos (+2,9%) e leite e derivados (+2,2%). Cabe destacar que o subgrupo alimentação fora do domicílio teve variação de -0,01%.

A análise mais detalhada das variações no ano, no índice regional nordestino, no grupo Transportes, os destaques são a gasolina (+26,4% - com os limites de São Luís, +20,6% e Salvador, +31,9%), etanol (+25,0%), em que só ocorreram variações no Recife (+41,3%) e Salvador (+38,9%) e o óleo diesel (+24,0%). Cabe destacar as quedas em passagens aéreas (-45,4%), em que variou de -27,7% (São Luís) a -53,0% (Fortaleza), e transporte por aplicação (-29,3%), com a amplitude de -4,4% (Aracaju) a -48,9% (Recife).

No grupo Alimentação e Bebidas, o subgrupo alimentação fora do domicílio (+3,0%) volta a não superar a variação do grupo alimentação dentro do domicílio (+4,0%), o que aconteceu no primeiro trimestre. A inflação média nordestina do refrigerante e água mineral foi o principal destaque (+5,8%) na alimentação fora do domicílio. No grupo alimentação dentro do domicílio, os principais destaques são: café moído (+10,6%), açúcares de derivados (+8,2%), aves e ovos (+8,1%), e hortaliças e verduras (+8,0%).

Em Habitação, gás butano (+16,4%) e energia (+5,3%), têm as principais variações. O hiato de variação do gás, nas capitais nordestinas, é +11,3% (Aracaju) e +20,6% (São Luís). Em energia, é +3,1% (São Luís) e +8,2% (Fortaleza). Produtos farmacêuticos (+5,2%) e planos de saúde (+4,0%), são os destaques do grupo Saúde e cuidados pessoais.

Tabela 2 – Inflação no Brasil e Nordeste - % - Junho e Ano de 2021

| IPCA - Grupo Pesquisado   | Variação (%) |             |             |             | Impacto (p.p) |             |             |             |
|---------------------------|--------------|-------------|-------------|-------------|---------------|-------------|-------------|-------------|
|                           | jun/21       |             | Ano         |             | jun/21        |             | Ano         |             |
|                           | Brasil       | Nordeste    | Brasil      | Nordeste    | Brasil        | Nordeste    | Brasil      | Nordeste    |
| <b>Índice Geral</b>       | <b>0,53</b>  | <b>0,74</b> | <b>3,77</b> | <b>4,27</b> | <b>0,53</b>   | <b>0,74</b> | <b>3,77</b> | <b>4,27</b> |
| Alimentação e Bebidas     | 0,43         | 0,67        | 2,72        | 3,67        | 0,09          | 0,16        | 0,57        | 0,85        |
| Habitação                 | 1,1          | 1,24        | 3,26        | 4,96        | 0,17          | 0,18        | 0,51        | 0,73        |
| Artigos de Residência     | 1,09         | 0,79        | 5,21        | 5,20        | 0,04          | 0,03        | 0,20        | 0,22        |
| Vestuário                 | 1,21         | 1,06        | 3,24        | 1,55        | 0,05          | 0,05        | 0,14        | 0,08        |
| Transportes               | 0,41         | 1,35        | 8,19        | 8,63        | 0,09          | 0,25        | 1,66        | 1,56        |
| Saúde e Cuidados Pessoais | 0,51         | 0,33        | 3,44        | 3,35        | 0,07          | 0,05        | 0,45        | 0,48        |
| Despesas Pessoais         | 0,29         | 0,21        | 1,11        | 1,23        | 0,03          | 0,02        | 0,11        | 0,11        |
| Educação                  | 0,05         | 0,08        | 2,23        | 4,20        | 0,00          | 0,00        | 0,13        | 0,25        |
| Comunicação               | -0,12        | -0,05       | -0,01       | -0,27       | -0,01         | -0,00       | -0,00       | -0,01       |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Entre as capitais nordestinas pesquisadas, Fortaleza (+5,11%) e Aracaju (+4,43%), apresentam inflações no ano, maiores que a média regional, e a média das outras regiões. Contudo, o segundo trimestre apresenta uma reação negativa na dinâmica da inflação na Região, ao inverso do primeiro trimestre, em que, agora, apresenta a maior variação em junho (+0,74%), e a segunda maior variação de preços no ano (+4,27%), só sendo superada pela Região Sul (+4,45%).

Tabela 3 – Inflação no Nordeste e Capitais Seleccionadas - Variação Acumulada (%) no Primeiro Semestre de 2021

| IPCA - Grupo Pesquisado   | Fortaleza | Recife | Salvador | Aracaju | São Luís | Nordeste |                |
|---------------------------|-----------|--------|----------|---------|----------|----------|----------------|
| Índice Geral              | 5,11      | 4,13   | 4,13     | 4,43    | 3,72     | 4,27     | Impacto (p.p.) |
| Alimentação e Bebidas     | 4,17      | 2,99   | 4,22     | 3,16    | 2,79     | 3,67     | 0,85           |
| Habitação                 | 6,57      | 4,76   | 4,40     | 5,10    | 4,62     | 4,96     | 0,73           |
| Artigos de Residência     | 4,55      | 5,17   | 4,81     | 5,75    | 7,24     | 5,20     | 0,22           |
| Vestuário                 | 6,25      | 1,40   | -0,37    | 0,92    | 1,24     | 1,55     | 0,08           |
| Transportes               | 7,45      | 8,78   | 9,24     | 9,12    | 7,73     | 8,63     | 1,56           |
| Saúde e Cuidados Pessoais | 4,50      | 3,74   | 2,84     | 3,61    | 2,20     | 3,35     | 0,48           |
| Despesas Pessoais         | 1,27      | 1,33   | 1,16     | 1,15    | 1,27     | 1,23     | 0,11           |
| Educação                  | 8,29      | 2,94   | 3,11     | 6,81    | 3,07     | 4,20     | 0,25           |
| Comunicação               | -0,82     | 0,20   | -0,56    | 0,47    | 0,15     | -0,27    | -0,01          |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Nas cinco capitais nordestinas pesquisadas, Transportes tem a maior variação em quatro. Apenas em Fortaleza, o grupo Educação tem a maior variação, mas o maior impacto é de Transportes, em todas as capitais.

Olhando onde se estabeleceram os maiores impactos, nas capitais pesquisadas, observa-se que é em Fortaleza que se concentram os maiores impactos em quatro grupos: Habitação (+0,97 p.p.), vestuário (+0,31 p.p.), saúde e cuidados pessoais (+0,65 p.p.) e Educação (+0,49 p.p.). Aracaju, que é a segunda inflação na Região (+4,43%), só tem o grupo comunicação, em que o impacto (+0,02 p.p.) é maior que nas outras capitais.

Em Fortaleza, os maiores impactos vêm de Transportes (impacto de +1,45 p.p. e variação de +7,5%), Habitação (impacto de +0,97 p.p. e variação de +6,6%), Alimentação e bebidas (impacto de +0,97% e variação de +4,2%) e Saúde e cuidados pessoais (impacto de +0,65 p.p. e variação de +4,5%). No grupo Transportes, as maiores deflações são de passagem aérea (-53,0%) e transporte por aplicativo (-27,4%). Pelo lado positivo, a gasolina cresceu +22,5% e o óleo diesel, +23,0%. O gás de botijão (+16,3%) e energia residencial (+8,2%), são as principais variações em Habitação. Em Alimentação e bebidas, o subgrupo Alimentação fora do domicílio (+4,5%) cresceu mais que o subgrupo alimentação dentro do domicílio (+4,1%), o que não é comum. Lanche (+7,4%) e refrigerante e água mineral (+6,8%), são os destaques naquele subgrupo. Em alimentação dentro do domicílio, os maiores crescimentos são: café moído (+10,5%), carnes (+9,9%), açúcares e derivados (+8,7%) e pão francês (+6,7%). Cabe mencionar a deflação no tomate (-19,9%). Produtos farmacêuticos (+6,8%), é a principal variação em saúde e cuidados pessoais.

Os grupos em Aracaju, que geraram maiores impactos, são os mesmos de Fortaleza: Transportes (impacto de +1,60 p.p. e variação de +9,1%), Habitação (impacto de +0,75 p.p. e variação de +5,1%), Alimentação e bebidas (impacto de +0,73 p.p. e variação de +3,2%) e Saúde e cuidados pessoais (impacto de +0,52 p.p. e variação de +3,6%). Passagem aérea caiu -29,2%, enquanto gasolina (+21,0%) e óleo diesel (+24,1%), são as maiores inflações em Transportes. Em Habitação, os maiores crescimentos são do gás butano (+11,3%), energia (+7,2%) e reparos (+6,8%). A distribuição nos subgrupos de Alimentação e bebidas, é +3,4% (alimentação dentro do domicílio) e +2,5% (Alimentação fora do domicílio). Neste, o destaque é refrigerante e água mineral (+7,1%). Os crescimentos mais relevantes, no subgrupo Alimentação dentro do domicílio vem de: açúcares e derivados (+10,2%), aves e ovos (+9,9%), carnes e peixes industrializados (+8,2%), café moído (+9,4%) e enlatados e conservas (+8,0%).

A inflação em 12 meses, no Nordeste (+8,78%), foi deveras afetada pela variação no grupo Alimentação e Bebidas (+12,3%), Transportes (+15,3%) e Habitação (+11,5%), que carregam 81,9% da variação de preços. Os maiores índices são de São Luís (+10,4%) e Fortaleza (+10,1%). Os três grupos que mais impactaram a inflação da Região, são os mais relevantes, também, para os dois estados citados, que carregam da inflação total, 83,7% em São Luís, e 77,2% em Fortaleza.



No Nordeste, em Alimentos e bebidas, os produtos comuns na casa de todos os brasileiros foram os mais impactados, tais como o arroz (+41,7%), óleo de soja (+80,2%), carnes (+33,7%), aves e ovos (+16,8%) e açúcares e derivados (+16,4%). Em Transportes, vale destacar a deflação em transporte por aplicativo (-21,0%), mas foi acompanhado, de forma inversa, pelos índices da gasolina (+42,0%), etanol (+34,2%) e óleo diesel (+41,0%). Gás de botijão (+27,0%) e energia residencial são os crescimentos recorrentes em Habitação.

Tabela 4 – Inflação no Nordeste e capitais selecionadas - Variação Acumulada (%) em 12 Meses, Terminados em junho de 2021

| IPCA - Grupo Pesquisado   | Fortaleza    | Recife      | Salvador    | Aracaju     | São Luis     | Nordeste    |
|---------------------------|--------------|-------------|-------------|-------------|--------------|-------------|
| <b>Índice Geral</b>       | <b>10,07</b> | <b>8,81</b> | <b>7,84</b> | <b>7,53</b> | <b>10,36</b> | <b>8,78</b> |
| Alimentação e Bebidas     | 14,40        | 10,00       | 11,43       | 10,52       | 17,51        | 12,27       |
| Habitação                 | 12,61        | 11,79       | 11,08       | 8,99        | 11,72        | 11,54       |
| Artigos de Residência     | 11,14        | 11,24       | 10,58       | 8,19        | 13,04        | 11,04       |
| Vestuário                 | 9,98         | 3,55        | -2,97       | -3,08       | 4,19         | 1,88        |
| Transportes               | 13,49        | 16,45       | 15,10       | 16,75       | 15,32        | 15,31       |
| Saúde e Cuidados Pessoais | 5,43         | 4,70        | 4,36        | 5,53        | 5,20         | 4,82        |
| Despesas Pessoais         | 2,75         | 1,99        | 1,72        | 1,62        | 2,52         | 2,06        |
| Educação                  | 3,55         | 2,97        | -2,21       | -0,12       | -2,50        | 0,36        |
| Comunicação               | 2,03         | 3,68        | 2,73        | 1,95        | 2,34         | 2,78        |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

## Cesta Básica

A Cesta Básica é calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese em 17 capitais, conforme o Decreto-Lei 399/38, ainda em vigor. Diante da estratificação de renda da população brasileira, a cesta é um instrumento importante para acompanhar a evolução dos preços dos alimentos básicos. De acordo com o Relatório Anual de Informações Sociais (Rais 2019), 49,3% dos trabalhadores cadastrados ganham até dois salários mínimos, no Brasil, e 61,4%, no Nordeste. Ampliando-se para três salários mínimos, estes percentuais são 66,5% e 73,3%, respectivamente. Cabe alertar que 80% dos gastos, das famílias mais pobres, são para os bens essenciais (energia e alimentos estão entre). Gás de botijão já cresceu, no ano, +21,6% no Nordeste, e energia, +10,6%. Vê-se, então a importância dos gastos com alimentos básicos para esse extrato da população (gás de botijão, já cresceu +16,4% no ano, e +27,0% em doze meses, e o aumento na energia residencial, foi +5,3% no ano, e +20,1% em doze meses). O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) calculou que o custo do conjunto de alimentos essenciais caiu -0,4% no Brasil em junho de 2021. Os maiores impactos foram verificados nos preços do tomate (variação de -5,3% e impacto de -0,4 p.p.), do arroz, farinha e batata (variação de -16,6% e impacto de -0,4 p.p.) e a banana (variação de -3,7% e impacto de -0,3 p.p.). No sentido inverso, tem-se a carne (variação de +1,2% e impacto de +0,4 p.p.) e o leite (variação de +2,5% e impacto de 0,2 p.p.), ver Tabela 1.

Tabela 1 – Variação (%) e impactos (p.p.) dos produtos da cesta básica no Brasil e Nordeste – junho e 1º semestre de 2021

| Cesta Básica        | Variação - % |            |            |            | Impactos    |            |            |            |
|---------------------|--------------|------------|------------|------------|-------------|------------|------------|------------|
|                     | jun/21       |            | Ano        |            | jun/21      |            | Ano        |            |
|                     | Brasil       | Nordeste   | Brasil     | Nordeste   | Brasil      | Nordeste   | Brasil     | Nordeste   |
| <b>Índice Geral</b> | <b>-0,4</b>  | <b>0,5</b> | <b>0,7</b> | <b>1,6</b> | <b>-0,4</b> | <b>0,5</b> | <b>0,7</b> | <b>1,6</b> |
| Carne               | 1,2          | 1,4        | 10,8       | 9,3        | 0,4         | 0,4        | 3,4        | 2,6        |
| Pão                 | 0,0          | -0,3       | 2,4        | 3,7        | 0,0         | 0,0        | 0,3        | 0,5        |
| Banana              | -3,7         | -4,5       | -17,0      | -7,8       | -0,3        | -0,3       | -1,5       | -0,6       |

| Cesta Básica            | Variação - % |          |        |          | Impactos |          |        |          |
|-------------------------|--------------|----------|--------|----------|----------|----------|--------|----------|
|                         | jun/21       |          | Ano    |          | jun/21   |          | Ano    |          |
|                         | Brasil       | Nordeste | Brasil | Nordeste | Brasil   | Nordeste | Brasil | Nordeste |
| Tomate                  | -5,2         | 0,2      | -16,0  | -17,6    | -0,4     | 0,0      | -1,5   | -1,9     |
| Leite                   | 2,5          | 2,5      | -0,1   | -4,8     | 0,2      | 0,1      | 0,0    | -0,3     |
| Manteiga                | 1,4          | 0,2      | 6,6    | 5,0      | 0,1      | 0,1      | 0,4    | 0,3      |
| Feijão                  | -0,1         | 0,5      | 3,3    | 5,9      | 0,0      | 0,0      | 0,2    | 0,4      |
| Arroz, Farinha e Batata | -16,6        | 0,3      | -34,6  | -2,2     | -0,4     | 0,0      | -1,1   | -0,1     |
| Açúcar, Café e Óleo     | 6,7          | 12,1     | 26,2   | 34,4     | 0,1      | 0,2      | 0,5    | 0,5      |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese.

A Região Nordeste registrou uma variação no custo da cesta básica em junho, de +0,5%, ficando a Região Sudeste (-1,2%) com a menor. As oscilações nas outras regiões foram: Centro-Oeste (-1,2%), Sul (+1,3%) e Norte (+0,5%). A cesta do Nordeste apresentou aumentos de preços da carne (variação de +1,4% e +0,4 p.p.); leite (variação de +2,5% e impacto de +0,1 p.p.) e açúcar, óleo e café (variação de +12,1% e impacto de +0,1 p.p.). A banana (variação de -4,5% e impacto de -0,3 p.p.), é o destaque pelo lado das variações positivas de preços.

A cesta básica mais cara passa a ser a da Região Sul (R\$ 630,98), e na sequência o Sudeste (R\$ 622,81), Brasil (R\$ 573,84), Centro-Oeste (R\$ 572,61), Norte (R\$ 518,53) e Nordeste (R\$ 496,67). A cesta da Região Sul é 27,0% mais cara que a do Nordeste, e a cesta média nacional, é 15,5% mais cara, conforme especificado na Tabela 2.

Tabela 2 – Valor (R\$) e variações (%) da Cesta Básica no Brasil e Regiões – junho 2021

| Período                      | NORTE | NORDESTE | CENTRO-OESTE | SUDESTE | SUL    | BRASIL |
|------------------------------|-------|----------|--------------|---------|--------|--------|
| 2020                         | Jan   | 415,54   | 397,38       | 471,16  | 514,50 | 465,59 |
|                              | Fev   | 432,95   | 418,66       | 466,50  | 515,18 | 472,22 |
|                              | Mar   | 418,80   | 432,11       | 474,75  | 524,20 | 479,94 |
|                              | Abr   | 434,19   | 447,14       | 481,36  | 552,43 | 501,28 |
|                              | Mai   | 453,35   | 433,58       | 461,57  | 556,84 | 500,16 |
|                              | Jun   | 453,86   | 437,75       | 462,97  | 535,25 | 490,79 |
|                              | Jul   | 440,98   | 429,98       | 461,27  | 518,86 | 480,80 |
|                              | Ago   | 441,50   | 432,71       | 461,20  | 537,11 | 489,30 |
|                              | Set   | 459,21   | 459,60       | 471,61  | 563,22 | 512,66 |
|                              | Out   | 468,22   | 469,81       | 508,54  | 593,55 | 534,67 |
|                              | Nov   | 486,49   | 489,70       | 571,09  | 629,59 | 567,39 |
|                              | Dez   | 500,88   | 489,03       | 581,45  | 629,89 | 569,94 |
| 2021                         | Jan   | 507,29   | 491,44       | 597,36  | 653,19 | 584,78 |
|                              | Fev   | 512,93   | 486,72       | 576,25  | 637,94 | 575,63 |
|                              | Mar   | 515,77   | 480,37       | 568,15  | 622,57 | 566,52 |
|                              | Abr   | 505,86   | 484,41       | 578,46  | 630,83 | 571,58 |
|                              | Mai   | 515,84   | 493,97       | 579,28  | 633,39 | 577,65 |
|                              | Jun   | 518,53   | 496,67       | 572,61  | 622,81 | 573,84 |
| Variação da Cesta Básica (%) |       |          |              |         |        |        |
| % mês                        | 0,52  | 0,55     | (1,15)       | (1,21)  | 1,28   | (0,44) |
| % Ano                        | 3,52  | 1,56     | (1,52)       | (1,12)  | 9,07   | 0,68   |
| % 12 Meses                   | 14,25 | 13,46    | 23,68        | 16,36   | 23,76  | 16,92  |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese.

No ano de 2021, duas regiões tiveram impactos negativos em suas cestas básicas: o Centro-Oeste (-1,5%) e o Sudeste (-1,1%). Entre as variações positivas, a cesta básica do Nordeste (+1,6%) é a menor, seguida pelo Norte (+3,5%) e o Sul (+9,1%). Em doze meses, o Nordeste tem a menor variação entre as regiões (+13,5%), seguida pelo Norte (+14,3%), Sudeste (+16,4%), Brasil (+16,9%), Centro-Oeste (+23,7%) e Sul (+24,2%). O que se espera é uma redução substancial nos preços dos alimentos básicos, para não impactar de sobremaneira as classes menos abastadas, como foi citado o percentual de quem ganha até três salários mínimos.

A cesta básica, em junho de 2021, subiu em 8 das 16 capitais pesquisadas (o cálculo não pode ser feito para Belo Horizonte, que, em maio, sua cesta não foi divulgada). Os aumentos mais expressivos ocorreram em Fortaleza (1ª posição, +1,8%), Curitiba (2ª posição, +1,6%), Florianópolis (3ª posição, +1,4%) e João Pessoa (4ª posição, +0,8%), Tem-se ainda Recife (6ª posição, +0,7%) e Aracaju (7ª posição, +0,5%). A maior deflação ocorreu em Goiânia (-2,2%). Duas variações negativas no Nordeste, Natal (9ª posição, -0,3%) e Salvador (12ª posição, -0,6%).

Salvador tem a segunda menor variação na cesta, no ano (-2,5%), em que Belo Horizonte tem a menor variação (-6,4%). As outras variações no Nordeste são: Natal (2ª posição, +9,0%), João Pessoa (4ª posição, +4,3%), Aracaju (6ª posição, +3,9%), Recife (8ª posição, +3,1%) e Fortaleza (10ª posição, +1,2%). Curitiba tem a maior variação no ano (+14,5%).

Em doze meses, Salvador (16ª posição, +11,5%) e Recife (17ª posição, +11,2%) têm as menores variações, em que Brasília tem a maior variação (+29,9%). As variações nas outras capitais nordestinas são: Natal (13ª posição, +13,0%), Aracaju (14ª posição, +12,1%), João Pessoa (9ª posição, +15,2%) e Fortaleza (8ª posição, +16,6%).

No acumulado de 2021, a cesta básica no País subiu +0,7%. Os maiores impactos no índice nacional ocorreram nos preços da carne (variação de +10,8% e impacto de +3,4 p.p.), açúcar, café e óleo (variação de +26,2% e impacto de +0,5 p.p.), manteiga (variação de +6,6% e impacto de +0,4 p.p.), e o pão (variação de +2,4% e impacto de +0,3 p.p.). No sentido inverso, a banana caiu -17,0% (impacto de -1,5 p.p.), e o tomate -16,0% (impacto de -1,5 p.p.).

As maiores variações e impactos, no Nordeste (+1,6%), aconteceram na carne (variação de +9,3 e impacto de +2,6 p.p.), açúcar, café e óleo (variação de +34,4% e impacto de +0,5 p.p.), pão (variação de +3,7% e impacto de +0,5 p.p.), feijão (variação de +5,9% e impacto de +0,4 p.p.) e manteiga (variação de +5,0% e impacto de +0,31 p.p.). As variações negativas se concentram na banana (-7,8% e impacto de +0,6 p.p.) e no tomate (variação de -17,6% e impacto de -1,9 p.p.).

Comparando a variação da cesta básica nordestina, com o subgrupo do IPCA nordestino, “Alimentação dentro do domicílio”, a variação no ano seria +4,0%, enquanto no Nordeste, a variação da cesta básica foi +1,6%, muito maior que a variação da cesta básica do Dieese. No entanto, filtrando dentro do IPCA os produtos que compõem a cesta básica, e ponderando com os pesos nesta, observa-se que o valor do IPCA produtos da cesta básica, seria +2,2%, um pouco acima da variação daquela, sendo a variação entre os dois resultados explicado pela diferença de métodos das duas instituições. Quando se compara com a variação do IPCA, subgrupo alimentação dentro do domicílio, em doze meses no Nordeste (+14,4%), com a variação da cesta básica (+13,5%), também observa-se que os dois valores são bem próximos. A variação dos produtos da cesta básica, dentro do IPCA, em doze meses, foi +16,8%, já bem distante da variação da cesta básica.

Tabela 3 – Valor (R\$) e variações (%) da Cesta Básica no Nordeste e capitais selecionadas – junho 2021

| Capitais/Região | Valor         | % - Mês    | % - Ano    | % - 12 Meses |
|-----------------|---------------|------------|------------|--------------|
| FORTALEZA       | 541,61        | 1,8        | 1,2        | 16,7         |
| ARACAJU         | 470,97        | 0,5        | 3,9        | 12,1         |
| JOÃO PESSOA     | 495,76        | 0,8        | 4,3        | 15,2         |
| NATAL           | 500,20        | -0,3       | 9,0        | 13,0         |
| RECIFE          | 483,92        | 0,7        | 3,1        | 11,2         |
| SALVADOR        | 467,30        | -0,6       | -2,5       | 11,5         |
| <b>NORDESTE</b> | <b>496,67</b> | <b>0,5</b> | <b>1,6</b> | <b>13,5</b>  |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese.

O **Nordeste** teve inflação no primeiro semestre de 2021 (+1,6%), abaixo do IPCA no mesmo período (+4,3%). O baixo valor da variação, decorre da variação em Fortaleza (+1,2%) e da deflação em Salvador (-2,5%), que em conjunto, têm uma participação relativa de 58,1% no índice regional. A Tabela 4, apresenta as variações nos produtos da cesta básica, e a Tabela 5, apresenta os impactos, em termos de pontos percentuais.

Tabela 4 – Variação (%) dos alimentos da Cesta Básica nas capitais do Nordeste no 1º semestre de 2021

| Variação % no 1º Semestre de 2021 |         |           |             |       |        |          |       |        |        |
|-----------------------------------|---------|-----------|-------------|-------|--------|----------|-------|--------|--------|
| Produtos                          | Aracaju | Fortaleza | João Pessoa | Natal | Recife | Salvador | Média | Desvio | CV     |
| Carne                             | 6,94    | 10,71     | 9,31        | 9,83  | 12,52  | 6,53     | 9,3   | 2,3    | 0,2    |
| Leite                             | -4,85   | -5,19     | -3,79       | -4,25 | -12,32 | -0,80    | (5,2) | 3,8    | (0,7)  |
| Feijão                            | 4,39    | 3,98      | 2,84        | 1,10  | 9,81   | 8,42     | 5,1   | 3,3    | 0,7    |
| Arroz                             | -0,20   | -5,86     | 0,00        | -3,34 | -1,91  | 0,35     | (1,8) | 2,4    | (1,3)  |
| Farinha                           | 6,64    | 3,85      | -2,37       | 9,65  | 0,46   | -6,85    | 1,9   | 6,1    | 3,2    |
| Tomate                            | -12,84  | -19,66    | 18,29       | 51,96 | -17,05 | -34,07   | (2,2) | 31,6   | (14,2) |
| Pão                               | 8,63    | 3,33      | 2,31        | -1,86 | -0,39  | 7,99     | 3,3   | 4,3    | 1,3    |
| Café                              | 16,08   | 14,91     | 23,26       | 12,20 | 2,16   | 22,83    | 15,2  | 7,8    | 0,5    |
| Banana                            | 8,60    | -10,56    | -23,40      | 20,67 | 10,43  | -18,39   | (2,1) | 17,8   | (8,4)  |
| Açúcar                            | 16,67   | 18,21     | 21,58       | 19,54 | 20,42  | 22,47    | 19,8  | 2,1    | 0,1    |
| Óleo                              | -8,21   | -2,49     | -0,11       | -1,37 | 0,87   | 1,13     | (1,7) | 3,5    | (2,0)  |
| Manteiga                          | 10,41   | 7,27      | 5,70        | -1,42 | 2,62   | 5,07     | 4,9   | 4,0    | 0,8    |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese. Desvio: desvio padrão e CV: Coeficiente de variação.

Tabela 5 – Impactos (p.p.) nas capitais do Nordeste – 1º semestre de 2021

| Produtos | Aracaju | Fortaleza | João Pessoa | Natal | Recife | Salvador | Média | Desvio | CV   |
|----------|---------|-----------|-------------|-------|--------|----------|-------|--------|------|
| Carne    | 2,66    | 2,87      | 2,78        | 2,28  | 3,61   | 2,28     | 2,75  | 0,5    | 0,2  |
| Leite    | -0,30   | -0,28     | -0,23       | -0,25 | -0,69  | -0,05    | -0,30 | 0,2    | -0,7 |
| Feijão   | 0,33    | 0,26      | 0,22        | 0,08  | 0,79   | 0,58     | 0,38  | 0,3    | 0,7  |
| Arroz    | -0,01   | -0,24     | 0,00        | -0,14 | -0,09  | 0,02     | -0,08 | 0,1    | -1,3 |
| Farinha  | 0,19    | 0,10      | -0,07       | 0,30  | 0,01   | -0,20    | 0,06  | 0,2    | 3,2  |
| Tomate   | -1,77   | -2,06     | 2,03        | 5,11  | -1,89  | -5,82    | -0,73 | 3,8    | -5,2 |
| Pão      | 1,11    | 0,52      | 0,33        | -0,25 | -0,05  | 1,13     | 0,47  | 0,6    | 1,2  |
| Café     | 0,20    | 0,16      | 0,25        | 0,15  | 0,03   | 0,27     | 0,18  | 0,1    | 0,5  |
| Banana   | 0,76    | -0,91     | -1,80       | 1,47  | 0,76   | -1,45    | -0,19 | 1,4    | -7,0 |
| Açúcar   | 0,29    | 0,33      | 0,41        | 0,40  | 0,42   | 0,43     | 0,38  | 0,1    | 0,1  |
| Óleo     | -0,11   | -0,04     | 0,00        | -0,02 | 0,02   | 0,02     | -0,02 | 0,0    | -2,1 |
| Manteiga | 0,57    | 0,54      | 0,40        | -0,11 | 0,19   | 0,33     | 0,32  | 0,3    | 0,8  |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese. Desvio: desvio padrão e CV: Coeficiente de variação.

Avaliando os impactos nas cestas básicas, das capitais nordestinas pesquisadas, pela ótica dos produtos, observa-se que o maior impacto médio é da carne (+2,8 p.p.) Este produto gerou o maior impacto em Recife (+3,6 p.p. e variação de +12,5%). O segundo maior impacto é do pão (média de +0,5 p.p.). Os maiores impactos ocorreram em Aracaju e Salvador (+1,1 p.p., cada). Constata-se uma grande volatilidade na variação do produto, em que o impacto varia de -0,25 p.p. (Natal) a +1,1 p.p. (Aracaju e Salvador, cada). O terceiro maior impacto vem do feijão e do açúcar (média de +0,4 p.p., cada), em que o feijão gerou maior impacto, em Recife (+0,8 p.p.), e o açúcar, em Salvador (+0,4 p.p.). Vale destacar impacto médio negativo no tomate (-0,7 p.p.), com uma grande volatilidade, onde gerou um impacto de +5,1 p.p. (Natal) e -5,8 p.p. (Salvador).

A maior variação na cesta básica, no ano, é de Natal (+9,0%), em que os maiores impactos são do tomate (+impacto de 5,1 p.p. e variação de +52,0%), carne (impacto de +2,3 p.p. e variação de +9,8%) e da banana (impacto de 1,5 p.p. e variação de 20,7%), que, juntos carregam 90,6% dos impactos positivos. Vale destacar os impactos negativos do leite (-0,3 p.p. e variação de -4,3%) e do pão (-0,3 p.p. e variação -1,9%).

**João Pessoa**, tem a segunda maior variação (+4,3%). Os maiores impactos são da carne (impacto de +2,8 p.p. e variação de +9,3%), tomate (impacto de +2,0 p.p. e variação de +18,3%), açúcar (impacto de +0,4 p.p. e variação de 21,6%) e a manteiga (impacto de +0,4 p.p. e variação de +5,7%). No sentido inverso, a banana teve um impacto de -1,8 p.p. e variação de -23,4%.

A terceira maior variação no ano, é de **Aracaju** (+3,9%). A carne, também é responsável pelo maior impacto (+2,7 p.p. e variação de +6,9%), seguido pelo pão (impacto de +1,1 p.p. e variação de +8,6%), banana (impacto de +0,8 p.p. e variação de +8,6%) e a manteiga (impacto de +0,6 p.p. e variação de +10,4%).

**Salvador** foi a única capital com variação negativa no ano (-2,5%). No lado das variações negativas, destacam-se o tomate (impacto de -5,8 p.p. e variação de -34,1%), a banana (impacto de -1,5 p.p. e variação de -18,4%) e a farinha (impacto de -0,2 p.p. e variação de -6,9%). No sentido inverso, a carne (impacto de +2,3 p.p. e variação +6,5%), o pão (impacto de +1,1 p.p. e variação de +8,0%) e o feijão (impacto de +0,6 p.p. e variação de +8,4%).